

**ACTA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA**  
**O HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2011**

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, pelas nove horas e quarenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o Sr. deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos Srs. deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Cristina Margarida Alves de Sousa respectivamente 1º e 2º secretário da referida Mesa.

**A - PERÍODO DE ABERTURA**

**O Sr. presidente da Mesa**, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

**Grupo Municipal do Partido Socialista**

Anabela Mancebo Gomes, António Gabriel Fraga Martins Maio, António Toledo Alves, Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros, Hélio Manuel Melo Vieira, Irina dos Santos Mendes Pimentel, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, José Avelino Carvalho Paim, José Carlos Pontes dos Santos, José Gabriel Pimentel da Silva, José Gonçalves Borges, José Guilherme de Ávila Brasil, Luís Leonel Teixeira Salvador, Manuel Gabriel Dias Lopes, Manuel Henrique Assis Ferreira, Maria de Fátima Viveiros Cordeiro, Maria Luísa da Cunha Ribeiro, Paulo Agostinho Fagundes Cota, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Sérgio Manuel Pedro Cardoso, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

**Grupo Municipal do Partido Social democrata**

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Basílio Narciso de Sousa, Carla Eduarda Borges Terra, Carlos Manuel Pinto Pinheiro, Guilherme Ferreira de Melo, Honorato Bettencourt Lourenço, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mónica Simões Seidi, Patrícia de Fátima Alvarez Lopes, Rita Olaio de Mendonça Andrade, Rómulo de Ficher Correia.

**Grupo Municipal do CDS - Partido Popular**

José Alberto Moniz Borges, Maria Eduarda Ferreira Borba, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

**Deputados municipais independentes**

José Cipriano de Sousa Martins.

**Da Câmara Municipal**

Andreia Martins Cardoso da Costa, Alonso Teixeira Miguel, Fernando Francisco de Paiva Dias, Francisco Cota Rodrigues, Luís Guilherme Duarte Brasil, Raquel Margarida Pinheiro da Silva.

**O Sr. presidente da Mesa** – “Vamos pôr à votação e posterior aprovação a acta de 29 de Setembro. Inscrições? Não há.

### **A acta foi aprovada por unanimidade.**

Está à discussão a acta da reunião extraordinária de 21 de Outubro. Não há inscrições.

### **A acta foi aprovada por unanimidade.”**

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “ Sem querer interferir com a votação e aprovação da acta, os deputados municipais não receberam a da última reunião da Assembleia Municipal.

Não sendo obstáculo, seria bom que nós, quando votássemos e aprovássemos as actas em futuras assembleias, pelo menos já as tivéssemos em nossa posse para as podermos analisar e votar com mais consciência.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “As actas que acabámos de votar, não estavam distribuídas?”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Está distribuída a acta da penúltima sessão, mas não, a da última.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Sim, mas nós não votámos hoje a da última sessão porque ainda não está concluída. Já agora, informo os Srs. deputados municipais que, na Conferência de Líderes, decidiu-se que, em vez de a acta ter este resumo, que leva muito mais tempo e é uma tarefa muito mais complicada, passaria a fazer-se a transcrição da gravação da própria sessão, como acontece na Assembleia da República e na Assembleia Regional.

Espero que a partir da próxima sessão, por essa via, possamos ter as actas actualizadas.”

### *O Sr. presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente.*

**O Sr. presidente da Mesa** – “Recebemos a revista da AJITER, se algum dos Srs. deputados a quiser ver.

Da CULTURANGRA e à disposição dos Srs. deputados, o Plano da Gestão de Riscos e Corrupção e Infracções Conexas.

Da junta de freguesia da S. Bartolomeu, recebemos o Boletim Municipal que, não sendo da qualidade da «La Redoute», anda lá perto.

O Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens também está à disposição dos Srs. deputados municipais.

Do grupo parlamentar «Os verdes» na Assembleia da República, recebemos a cópia da pergunta dirigida ao Ministério das Finanças sobre a participação variável dos municípios açorianos no IRS.

Também nos chegou uma cópia do que seria uma Petição e que andou a circular na internet. Do ponto de vista jurídico, este documento não tem validade, por isso não é objecto de discussão na assembleia.

Finalmente, uma pergunta elaborada pelo grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República sobre a transferência de duodécimos correspondentes a 5% do IRS para os municípios dos Açores e da Madeira.”

## **B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

*Não se registaram intervenções por parte do público.*

## **C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. presidente da Mesa** – “Devo informar os Srs. e Sras. deputadas que, cerca das 11 horas teremos a presença de uma turma da escola Padre Tomás de Borba, que vem assistir à sessão. Espero que tenham a noção das intervenções que cada um irá fazer, devido à fragilidade das presenças. Eu não disse que não se portavam bem. Só disse para terem isto em consideração.”

**O Sr. d.m. António Toledo Alves** – “Sr. presidente, Exma. Mesa, Exma. Câmara, caros colegas, bom dia a todos. A minha intervenção vem no sentido de vos formular um convite para um programa, que já deixei a todos vós, sobre o I Encontro Regional das Freguesias dos Açores que se vai realizar no Centro Cultural. Uma vez que se realiza em Angra, é com muito gosto que esta Delegação Regional da ANAFRE convida todos os deputados que queiram estar presentes, já que os temas que serão abordados são várias temáticas que estão na ordem do dia da política autárquica.

Informo que, das 154 juntas de freguesia dos Açores, já temos 133 inscritas com uma participação de 232 congressistas.

Aproveito também para agradecer à Câmara Municipal toda a colaboração e disponibilidade das instalações para o evento e lembrar a algum colega presidente de junta que ainda não se tenha inscrito que o faça até segunda-feira.

Pedia-vos a colaboração para o primeiro dia, o dia 11, para o jantar oferecido pelo governo regional na Ribeirinha, se possível, todos aqueles que tiverem carrinhas de 9 lugares para transportarem os nossos colegas das outras ilhas. Contamos com o esforço e a colaboração de todos, porque as verbas são muito poucas e para uma delegação, ainda muito menos.

Pedia aos colegas presidentes de junta que trouxessem as suas carrinhas no primeiro dia do encontro para, às 09 horas ou 9 e meia, transportarmos os colegas das outras ilhas para o jantar. Aproveito também para convidar todos os Srs. deputados para o jantar. É com muito gosto.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Muito bom dia a todos. Em primeiro lugar queria, em nome da bancada do Partido Social Democrata, dizer que nos congratulamos com os 45 anos da Tertúlia Tauromáquica Terceirense e com a inauguração do Monumento ao Toiro que decorreu entre a última reunião da Assembleia Municipal e esta.

Estou convencido que, num futuro próximo, será um dos grandes marcos da cidade e do concelho de Angra. Ficará para o futuro e para a história e é algo com que todos nós nos podemos identificar, uma vez que o toiro e a tauromaquia fazem parte daquilo que é a maneira de ser, a história e o perfil do terceirense, como amante da sua terra e da festa brava.

Em segundo lugar, Sr. presidente da assembleia, pegando um pouco no comentário simpático que fez em relação à freguesia de S. Bartolomeu e à sua comparação com a «La Redoute», só é pena que não haja hipótese nem meios, porque as freguesias têm as suas limitações e, no caso das freguesias da oposição, é difícil fazer trabalho com poucos recursos. Há dificuldades acrescidas e aquele trabalho que ali está é meritório, de muito esforço e honesto. Nessa publicação estão os agradecimentos devidos a todas as entidades

oficiais que apoiam aquele trabalho, nomeadamente, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e as entidades governamentais.

Queria deixar aqui essa ressalva e, se mais se pudesse fazer, mais parecida com a «La Redoute» podia parecer a publicação de S. Bartolomeu.

Quanto ao estudo de trânsito para Angra que foi anunciado na comunicação social acerca de uma semana e meia atrás pela Sra. presidente da Câmara, queria dizer que o grupo municipal do PSD é favorável, sem reservas, à realização desse estudo que só peca por tardio.

Remeto a discussão para a última Assembleia Municipal em que debatemos aqui várias questões relacionadas com o trânsito. Na altura, a Sra. presidente até referiu que estava como estava, porque se fundamentava no estudo de trânsito existente e foi esta bancada que levantou a questão da antiguidade desse mesmo estudo em vigor e da necessidade de se actualizar esses dados e de se fazer um novo estudo.

Julgo que é uma medida positiva, tardia mas positiva e, como se vê, é fácil estabelecer pontos, fazer consensos e que as medidas, que são boas para o concelho, que sejam implementadas, mais cedo ou mais tarde, para bem de todos e não sejam fruto de polémica política.

Queria também saber se a câmara equaciona proceder a alguma redução das dimensões do tão polémico bico ou dente proeminente do passeio do Alto das Covas, que tem sido motivo de tão grandes e veementes críticas por parte de muitos munícipes.

Gostaria também de saber se seria possível a Sra. presidente nos prestar mais algumas informações acerca do andamento ou conclusão prevista das obras do hotel do Canta Galo, abertura e inauguração do hotel, desobstrução da via pública com a limpeza daquela estrada, cuja circulação se apresenta condicionada há já muito tempo. Se há alguma informação adicional que possa ser prestada aqui na assembleia, o mesmo se passando para a Pousada do Castelinho, cujas obras também estão a decorrer. Gostaríamos de saber se há alguma informação que nos possa ser transmitida acerca do andamento dessas obras e se há alguma previsão de abertura daquela unidade hoteleira, se vamos contar com a Pousada do Castelinho para o Turismo da cidade.

Gostaria também de lamentar a notícia que saiu no Diário Insular de hoje de manhã, em que a Sra. presidente assumia que, devido a várias condicionantes, provavelmente não seria no decurso deste mandato que ocorreria a construção do cais de cruzeiros em Angra. É mais uma promessa eleitoral que não vai ser cumprida, as circunstâncias são várias, mas julgo que os critérios de despesismo não podem ser apenas imputados às propostas da oposição.

Há que pôr a mão na consciência devido àquilo que a oposição criticou e que possa ser assumida alguma megalomania das propostas e promessas apresentadas em campanha pelo Partido Socialista, porque se estava a ver que seria difícil avançar com isso, no período difícil de recessão em que estávamos a entrar.

Também tem havido alguma informação vinculada pela comunicação social a respeito do hotel da Serretinha, entre a qual, a entrevista dada à União, pelo Sr. presidente da junta de freguesia da Feteira. Preocupa-me o facto de haver alguns problemas na orla marítima em que as ondas do mar têm causado alguns problemas. Há ali um problema que se pode agravar no acesso à Fajã do Ficher em que o mar já está a danificar o suporte de uma curva, verificando-se algum perigo de derrocada.

Em termos de compromissos eleitorais da Sra. presidente, havia também a hipótese de se proceder à construção do novo acesso à referida Fajã do Ficher. Gostaria de saber se isso ainda está em cima da mesa ou se, em conjunto com outras entidades responsáveis como o governo regional, se pode proceder à consolidação daquela orla marítima e de uma intervenção naquele local.

Na última reunião da Assembleia Municipal houve uma recomendação do Partido Social Democrata que foi aprovada para que se procedesse à limpeza da lixeira ilegal no antigo campos de jogos de S. Sebastião. Julgo que essa limpeza ainda não foi feita e gostaria de saber quais as diligências que podem ser postas em prática para que essa limpeza decorra o mais rapidamente possível.

Também coloquei uma pergunta quanto à drenagem das águas pluviais da nova escola de S. Sebastião para aquela ribeira lateral à Canada da Ponta em S. Sebastião. Na altura, a Sra. presidente ficou de averiguar em que condições é que aquilo se fazia, uma vez que a obra está a cargo da Secretaria Regional da Educação. Gostaria de saber se, neste momento, existe mais alguma informação que nos possa fornecer.

Ainda no que diz respeito à freguesia da Feteira, sei que o Sr. presidente da junta tem estado em contacto consigo quanto a um problema de drenagem de águas pluviais, da responsabilidade da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, mas que danifica a Canada da Furna, cuja pavimentação tem sido da responsabilidade da junta de freguesia com o apoio da Câmara Municipal. Ou seja, se há algum avanço no que diz respeito à resolução do problema da drenagem das águas pluviais da responsabilidade do governo regional, mas que danifica uma obra do poder local que já foi alvo de investimento. Cada vez que chove estraga-se o pavimento daquela canada porque a drenagem das águas da estrada regional não é conveniente.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “ Antes de dar a palavra à Sra. presidente da Câmara, gostaria de dizer ao Sr. deputado Luís Rendeiro que saudei o boletim da freguesia de S. Bartolomeu sem discriminação porque, para mim, todos os boletins são óptimos, já que revelam o trabalho feito.

É bom lembrar a obra feita aos cidadãos porque, muitas vezes, a memória nesse particular é demasiado curta. Nesse sentido, os boletins existem para lembrar o que se vai fazendo ao longo do mandato.

**A Sra. presidente da Câmara** – “Quanto às questões que me foram colocadas pelo Sr. deputado Luís Rendeiro, respeitantes a um eventual alargamento do passeio do Alto das Covas, neste momento não temos prevista nenhuma alteração ao que está feito e confesso que, apesar de essa questão já ter sido aqui a florada, que eu tenha conhecimento, nunca nos foi colocada por nenhum munícipe. De qualquer maneira, podemos averiguar a situação.

Quanto ao andamento das obras do hotel do Canta Galo, a informação de que disponho é a que vai sendo transmitida pelo proprietário e por quem está a investir. O objectivo do proprietário é ter as obras concluídas no final de Maio, incluindo as infra-estruturas de acesso a esse mesmo hotel.

No que diz respeito ao Castelinho, as obras estão a decorrer e não temos qualquer informação do seu final, nem quando se procederá à abertura daquela unidade hoteleira.

Quanto ao cais de cruzeiros, é possível que o Sr. deputado não tenho lido atentamente o que eu disse, mas eu relembro: Foi-me perguntado se eu continuava a manter a minha

opinião de que a iniciativa de construção de um cais de cruzeiros em Angra, por parte do governo regional, seria favorável ao desenvolvimento do concelho e eu disse que sim.

Também fui questionada sobre o ponto da situação e dei a conhecer o que sei neste momento; ou seja, durante o primeiro trimestre, segundo a informação do governo regional, será colocado à discussão o estudo prévio que foi realizado.

Perguntaram-me: «Então, quais as perspectivas quanto ao início da obra?» Se estamos numa fase de estudo prévio, é natural que, após ser colocado à discussão, tenham que ser elaborados todos os projectos de construção de uma estrutura daquela natureza, o que, face à sua dimensão, consubstancia um concurso público internacional pelo que eu não estimo que a obra se inicie no próximo ano. Esta é a minha expectativa e não me parece que esteja longe da realidade porque os prazos de concursos públicos internacionais são morosos.

Acho interessante a posição do Sr. deputado Luís Rendeiro porque, pelos vistos, a questão que se colocava não era o «sim» ou o «não» da construção do cais de cruzeiros, mas sim, o «mais depressa» ou «mais devagar». Confesso que não percebi muito bem. Agora já parece que se coloca a dúvida: Afinal não vai ser feito. A intenção do governo regional é a de avançar com esse investimento; pelo menos, é isso que tem sido publicamente transmitido. Vamos ver os desenvolvimentos que se seguem.

Quanto à orla marítima da Serretinha, o novo acesso não é um compromisso eleitoral meu, nem da Câmara Municipal, mas sim dos candidatos que não venceram as eleições para a Junta de Freguesia.

A orla marítima é da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Já intercedemos junto daquela entidade, incluindo uma deslocação conjunta ao local, no sentido de alertar para essa necessidade.

Quanto à limpeza do campo de jogos de S. Sebastião, já foi solicitado o preço para esse trabalho que tem um custo aproximado de 12 000 euros e será efectuado muito brevemente. Estamos neste momento na fase de adjudicação do serviço.

Na visita a S. Sebastião tivemos a oportunidade de verificar as condições de escoamento das águas pluviais. Vai ser solicitada uma melhor adequação à Secretaria Regional da Educação e Formação, no sentido de que se garanta um escoamento conveniente das águas pluviais daquela escola.

Quanto à Canada da Furna e às suas águas pluviais, após uma visita à freguesia, também foi encontrada a solução que me parece mais razoável. O escoamento é da responsabilidade da Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia e sei que o Sr. presidente de junta e a Sra. Engenheira Isménia já chegaram ao entendimento de que ela disponibilizaria equipamento para proceder à regularização do escoamento dessas mesmas águas. Quando essa fase estiver concluída, haverá lugar à regularização do piso por parte da Câmara Municipal.

Penso que não foi comunicado ao Sr. presidente de junta, para quando; pelo menos a mim, não me foi comunicado. Vão incluir no seu Plano de Trabalhos assim que possível e é natural que o façam durante o Verão, atendendo a que, agora, é uma altura pior para trabalhar esse tipo de matérias.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Uma primeira nota relativamente aos catálogos, seja o da «La Redoute», da «Venca», de brindes publicitários ou de outro tipo qualquer. O importante é percebermos que há formas de divulgação e promoção de um trabalho que pode ser desenvolvido, onde pode ser discutível a maneira como é feito em termos

estéticos, mas não é discutível a obrigação por parte de quem presta um serviço público, que é dar conta do trabalho feito.

Isso tanto é válido para o boletim municipal, como para os que as diferentes juntas de freguesia, por sua livre iniciativa, editam e distribuem na sua área de jurisdição.

Não posso deixar de apresentar aqui uma nota à intervenção do Sr. deputado Luís Rendeiro, quando se refere que as freguesias da oposição têm menos meios. Oh Sr. deputado! Que eu saiba, as delegações de competências nas juntas de freguesia concedidas pela Câmara Municipal são iguais para as do partido A ou do partido B.

Além disso, não olho para as juntas de freguesia como sendo da posição ou da oposição. Olho para todas elas com a mesma legitimidade e quem os eleitores escolheram e entenderam que era melhor para estar à frente dos seus destinos, o que me leva a fazer o seguinte comentário: Quando o senhor, num aparte, diz que a ligação relativa à Feteira, não era um compromisso da câmara, mas sim, da lista do Partido Socialista à junta de freguesia, que não saiu vencedora, se quiser entrar num pouco de lógica, perceberá que, se calhar, é porque os eleitores entenderam que isso não seria uma prioridade. Portanto, não pode pedir à Sra. presidente da Câmara que seja responsável política por opções de quem, no caso concreto da junta de freguesia da Feteira, nem sequer foi uma proposta vencedora.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “... mas apoiou, esteve lá em campanha, assumiu aqueles compromissos...”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Oh Sr. deputado Luís Rendeiro. É verdade e apoiou esses compromissos, como terá apoiado outros em todas as freguesias do concelho que se vão materializando de acordo com a vontade dos eleitores dessas mesmas freguesias. Quanto a isso, estamos conversados.

Para retomar outras problemáticas, dou conta a esta casa que eu, a minha colega Fátima Cordeiro e a Dra. Susana Gonçalves que, não fazendo parte desta assembleia, foi por ela indicada, estivemos, no passado mês de Janeiro, presentes na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo.

Enquanto membros eleitos por esta assembleia, fazemos parte da comissão alargada e pudemos aperceber-nos de todo o trabalho que essa comissão tem vindo a desenvolver e que nos parece bastante importante, equilibrado e fundamentado na intervenção diária, da qual, muitas vezes não nos apercebemos.

Gostaria de deixar aqui 3 ou 4 números do relatório da comissão referente ao ano de 2010. Houve um total de 400 processos entrados nesse ano, dos quais 190 foram resolvidos, o que significa que houve 210 processos que se prenderam fundamentalmente com questões relacionadas com abandono escolar, maus tratos e negligência.

Segundo o que nos foi indicado, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens pretende desenvolver um conjunto de acções junto da comunidade educativa nas diferentes freguesias para dar conta das suas actividades.

Gostaria de deixar aqui a seguinte mensagem: há um trabalho muito importante de identificação e colaboração por parte de todos os Srs. presidentes de juntas de freguesia. Como membros desta casa, todos nós temos a obrigação de identificar, denunciar e estar alerta para casos que envolvam crianças e jovens, mas devido a uma relação de proximidade e conhecimento do meio, seria muito importante que todos os Srs. presidentes de junta colaborassem, sempre que identifiquem no seu espaço geográfico alguma situação, contactando esta comissão, porque eles têm desenvolvido um trabalho

muito interessante, acompanhando e tentando resolver algumas das situações mais problemáticas que vamos encontrando no concelho.

Já que entrámos em questões problemáticas, na última Conferência de Líderes foi abordada a eventualidade de discutirmos nesta casa, estratégias de combate e prevenção às dependências no concelho de Angra.

Não sei se o Sr. deputado Luís Rendeiro já tem o estudo que foi feito sobre a caracterização das dependências na região. Já está também disponível no Portal do governo desde a semana passada, o Plano de Acção.

Gostaria de deixar à consideração do Sr. presidente e da Assembleia que houvesse um contacto prévio com a Direcção Regional de Combate e Prevenção às Dependências e que nos fossem apresentadas de uma forma sintética, em 10 minutos, na próxima reunião da Assembleia Municipal, as linhas gerais do plano de actuação para percebermos de que forma esta assembleia poderá participar, contribuir e perceber as ligações existentes.

Já que se começou aqui a falar em catálogos e acabou-se num resumo de imprensa, gostaria de deixar aqui a minha posição em relação ao cais de cruzeiros, lembrando que já houve aqui, de certa forma, (utilizando uma expressão muito em voga), uma mudança de paradigma. É que neste momento, pelos vistos, já não se discute se deve ou não existir um cais de cruzeiros. O que parece que ser aqui colocado, é: «Quando a obra começa».

Fica o registo, não de imprensa, mas nesta Assembleia, que há e muito bem uma evolução no pensamento das pessoas. Muito obrigado, Sr. presidente.”

**O Sr. d.m. José Alberto Borges** – “Muito bom dia, Exma. Câmara. Em primeiro lugar queria congratular-me com a eleição do professor Cavaco Silva para continuar como presidente deste país que, sem apelo nem agravo, derrotou o candidato apoiado pelo Partido Socialista nos Açores e por esta Câmara. Eu digo «Por esta Câmara», porque, na semana anterior à eleição do Presidente da República, recebi em minha casa um projecto de requalificação da Praça Velha e no meio desse projecto estava a fotografia do candidato Alegre. Quando abri aquilo, fiquei em dúvida se seria o projectista da obra ou o candidato...”

**Voz não identificada** – “*A ignorância chega longe*”.

**O Sr. d.m. José Alberto Borges** – “... mas, depois, fiquei satisfeito pelos resultados eleitorais, especialmente na ilha Terceira.

Em segundo lugar gostaria de fazer uma pergunta à Sra. presidente da Câmara: Se sabe quais os custos do desmantelamento da pocilga que está junto à nova escola da Ribeirinha e se já houve acordo com o seu proprietário. Muito obrigado.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “ Quanto à primeira questão que coloca, se tinha uma dúvida devia tê-la colocado, porque foi no mínimo deselegante ter assumido que a Câmara Municipal, fazendo a divulgação de uma iniciativa na Praça Velha, tenha pedido aos CTT que distribuíssem simultaneamente campanha eleitoral de quem quer que seja.

Como é óbvio, a Câmara Municipal distribuiu um panfleto informativo, entregando-o aos CTT que, com certeza, contratualizaram outros serviços com outras entidades. Podia ter acontecido com o Modelo, mas, pelos vistos, aconteceu com a campanha eleitoral do candidato Manuel Alegre.

Já solicitámos esclarecimentos aos CTT sobre essa matéria, que nos disseram que procederam nos mesmos termos em que o fazem noutras circunstâncias, tendo-se verificado uma coincidência na distribuição do mesmo material. Os CTT já foram



alertados para essa situação e pedimos que isso seja acautelado em situações futuras. É o que nos compete fazer e já o fizemos.

Quanto ao desmantelamento da pocilga, em primeiro lugar, é pressuposto que vai haver um desmantelamento de uma pocilga que, ao que sabemos, tem licença para funcionar legalmente. Não existindo infracções às normas de funcionamento das pocilgas, aquela não tem obrigatoriedade de encerrar. Neste momento não está previsto qualquer valor para o desmantelamento da referida pocilga, porque não há nada que indique que venha a ser desmantelada.”

**A Sra. d.m. Alódia Costa e Silva** – “Gostava que a Sra. presidente me dissesse o que se passa com os semáforos em frente ao Centro Cultural, porque já estão avariados há imenso tempo, causando muito transtorno a quem ali passa todos os dias.

A Sra. presidente disse há pouco que nenhum município lhe tinha falado sobre a questão do passeio do Alto das Covas. Gostaria de a lembrar que o Dr. Jorge Forjaz falou precisamente sobre isso na última Assembleia Municipal e nós aqui, também.

Em relação ao cais de cruzeiros, estava previsto que a obra arrancasse este ano. Entretanto, já se sabia *a priori* que todos os procedimentos prévios levariam tempo, sendo necessário reservar o tempo necessário para isso. Por isso não percebo muito bem a sua fundamentação.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Os semáforos da Madre Deus avariaram e não há a possibilidade de os reparar, dado que já não se pode substituir aquela tecnologia. Já encomendámos um novo equipamento e no dia 1 de Março estará cá o técnico para proceder à sua substituição.

Vou tentar esclarecer novamente a questão do cais de cruzeiros. Não sei onde a Sra. deputada Alódia viu escrito que a sua construção se iniciaria em 2011 ou 2012. Que eu saiba, isso nunca foi dito por ninguém, muito menos por mim, porque nunca poderia avançar com datas para a execução de uma obra, que nem sequer me compete.

O que está inscrito no Plano de Investimentos do Governo Regional é a elaboração de todos os projectos conducentes à execução de uma obra. É isto que lá está inscrito.

Se os senhores gostam muito de evocar o meu manifesto eleitoral, é óbvio que já o leram e ainda bem mas, pelos vistos, não o leram suficientemente bem ou fazem uso indevido do que lá está escrito.

A manifestação da vontade de que fosse avaliada a possibilidade da construção de um cais de cruzeiros em Angra, foi avançada por mim no dia 11 de Junho de 2008 quando assumi funções nesta câmara municipal. Desde essa data têm sido dados passos sucessivos pelo governo regional com vista à sua execução, por ser a entidade competente nesta matéria.

Em 2010 houve um período de discussão sobre a sua localização e sobre se fazia ou não sentido, e ainda bem que, pelos vistos, é já consensual no PSD que esta é uma questão necessária e que temos que avançar com todos os trâmites conducentes à sua execução.

O que é proposto no meu manifesto eleitoral é: «Estude-se a possibilidade, avance-se com os projectos conducentes à construção do cais de cruzeiros em Angra». Quem não leu devidamente que releia, porque é o que está lá dito.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Uma nota muito breve para manifestar a minha indignação e preocupação pelo facto de na última campanha eleitoral ter recebido um

«encarte» de um candidato juntamente com o das Galerias Angra, o que significa que, se eu votasse naquele candidato, teria mobílias muito mais baratas.”

**A Sra. d.m. Rita Andrade** – “Sr. presidente da Assembleia, restante Mesa, Sra. presidente, Srs. vereadores, Srs. deputados. Esta bancada gostaria de perguntar à Sra. presidente para quando se prevê o processo de expropriação dos terrenos nas Figueiras Pretas e, para não me estar a repetir sobre este assunto no período da Ordem do Dia e pedindo desculpa por isso, não sei se a Sra. presidente me poderá dar esse esclarecimento agora ou prefere dá-lo depois.

Gostaria também de saber qual foi o resultado da análise de risco efectuada pelo Serviço Municipal de Protecção Civil a essa mesma estrada, uma questão que está na página 38 do boletim municipal. Não sei se me querará responder agora ou depois, no Período da Ordem do Dia. Obrigada.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “A análise de risco foi feita por técnicos desta autarquia que conduziu a que a estrada estivesse encerrada por alguns dias. Primeiro foi encerrada parcialmente e depois impediu-se o trânsito de circular naquela zona. Após a demolição do muro que tinha ruído parcialmente, voltou a restabelecer-se a circulação.

Entretanto, já foi possível chegar a um entendimento no processo de negociação com o Seminário de Angra, que agora vai ser formalizado, e que passa pelo alargamento da via em quase toda a sua extensão, nos seus terrenos.

Da contrapartida proposta e acordada, mas ainda não formalizada, resulta a garantia dos acessos a um conjunto de lotes criados pelo Seminário, que já apresentou a referida proposta para que a Câmara possa identificar as aberturas e criar acessos a cada um desses lotes, na estrada, no muro lateral de suporte às terras”.

**O Sr. d.m. Carlos Pinheiro** – “Bom dia, Sr. presidente, excelentíssima Mesa, excelentíssimos deputados. Eu queria referenciar duas situações relacionadas com a Feteira. Por meio do relacionamento que temos tido com a Câmara, que tem sido excelente, tivemos o cuidado de chamar alguém do Ambiente e do Mar para verificar a zona de costa na zona da Serretinha.

O mar está a varrer cada vez mais aquela zona e o que nos preocupa bastante não é só a zona da estrada, mas também toda aquela orla que vai desde a Feteira até à Ribeirinha. Aqueles montes ali estão a degradar-se e não há protecção nenhuma da orla marítima.

Na altura da visita, fomos acompanhados por uma pessoa da Secretaria do Ambiente e do Mar. Foi marcada uma audiência com o senhor secretário e era para ter sido feita uma visita ao local. Essa visita não chegou a ser feita por uma questão de falta de tempo. Entretanto, marcou-se outra audiência e o que me estranha bastante, é que em Dezembro se tenha recebido uma carta a dizer que o problema da estrada é da Câmara Municipal.

A gente sabe perfeitamente que é da Câmara Municipal, mas, se não se fizer o reforço da orla marítima, o impacto faz com que a estrada se vá degradando. A estrada e não só, é toda aquela zona ali. Está-se a falar em relação à estrada, mas as outras zonas por ali fora na Ponta Ruiva, que não têm casas, estão a ser galgadas mensalmente e vê-se perfeitamente que, quando aquilo acontece, o mar fica cheio daquelas lamas e canas resultantes das quedas naquela zona.

Em relação à Canada da Furna, nós, junta de freguesia, em colaboração com a Câmara, fomos ao local e frisámos à Sra. Engenheira Isménia, da Ciência e Tecnologia, que o problema era todo, exclusivo, apesar de eles nos terem... até a parte do fiscal estar a

querer fugir um pouco às suas responsabilidades, foi dito que eles teriam que resolver aquilo.

O tempo não tem estado muito bom, mas poderiam pelo menos corrigir uma coisa que fizeram indevidamente: limpavam a furna e meteram o lixo em cima de um monte. O que é que acontece? Quando chove, o que estava em baixo vem para cima e torna a ir para baixo.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Só para reforçar aquilo que disse o Sr. presidente da junta e que, no fundo, eu já tinha também avançado. Acrescentou uma questão que me parece relevante, que é o facto da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, de facto, ter enviado uma carta, pelos vistos para a junta de freguesia e para a Câmara Municipal, informando que o problema da estrada é da Câmara Municipal.

Naturalmente que a estrada é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas o que está a levar à sua destruição resulta da falta de protecção da orla costeira. Portanto, a Câmara pode repavimentar sucessivamente a estrada que não resolve o problema da orla costeira, cuja intervenção é da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Como tal, terá que ser assegurada por essa mesma entidade.

Há pouco, o Sr. deputado Luís Rendeiro colocou uma questão sobre o escoamento das águas pluviais da escola de S. Sebastião. Parece-me que seria útil que o Sr. vereador Francisco Cota Rodrigues esclarecesse esta questão, porque já foram efectuadas algumas diligências e ele poderá explicá-las.”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “Bom dia a todos. Quanto à escola de S. Sebastião, fizeram-se diligências para que as águas pluviais oriundas dos recintos da escola e dos próprios telhados tivessem um destino diferente daquele que se estava a prever em projecto, ou seja, que fossem conduzidas por uma calha que as levasse até à Baía da Salga e costuma levar. Ora, essa calha, de vez em quando, apresenta alguns problemas porque transborda, sobretudo quando as precipitações são mais elevadas e nós alertámos a escola para isso.

Até agora, oficialmente, não recebemos nenhuma resposta, mas eu soube por outras vias, que estão a ser construídas fossas na escola, para que a água, que chega até às ditas calhas, vá diminuindo de caudal até que lá chegue pouca ou nenhuma, infiltrando-se pelo caminho. Esta é a forma que me parece a mais correcta. Criam-se fossas para sumir as águas pluviais que só em precipitações muito excepcionais é que chegam às calhas. Assim, os problemas serão muito menores.

No que respeita à intervenção do Sr. Carlos Pinheiro, a estrada da Serretinha é uma coisa, a arriba costeira que vai da Serretinha à Ponta Ruiva é outra. Fazer obras geotécnicas de consolidação dessa arriba, parece-me muito complicado. A rocha toda a vida caiu e provavelmente vai continuar a cair. O que há é que prevenir cá em cima, de maneira a que não cause muitos prejuízos nem danos às pessoas.”

**O Sr. d.m. Guilherme Melo** – “Sr. presidente da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, Sr. vereador, Srs. e Sras. deputados municipais, Exmo. público, bom dia a todos. Queria perguntar à Sra. presidente da Câmara qual a data prevista para a entrega do autocarro eléctrico que o Governo Regional anunciou que ofereceria ao município de Angra para integrar, penso, os nossos «mini buses».

Permita-me também, Sra. presidente da Câmara, que volte a falar no Cais de Cruzeiros. Em 2010, o Governo Regional anunciou que o estudo prévio seria posto à discussão pública no ano de 2010. Houve um atraso justificado, prevendo-se que fosse discutido

logo no início de 2011. Entretanto, já vamos a passos largos para o final do primeiro trimestre e esse estudo ainda não foi colocado à discussão.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Ainda estamos em Fevereiro. Não seja precipitado.”

**O Sr. d.m. Guilherme Melo** – “... Em finais.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Não estamos em finais do primeiro trimestre. Ainda falta o mês de Março todo. Algum rigor é bom nestas intervenções.”

**O Sr. d.m. Guilherme Melo** – “... Se o Governo Regional já tem na sua posse o estudo prévio, não sei porque é que demora em pô-lo à discussão pública. Não há necessidade disso, até porque esse projecto, em si, já está atrasado. Isso foi anunciado pelo governo e estou aqui a lembrar o que aconteceu. Além disso, o próprio orçamento para este ano tem verba, agora não sei precisar, mas daqui a pouco já consigo saber o valor e quais as medidas que o governo prevê no plano para este ano de 2011.

A nossa missão aqui é a de exigir que o Governo Regional cumpra aquilo que prometeu, porque o Cais de Cruzeiros vai ser necessário e útil para a Angra do Heroísmo. Portanto, devemos unir-nos todos e pedir que o Governo Regional cumpra aquilo que prometeu.”

**O Sr. d.m. José Gabriel Silva** – “Bom dia, Sr. presidente da Assembleia, Sra. presidente da Câmara e Srs. vereadores, caros colegas. A minha intervenção relaciona-se com a apresentação feita ontem do Plano de Revitalização da Urbanização do Lameirinho. Quero aqui salientar que ela é de toda a importância, pelo enriquecimento patrimonial e pela vivência social, recreativa e desportiva que vai dar à periferia da nossa cidade, satisfazendo as carências sentidas na nossa freguesia com a falta de instalações.

Tenho pena que este projecto não possa ter sido apresentado aqui hoje nesta assembleia, devido ao seu interesse, até mesmo social.

O aproveitamento que ali vai ser feito não se destinará apenas aos habitantes daquela urbanização. Servirá também todos os munícipes de Angra do Heroísmo porque englobará, além de um parque infantil e um centro de convívio, que, segundo a Sra. presidente da Câmara ontem anunciou, possivelmente terá a sua construção iniciada ainda este ano, também um complexo muito superior, onde serão instaladas as novas Sedes das associações, dos grupos folclóricos e de outras instituições públicas, recreativas, culturais e desportivas naquela área, além de um pavilhão desportivo e um ringue, porque, numa freguesia tão grande como é a da Nossa Senhora da Conceição, não há um espaço, a não ser aquele agora aproveitado, para que as nossas crianças possam praticar o desporto.

Queria regozijar-me com esta iniciativa e a sua apresentação realizada ontem, que contou com a comparência de algumas dezenas de pessoas. Muito obrigado.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Sr. deputado Guilherme Melo. Quanto à data prevista para a entrega do autocarro eléctrico, a informação que temos é que foi lançado o procedimento público com vista à aquisição de 2 autocarros, um maior e outro mais pequeno, pela Secretaria Regional de Ciência, Tecnologia e Equipamentos. Também temos a informação de que há uma longa lista de espera, portanto a sua disponibilização não é muito rápida.

De qualquer forma, é intenção do Governo Regional fazer essa entrega à Câmara Municipal com alguma brevidade. Queria só alertá-lo para uma questão: eles não vêm substituir ou reforçar os «mini buses», nem vêm fazer os seus percursos. Pretende-se que um deles, o autocarro de maior dimensão, venha essencialmente dar apoio às escolas do concelho e às actividades às quais a Câmara Municipal assegura o transporte,

designadamente à piscina do INATEL, às visitas de estudo das escolas, ao apoio aos centros de convívio de idosos e algumas visitas de estudo que são efectuadas pelos alunos mais crescidos.

O autocarro mais pequeno destinar-se-á essencialmente a pessoas com mobilidade reduzida, fazendo o transporte entre alguns pontos da cidade e os centros de fisioterapia, o hospital, o centro de saúde, etc. Não farão o mesmo circuito dos «mini buses».

Quanto à intervenção do Sr. presidente da junta de freguesia da Conceição, queria apenas fazer uma pequenina achega. Foi de facto apresentado ontem o Plano de Revitalização da Urbanização do Lameirinho que visa essencialmente dois grandes objectivos, um deles, a avaliação dos espaços vazios daquela urbanização, propondo ocupações para cada um.

Para além disso, foi feita também uma avaliação aos logradouros das habitações, no sentido de os requalificar. Foram basicamente encontradas seis áreas prioritárias de intervenção e numa delas, conforme foi aqui avançado pelo Sr. presidente da junta de freguesia, pretendemos instalar um parque infantil, complementado com um edifício de apoio às actividades das crianças e dos mais idosos, que permita funcionar como um espaço inter-geracional de encontro entre os mais velhos e os mais novos.

De todos os usos que foram propostos para os espaços, esse será o prioritário e vamos avançar já com a concretização do projecto de arquitectura e respectivas peças conducentes ao licenciamento, para que possamos lançar o procedimento e ter a obra concluída em 2012.

Os outros usos a dar àqueles espaços são diversos. Pretende-se que um seja ocupado com equipamentos desportivos e de lazer, como já foi aqui referenciado, e outro por associações do nosso concelho que neste momento não têm sede.

Também se pretende que seja um ninho de empresas, ou que ali haja uma incubadora de empresas e um conjunto de espaços comerciais que possam vir a ser ocupados por pessoas que residam, ou não, naquele bairro.

Foi um trabalho executado pelo arquitecto José Parreira. Ainda equacionámos a sua apresentação hoje aqui, mas como duraria cerca de 45 minutos, não se enquadrava no período de antes da ordem do dia. Fica para uma próxima oportunidade, sendo certo que todos os Srs. deputados municipais foram convidados a comparecer àquela iniciativa. Obrigada.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “É só mais uma pequena achega em relação à intervenção do Sr. vereador Cota Rodrigues a propósito da situação da escola de S. Sebastião. Pedia-lhe que, assim que tivesse uma informação segura e oficial acerca da construção de fossas ou de outro mecanismo qualquer de atenuação do problema das águas pluviais, a divulgasse à Assembleia Municipal.

A segunda situação era uma correcção. É que, aquela drenagem das águas não se fazia para a Baía da Salga, mas sim para a Baía das Mós, com a agravante de se tratar de uma zona protegida, porque há lá uma reserva natural de Garajau Rosado, com algum interesse ambiental.

Seria bom que pudéssemos confirmar esta informação de modo oficial em vez do «diz que disse», ou «poderá eventualmente ser uma fossa», para assim podermos saber o que é que vai ou não ser feito e manifestarmos o nosso apoio ou eventual discordância com alguma das obras. Muito obrigado, era só isto.”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “O escoamento já existia seguindo para uma ribeira que estava lá instalada. A própria ribeira já é parte integrante da zona protegida. Já lá estava, corria para a zona protegida e drenava o caminho e aqueles terrenos por onde passava. A ribeira era parte integrante da zona a proteger...”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “... É um factor novo, Sr. vereador. A existência de uma escola, a impermeabilização daquele terreno e o volume de água que aquilo capta, sabe isso melhor que qualquer um de nós, é um facto novo e daí...”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “É um facto novo. Eu estou habituado a ver muita gente a falar e a palpar sobre água. Neste último fim-de-semana ouvi tanta coisa sobre água que até me espantei. Espantei-me mas não vou abrir a boca, porque eu não costumo comentar o trabalho dos meus colegas. Portanto, vou estar caladinho.

A este propósito, é o que eu lhe estou a dizer. A ribeira já existia e era parte integrante e fundamental na zona protegida. A ribeira drenava os terrenos. A sua bacia hidrográfica está bem delimitada. A única situação que surgiu foi uma escola, em que se aumentou a área impermeabilizada. Diminuiu-se a infiltração e, naturalmente, isso vai aumentar o escoamento superficial.

O que é que se está a fazer? O que é que eu sugeri? Sugeri que se fizessem fossas, sumidouros, para que a água que se vai acumulando superficialmente se vá infiltrando. Sugeri isso na missiva que enviei à Secretaria Regional da Educação. Como lhe disse, ainda não me responderam. Logo que me respondam, naturalmente dar-lhe-ei conhecimento. O que me disseram foi que, de facto, já se tinha dado início à construção das ditas fossas. É isso o que eu lhe posso afirmar. É o que sei.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Sem querer alargar muito o debate, queria dizer ao Sr. vereador que coloquei uma questão simples, para uma resposta simples. Um pedido para quando houvesse uma informação oficial e não o «diz que disse». Não tem que se incomodar com isto, Sr. vereador. É só uma resposta simples. E se a solução adoptada for, de facto, a construção das fossas, digo-lhe já que concordo. Acho que é uma boa solução. É só para que a gente possua informação fidedigna e não informação de corredores. Muito obrigado.”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “A própria ribeira não põe em causa uma zona protegida. Corre para a zona protegida e faz parte da zona protegida...”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Sr. vereador, o que eu disse é que à drenagem das águas pluviais de uma escola, que é um edifício novo, acrescia o volume de águas escoadas para aquela ribeira e acrescentava um dado novo àquele local, que é um local protegido. Não disse que a ribeira lá não estava, Sr. vereador. Não ponha na minha boca palavras que eu não disse.”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “Sabe se esse acréscimo é positivo ou negativo? Não se sabe!”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Têm a Câmara Municipal e a Direcção Regional do Ambiente meios para estudar e nós para fazermos perguntas, Sr. vereador.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Bom dia, Sr. presidente da Assembleia Municipal, Sra. presidente da Câmara, Srs. e Sras. vereadoras.

Querida saber do andamento das obras de requalificação da zona do Pico da Urze, Terra Chã, etc., se estão concluídas, se não estão, o que é que falta, o que é que há, se houve segundas intervenções feitas por entidades terceiras para colocação de cablagens, etc.

Disso já tivemos conhecimento aqui, era para saber o ponto da situação dessa obra e previsões de encerramento e conclusão nas diversas frentes. Obrigado.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “ Sr. presidente, Srs. membros da Assembleia, Sra. presidente, Srs. vereadores. Eu não queria eternizar nem polemizar ainda mais a discussão. Apenas dar uma nota porque, pelo que percebi, o grupo municipal do PSD já não tem tempo. Seria até desagradável fazê-lo.

Queria apenas deixar aqui a seguinte nota, ainda relativamente ao Cais de Cruzeiros. Não me compete a mim, nem à Sra. presidente da Câmara, nem a nenhum dos presentes, assumir as dores de parto do governo ou da oposição em termos do que é a política regional.

Subscrevo grande parte da última intervenção do Sr. deputado Guilherme Melo, quando diz que é uma coisa necessária e pode contribuir para o desenvolvimento e potenciação de novas funcionalidades para a ilha e para o concelho. Subscrevo e partilho da sua opinião.

Agora, o que eu não posso deixar de referir é que, antes sequer de ter terminado um prazo, isso foi objecto de uma discussão, um debate, um colóquio promovido pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira, com a presença do secretário Regional da Economia, onde foi apresentada a calendarização da evolução do projecto do Cais de Cruzeiros, o plano prévio, a discussão pública, etc.

Havendo estes factos concretos, não são coisas de corredor, foram declarações públicas e assumidas. Vendo isso, compete-nos estar vigilantes para sabermos se haverá Cais de Cruzeiros e tomarmos uma posição, caso não haja. Até lá, o fórum de discussão adequado para isso é a Assembleia Legislativa Regional. E nós temos a felicidade de ter nesta casa, entre Câmara e Assembleia Municipal, 5 deputados da Assembleia Legislativa Regional, a saber: os deputados Carla Bretão e António Ventura do PSD, Artur Lima do CDS-PP, José Gaspar Lima e António Toste do Partido Socialista.

Temos aqui um leque variado de potenciais defensores da opção Cais de Cruzeiros dos três partidos, representados e eleitos por esta ilha, para também, no fórum adequado, procederem a essa pressão. Agora, estarmos aqui a discutir e a questionar a Sra. presidente da Câmara sobre uma iniciativa da exclusiva responsabilidade do Governo Regional, é um pouco chover no molhado. Muito obrigado.”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “As obras da Canada dos Folhadais e do Pico da Urze estão concluídas. Foram concluídas a semana passada. Ainda falta pintar a estrada mas a pavimentação está feita. Infelizmente começámos por ter uma série de problemas relacionados com as condições meteorológicas que não permitiram a asfaltagem durante um período muito grande, sobretudo antes do Natal. Depois, temos uma única empresa que trabalha com betuminoso para asfalto que é a TECNOVIA e isso causou-nos alguns problemas, porque eles têm outros compromissos e às vezes ficam sem saber para onde vão de ir trabalhar.

Quanto à Terra Chã, estamos agora na primeira fase. Já se substituíram as tubagens no troço entre a igreja e a Canada dos Folhadais e vai proceder-se agora à asfaltagem. Uma vez terminada essa fase, vai iniciar-se a outra, desde a Canada dos Folhadais à Boa Hora.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Também queria fazer uma pergunta em relação a isso. Há certas zonas no Pico da Urze onde o betão não ficou em condições. Era só para saber

se a obra está aceite nesses termos ou se vai ser corrigida. Refiro-me ao Pico da Urze porque é uma zona onde passo todos os dias, por acaso.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “O Sr. presidente da Junta de freguesia de S. Pedro já nos alertou para algumas deficiências na asfaltagem, supostamente no último troço, na última parcela. Eu passo por lá todas as manhãs e confesso que, como utilizadora da estrada, não me apercebi desses problemas.

O Sr. presidente da Junta, penso que no início desta semana, tinha colocado a questão à Câmara Municipal. O Sr. vereador acabou de chegar agora de Lisboa e eu ainda não tinha tido oportunidade de lhe transmitir essa informação. Também não sou especialista nessa área e com certeza os engenheiros verificarão essa situação. A única questão que eu noto na asfaltagem é o que acontece em muitas circunstâncias e tem a ver com o facto das tampas de acesso estarem um pouco abaixo do nível.

Também notei hoje que há algumas irregularidades nalgumas partes do percurso e vamos verificar essa situação. Isso aconteceu por exemplo também na Canada das Relvas, nas Doze Ribeiras, onde foi feita uma pavimentação recente e onde terá que ser colocada mais uma camada de betuminoso. Vamos aguardar o relatório dos técnicos sobre essa matéria. A obra ainda não foi entregue, até porque ainda não foram feitas as pinturas do pavimento.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Só para reforçar aqui este aspecto. Ainda bem que a obra ainda não foi aceite, porque o alcatrão nesta zona do Pico da Urze está feito, salvo erro, desde o Natal, ou finais de Novembro. Não me recordo se desde o Natal ou finais de Novembro. O primeiro troço já evidencia sinais de degradação ao fim de quatro meses, nomeadamente oscilações na lomba.

É evidente que a Câmara, como entidade proprietária e receptora desta obra, tem que se preocupar, não só com esse, que foi o primeiro troço a ser alcatroado, mas também com as condições de todos os outros, concluídos mais recentemente e que estão a ser entregues. Se aconteceu ali, não quer dizer que não aconteça nos outros. Daí a pergunta e a referência específica àquele, porque, sendo o primeiro, já é visível ao fim de quatro meses.

Dou como outro exemplo o troço do Caminho de Baixo que não foi uma obra da Câmara Municipal mas sim do Governo Regional. Ao fim de quatro ou cinco anos já apresenta sinais de degradação absolutamente inaceitáveis com o fluxo de trânsito que tem. Esses sinais, a dada altura, já chegaram a estar pintados devido a uma denúncia que houve na imprensa ou feita por algum partido, não me recordo. Chegaram a estar sinalizados com tinta de «spray» vermelha, como se fosse para serem reparados. A tinta desapareceu e esses buracos, essas nódoas, continuam lá.

Numa obra que está a ser feita de raiz, um investimento, a abertura de valas, não foi uma repavimentação como esta. Foi todo o processo, desde a zona de Terra Chã à Canada dos Folhadais. Acho que a Câmara deve ser mais exigente nisto, para que daqui a quatro anos não tenhamos que pagar novamente uma repavimentação.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Queria só lembrar o Sr. deputado Nuno Melo Alves que estamos atentos, especialmente nesta fase, e a suscitar as reparações necessárias, visto tratar-se de um período de garantia da obra, garantia essa que a Câmara pode, a todo o tempo, accionar, tomando as diligências necessárias. Por isso mesmo é que há sempre um período alargado.



Em muitas circunstâncias, sendo a obra entregue imediatamente à Câmara e devidamente recepcionada, poderão existir situações de degradação que só se vêem, conforme disse, dali a 4 ou 5 meses ou passado mais algum tempo. Por isso é que, normalmente, as garantias são de 5 anos e a Câmara Municipal, a qualquer altura, pode accioná-las.

Estamos atentos a essa matéria e queria agradecer esse facto. As juntas de freguesia são sempre um elo importante de ligação e de reporte destas circunstâncias, como aliás já aconteceu nas Doze Ribeiras, onde também vai ser necessária uma rectificação. Na pavimentação que fizemos muito recentemente na Ribeirinha, houve também a necessidade de algumas correcções. Estamos sempre atentos a estas circunstâncias e a assacar as responsabilidades às empresas que executam as obras.”

## **D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 - DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **1.1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativa à actividade municipal desenvolvida durante o período de 17 de Dezembro a 25 de Fevereiro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para apreciação.**

**A Sra. presidente da Câmara** – “Sr. presidente, Srs. vereadores. Algumas das questões em destaque já foram aqui referenciadas. De qualquer maneira, não queria deixar de assinalar as conferências que, na sequência de uma proposta da GERACULTURA, foram efectuadas no âmbito das comemorações do centenário da república, sobre quatro vultos terceirenses com papel proeminente nessa época.

Destaco também um conjunto de arruamentos que foram recentemente objecto de intervenção da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados. Já referenciamos aqui alguns deles: a Canada das Relvas nas Doze Ribeiras, uma canada que faz a ligação ao Bairro do Bravio, que é um arruamento novo também já concluído, a Canada da Parreira na Ribeirinha, os arruamentos que incluem as Canadas do Celis e de S. Bartolomeu, que também sofreu recentemente uma grande intervenção, numa estrada com uma dimensão bastante considerável, que liga as duas estradas regionais, não se tratando exclusivamente de pavimentação, envolvendo também uma intervenção em termos de substituição da rede de águas, uma prioridade da autarquia.

Acabámos de falar de uma intervenção muito importante ao nível de abastecimento de água na ligação entre a Canada dos Folhadais e o Pico da Urze e, para além desta, uma outra que está a ser executada, ligando a Boa Hora à Igreja da Terra Chã.

Durante este período também foi apresentado pela Universidade dos Açores o resultado dos testes de combate às térmitas da madeira seca, que nos parece uma ferramenta muito útil para desenvolvimentos futuros, surgindo como um nicho de mercado interessante para as empresas locais que possam vir a investir nesta área e sobretudo para os nossos municípios, que poderão vir a ter uma forma eficaz de combate a essa praga.

Parece-me também importante relevar os protocolos que assinámos com um conjunto de instituições e que estavam previstos no Plano de Investimentos da autarquia para 2011, designadamente com o Sport Clube Angrense, a Associação Humanitária de Bombeiros de Angra, o Império de Santo Amaro, a Casa do Povo do Porto Judeu e mais algumas

associações, com vista à reabilitação de Sedes e obras de melhoramento em cada um dos espaços em que desenvolvem as suas actividades.

Também queria salientar a conclusão do processo de criação da empresa municipal TERAMB, que já se encontra em funcionamento com orçamento aprovado e neste momento já em fase avançada. Tanto assim é que já apresentaram resultados do relatório efectuado sobre as diversas tecnologias para tratamento de resíduos sólidos na Ilha Terceira e fizeram uma análise mais concreta para encontrarem a solução futura respeitante ao tratamento dos resíduos na nossa ilha.

Existe ainda um extenso número de actividades mas, mais do que estar aqui a falar sobre elas, se calhar, ouviria as questões que têm para colocar sobre cada um dos assuntos.”

***O Sr. presidente da Mesa interrompeu momentaneamente os trabalhos, enquanto davam entrada na sala os alunos e professores da escola Padre Tomás de Borba.***

**O Sr. presidente da Mesa** – “ Vamos recomeçar os nossos trabalhos. Permitam-me entretanto que saúde os alunos e os professores da escola Tomás de Borba, dizendo que é um gosto tê-los aqui nesta sessão da Assembleia Municipal de Angra.

Os órgãos do município são a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. A Câmara está representada pela Sra. presidente e pelos Srs. vereadores e a Assembleia é composta por todos os restantes membros que vêm à volta destas mesas.

A composição da Assembleia tem duas componentes. Uma decorre da eleição directa dos cidadãos e há também os Srs. presidentes das Juntas de Freguesia do concelho que têm assento neste órgão por direito próprio.

É importante termos em conta que às vezes dizem-se algumas coisas que são menos verdade do ponto de vista do funcionamento destes órgãos. Um não funciona sem o outro. A Câmara não pode funcionar sem a Assembleia, nem a Assembleia sem a Câmara. É importante termos isto em linha de conta porque, por vezes, diz-se: «Bem, a Câmara tem maioria, a Assembleia tem maioria». Portanto, confundem-se aqui coisas que são extremamente importantes do ponto de vista do funcionamento regular de uma autarquia.

Também é importante que vocês tenham em conta que, apesar das diferenças de opinião entre os diferentes grupos parlamentares, de que irão dar conta enquanto aqui estiverem, fundamentalmente o que se quer é o bem da nossa terra e do nosso concelho, apesar das diferentes posições que cada grupo possa ter.

Ontem, numa das minhas leituras, não resisti em tomar nota de uma frase que encontrei, para vo-la referir aqui hoje: “Todo o valor humano se baseia na transformação do verbo ter, no verbo ser”. Era bom que estes órgãos tivessem em conta o valor desta frase, ou seja, para o homem, para o ser humano, o que é importante não é o que se tem do ponto de vista material, mas o que se é do ponto de vista de cidadão, de se ser um homem bom, um bom chefe de família, um bom aluno, um bom pai, um bom professor. Isso é que é importante para a humanidade.

Infelizmente vivemos um período de grandes convulsões a nível mundial, porque se invertem, em muitos casos, estes valores e muitas das vezes se tornou mais importante ter do que ser.

É importante que tenhamos a noção de que nada serve termos valores materiais, se não tivermos princípios. Espero que aprendam alguma coisa connosco e continuo a dizer que é um gosto tê-los aqui a assistir à Assembleia Municipal de Angra.”

**O Sr. d.m. José Gabriel Pimentel da Silva** – “Bom dia, Sr. presidente da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, respectivos vereadores, colegas e amigos deputados, Exmo. público, hoje, jovem. Espero que venham a dar por bem empregue esta hora que vão passar aqui connosco. Na sequência das palavras do nosso presidente da Assembleia, aqui estamos para defender o nosso concelho e, sobretudo, a nossa ilha.

Posto isso e como já foi aqui referenciado por outra bancada, eu queria destacar a inauguração do monumento ao touro no passado dia 22 de Janeiro de 2011, não só pelo enriquecimento patrimonial que vem dar à nossa cidade, mas também porque gostaria de enaltecer uma obra que, para mim, é uma obra de arte, ainda por cima realizada por um artista da nossa terra, o nosso amigo e conhecido Renato Costa e Silva.

Julgo também que deve ser aqui referenciado esse grupo de aficionados que, em boa hora, pensaram e deram corpo e alma ao seu sonho, para que o mesmo fosse uma realidade, logicamente com o apoio da Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Quero assim também manifestar que este nosso artista conseguiu prestar a justa homenagem ao touro, um animal bravo e nobre, e dizer-vos ainda que o touro no seu todo e aquele momento são para mim uma miscelânea de beleza, arte, sentimento, alegria e emoção.

Que muitos monumentos iguais àquele apareçam na nossa cidade, no nosso concelho, que bem precisa, porque estamos despovoados de monumentos que nos traduzam valores históricos para enriquecimento da nossa história. Muito obrigado.”

**O Sr. d.m. João Maria Mendes** – “Sr. presidente, Sra. Câmara, Srs. deputados, assistência, muito bom dia a todos. Neste ponto em que estamos a discutir sobre a actividade municipal, gostaria de salientar também algumas questões que me parecem pertinentes e de grande importância para a sustentabilidade do nosso concelho.

Começaria pelo anúncio que já foi feito e que considero muito importante da concretização do Plano de Pormenor e Salvaguarda da zona classificada de Angra. Creio que estes planeamentos são extremamente importantes, sobretudo quando se trata de zonas classificadas, em que as intervenções e a vivência nessas áreas têm que, de alguma maneira, estar asseguradas por Planos concretos.

Contrariamente a algumas opiniões, creio que os Planos não podem ser apenas etéreos e com boas intenções, mas sim uma cartilha de factos, de regras, para actuação dentro dessa zona classificada. É claro que compreendo que há muitas pessoas que gostariam de ser talvez um género de uma polícia de costumes muçulmana, em que ditariam a sua vontade e o seu gosto de livre arbítrio.

Creio que o pior que pode acontecer a uma zona classificada é não haver regras de actuação, porque, se ficar ao livre arbítrio de uns pretensos sábios na matéria, daqui a dias temos o gosto dessas pessoas e não a salvaguarda daquilo que deve ser, de facto, salvaguardado. Por isso, ainda bem que a Câmara, finalmente e depois de muitos anos de espera, está a levar a bom porto a existência deste Plano de Pormenor e Salvaguarda do centro histórico de Angra.

Este era o primeiro assunto que gostaria de destacar, embora também haja outros que me parecem importantes, porque a cidade de Angra e até mesmo o nosso concelho não se podem resumir a áreas determinadas. É o conjunto na sua totalidade que tem que ser valorizado. Por isso é com agrado que me apraz verificar aqui no relatório ou na informação acerca da actividade municipal que estão a prosseguir as obras de recuperação do tanque do azeite. É um monumento antigo que todos nós nos habituámos

a ver desde sempre e creio que a sua recuperação também faz parte da valorização patrimonial da nossa cidade.

Igualmente também o destaque para aquilo que chamam a Casa de Chá do Jardim de Angra, que é a recuperação, creio eu, da antiga estufa que lá está. Ainda o ano passado, nas actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal e pela CULTURANGRA durante o Verão, ali decorreu, como todos se devem recordar, uma festa alemã que movimentou aquela estufa. Nunca me tinha apercebido que aquele é um lugar muito aprazível para eventos culturais. Ainda bem que o estão a fazer.

Também do ponto de vista da valorização do nosso concelho, gostaria de realçar, até porque não sabia da sua existência, que este laboratório municipal está a enveredar pela rentabilização das lamas da ETAR de Angra. Creio que nessa perspectiva de uma valorização tecnológica e científica do nosso concelho é extremamente importante o que se está a fazer a respeito desta rentabilização e das análises periódicas que esse mesmo laboratório municipal deveria ter como grande objectivo e grande finalidade no nosso concelho.

Eram estas as questões que eu gostaria de salientar, congratulando-me com a Câmara de Angra, com os Serviços Municipalizados e com todos os seus funcionários por estas iniciativas que estão a ser levadas a curso. Muito obrigado, Sr. presidente.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Queria aproveitar também para saudar os alunos da Escola Tomás de Borba presentes na Assembleia Municipal e começar por dizer que, apesar dos partidos terem grandes divergências na maioria das vezes, também em outras facilmente concordam, e eu, neste caso, queria dizer que assino por baixo tudo o que o Sr. deputado João Maria Mendes disse na fase inicial da sua intervenção, quanto à importância de haver regras nos centros históricos classificados e também da importância do Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra.

Tenho pena, no entanto, e aí é que começamos se calhar a discordar, de se terem começado a fazer algumas intervenções polémicas antes da discussão e aprovação desse Plano de Salvaguarda e isto remete-me de novo para o processo de requalificação da Praça Velha, para o processo do mobiliário urbano da Rua da Esperança e para aquele assunto que tem dado muito pano para mangas.

Não queria deixar passar mais esta sessão da Assembleia Municipal sem voltar a dizer que o grupo municipal do PSD lamenta a forma como o processo foi conduzido e não ter havido um debate, uma discussão pública adequada, porque a Praça Velha e o centro histórico de Angra mexem muito com o sentir e com as emoções das pessoas que aqui vivem, que aqui trabalham e que gostam desta cidade.

O que aconteceu foi que de facto a população manifestou-se contra, mais do que a própria obra, julgo eu, contra uma política de factos consumados que não se deve manter. Deve ser sempre privilegiada a discussão pública e não os factos consumados, não uma qualquer ditadura de um tipo de gosto ou de algum técnico que prevaleça perante a história daquilo que tem sido a evolução desta cidade e que conduziu a que ela hoje fosse património mundial.

Nesse sentido, gostaria de colocar algumas questões. A primeira se se prevê alguma intervenção do género para a Rua da Palha e que tipo de mobiliário urbano estará previsto para aquela rua; se é um mobiliário mais de encontro ao antigo, ao tradicional, ou se vamos mais uma vez optar por soluções como aquelas que foram escolhidas para a rua da Esperança que, na opinião do grupo municipal do PSD, são demasiado modernistas, chocam com a arquitectura antiga da cidade e têm um problema de base, que é o facto de

os bancos que ali foram colocados não terem costas e se revelarem muito desconfortáveis para os principais utilizadores daquele tipo de mobiliário urbano, que são os cidadãos idosos. Portanto, é importante que haja mais algum tipo de apoio nestas situações.

A segunda questão era respeitante ao novo quiosque da Praça Velha que vai ser construído: se se mantém a versão que foi apresentada pela Câmara Municipal, com um formato tipo contentor marítimo, ou se se vai optar por uma nova solução, talvez menos modernista, que se enquadre melhor numa cidade antiga.

No que diz respeito à actividade da Câmara Municipal, o grupo municipal do PSD gosta e congratula-se sempre que a Câmara Municipal faz e inaugura novas obras. Entendemos no entanto serem desnecessárias acções de inauguração de obras antigas e já existentes que simplesmente são repavimentadas ou requalificadas.

Obras novas inauguram-se. Manutenções de obra não se inauguram. E quando isso se faz consideramos uma acção de propaganda desnecessária. Posso dar dois exemplos: a Canada do Celis em S. Pedro e a Canada da Calçada em S. Bartolomeu. Obras já existentes que foram apenas requalificadas, não carecendo de cerimónias de inauguração.

Quanto ao tanque do azeite que também o Sr. deputado João Maria Mendes referiu, gostaria só de questionar para quando se prevê o seu enchimento.

Queria também referir um problema que surgiu com o mau tempo e com os ventos dos últimos dias, em que a zona circundante do aterro sanitário ficou muito suja com plásticos e outros detritos que as condições atmosféricas se encarregaram de espalhar. Queria chamar a atenção que é necessário proceder, logo que possível, à limpeza daquela área envolvente do aterro.

Queria também saber se neste momento existe mais alguma novidade ou se há mais alguma intenção por parte da Câmara Municipal de actuar no sentido de promover o controlo de roedores no aterro, que continuam a ser a eterna praga daquele local. Em muitas situações as pessoas têm de se deslocar ao aterro durante a noite porque está aberto 24 horas por dia. Quando morrem animais, os agricultores vão lá depositá-los porque continua a existir o problema do mau funcionamento ou do não funcionamento da incineradora do matadouro do IAMA da Praia da Vitória.

A incineração das carcaças dos animais mortos acontece esporadicamente, se é que acontece. A prática comum continua a ser a deposição desses mesmos animais em aterro sanitário, o que muitas vezes ocorre à noite. Quem lá vai relata quadros dantescos relacionados com a presença de ratos e ratazanas no local.

Ainda no que diz respeito ao tratamento de resíduos sólidos, e tendo em conta a apresentação pública feita pelo Sr. vice-presidente da Câmara do projecto de tratamento e requalificação de resíduos, permitir-me-ia que sugerisse a elaboração de protocolos de colaboração com organizações como os montanheiros ou mesmo os promotores de eventos todo-o-terreno para que pudessem, por GPS, marcar a localização de todos os locais onde há deposição ilegal de lixo e resíduos.

Através dos aparelhos de GPS das viaturas de todo o terreno torna-se muito fácil sinalizar qualquer deposição ilegal de lixo, para que os serviços da Câmara possam, em tempo útil, proceder à sua recolha, uma vez que é impossível haver um polícia para cada poluidor. Pelo menos, poderia ser identificado o local de poluição, para que se pudesse promover a sua recolha.

Queria também pôr aqui uma questão relativa a aulas de PNF-CHI para idosos. Eu gostava, e assumo a minha ignorância, que alguém me explicasse o que é o PNF-CHI e

quais os critérios de adopção desta medida para a prática física e para a saúde dos idosos, uma vez que julgo tratar-se de um «franchising» criado e desenvolvido por uma empresa particular e não sei se tem semelhanças com a arte milenar do Tai Chi oriental, com eficiência comprovada na actividade física de pessoas idosas.

São conhecidas as imagens transmitidas pela comunicação social daqueles exercícios feitos nos locais públicos no oriente, em que se vêem pessoas de bastante idade muito saudáveis a exercitarem-se. Gostaria de saber porque é que foi escolhido este tipo de prática física e quais foram os critérios, uma vez que a Câmara Municipal também apoia actividades como o próprio Tai Chi e o Yôga.

Julgo que a cotação orçamental prevista para esta actividade «saúde e lazer» ou «apoio a idosos, saúde e lazer», na rubrica do orçamento, era de 46 480 euros. Poder-me-ão corrigir se estiver errado.

Mais uma outra chamada de atenção. Na última Assembleia Municipal eu já tinha referido isto: quando são divulgados os ajustes directos aos deputados municipais? Pedia que fossem também publicitadas as empresas e os prestadores de serviços com quem esses ajustes directos são celebrados, porque sabemos que foi feito o ajuste directo para um determinado serviço mas não temos conhecimento da empresa ou a entidade com quem foi celebrado esse contrato.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Sr. deputado Luís Rendeiro, fico muito satisfeita que o Sr. deputado não pertença ao grupo daqueles que acham que, porque o Plano vai ser apresentado agora, ele deixa de ser útil. Fico feliz por isso. Ótimo, vou avaliar a sua coerência até ao fim. Fique tranquilo que, à semelhança do senhor que avalia a minha, estou aqui para avaliar a de cada um dos senhores.

É interessante que, ao longo dos últimos dois anos e meio que tenho estado atenta a estas questões, notei que o Plano de Pormenor e Salvaguarda era algo de indispensável para muita gente e hoje parece que deixou de o ser. Deixou de ser para muitos ilustres angrenses, uma necessidade do nosso concelho. Porquê? Porque ele vai ser apresentado para o mês que vem. É interessante. É assim que funciona a mentalidade de muitos daqueles que, infelizmente, fazem uma forma interessante de oposição à Câmara de Angra.

Também lhe queria dizer que o Plano de Pormenor e Salvaguarda não vem definir que tipo de mobiliário será colocado no centro histórico. Não é para isso que serve o Plano de Pormenor e Salvaguarda. Tenho muito gosto em explicar-lhe os objectivos desse Plano de Pormenor e Salvaguarda que não vai, com certeza, definir que tipo de mobiliário pode ser utilizado nos espaços públicos. Não vai dizer se os bancos devem ter costas ou não ou que tipo de material é que pode ou não pode ser utilizado nos espaços públicos.

Quanto à Rua da Palha, isso também já foi esclarecido aos senhores vereadores, mas se me permitem, eu queria fazer aqui um enquadramento um pouco mais global à questão da intervenção no centro histórico. Penso que em meados do ano passado, foi apresentado um quadro de acção para a requalificação do centro histórico de Angra do Heroísmo, rua a rua, que resultou de um trabalho exaustivo feito por técnicos da autarquia. Esse levantamento incluía uma série de questões desde prédios devolutos, sinalização vertical, condição das calçadas, quer ao nível dos passeios, quer ao nível da via pública, mobiliário urbano, iluminação, enfim, uma série de questões que iam até ao pormenor da diferença das valetas nos vários arruamentos.

Feito este trabalho exaustivo, foi definido o referido quadro de acção das várias zonas de intervenção, sendo prioritária a zona entre a Igreja da Sé e a Praça Velha, incluindo os

arruamentos de acesso prioritário ao centro histórico, como toda a Rua da Sé, a Rua do Galo e a Ladeira de S. Francisco.

No âmbito desse plano de intervenção, definiu-se que era fundamental nesta área avançar com a empreitada de requalificação das calçadas, a substituição da sinalização vertical, a elevação das passadeiras, a substituição do mobiliário urbano e a requalificação da Praça Velha. Parte destas iniciativas será feita com recurso a empreitadas, designadamente aquela que conduzirá à reabilitação da calçada de toda esta zona de intervenção, empreitada esta cujo projecto está concluído e actualmente em revisão por uma empresa externa. Lançaremos o concurso muito brevemente. Está neste momento em período de consulta às entidades que poderão também ter interesse em intervir nesta zona, como seja a EDA, a PT, a ZON e outras entidades.

Isto é uma parcela da intervenção. Depois também previa iniciativas de administração directa, como é o caso de algumas das que já foram executadas, designadamente o alargamento do passeio no Alto das Covas, o alargamento de passeio na Praça Velha, a elevação das passadeiras, a reabilitação da própria Praça Velha, com a recolocação da calçada e a substituição das árvores e do mobiliário urbano.

Também já foi tornado público que esta faixa incluía naturalmente o mobiliário urbano da Rua da Palha que, embora eu não o considere o mais adequado, entendo que ainda está em bom estado de conservação, não se justificando a sua substituição de imediato.

O objectivo desta colocação de mobiliário urbano era a substituição das papeleiras em toda esta área de intervenção, inclusivamente na Praça Velha. Além destas iniciativas a que eu fiz referência, inclui-se uma que já foi aqui referida pelo Sr. deputado João Maria Mendes que é a reabilitação da estufa do jardim público, com vista à inauguração de uma galeria de arte e uma casa de chá, cujo concurso público já foi publicado em Diário da República.

Para além desta, temos também a intervenção no mercado municipal, da qual, como é público, já foi apresentado o projecto base. Estamos nesta fase a consultar empresas, no sentido de nos prepararem o caderno de encargos com vista àquela empreitada.

Há aqui um conjunto de iniciativas que confluem para este quadro de acção visando a requalificação do centro histórico. Para além destas, há um conjunto de componentes de natureza regulamentar onde se inclui o Plano de Pormenor e Salvaguarda, o Regulamento de Publicidade, o Regulamento de Esplanadas e a Sociedade de Reabilitação Urbana.

No fundo, a acção prevista para a requalificação do centro histórico envolve um conjunto de iniciativas de natureza regulamentar, de investimentos da autarquia por administração directa e também por empreitada. Incluem-se também as iniciativas do Governo Regional, como sejam a requalificação de toda a marginal de Angra e do Clube Náutico. Como vêem, é um Plano bastante alargado, que foi devidamente calendarizado, prevendo este conjunto de iniciativas.

Quanto ao quiosque, é do conhecimento público que a nossa intenção é manter o modelo que propusemos, porque entendemos que o que existia não reúne condições de higiene e segurança, não só para quem trabalha, como para quem beneficia dos serviços prestados pela futura entidade que o vier a explorar.

Para além desta componente, que para nós é essencial, pretendemos que o quiosque resolva um conjunto de assuntos, como a publicidade e também garanta que o espaço, para além do Verão, também se mantenha aberto no Inverno, pese embora as restrições ao nível da sua ocupação.

Quanto às inaugurações, já lhe respondi. Disse que mantinha a proposta, portanto, manter a proposta é manter a proposta.

Quanto às inaugurações da Canada do Celis e da Canada da Calçada, pelos vistos o Sr. deputado desconhece, mas se calhar o Sr. presidente da Junta de S. Bartolomeu pode explicar-lhe, que a intervenção na Canada da Calçada não foi de repavimentação. A repavimentação decorre da substituição de toda a rede de águas e escoamento de águas pluviais de uma estrada com uma extensão considerável.

Não é manutenção; é substituição integral com alargamento parcial da via, reparação de muros laterais, parques de estacionamento, etc. O arruamento não é novo, mas foi todo ele requalificado. É uma intervenção muito mais dispendiosa do que muitas outras que são intervenções novas.

Sr. deputado, também lhe devo dizer que o Sr. me conhece mal. Eu não sou uma pessoa de fazer coisas só para, supostamente... O senhor sabe muito bem que estas intervenções não tiveram, em termos públicos, qualquer impacto. Não foram acompanhadas por jornalistas, nem nada disso. Quanto a este estilo, estamos habituados a outras pessoas, não à minha. Está-me a confundir com outras autarcas da região que, para todos os lugares onde vão, seja para inaugurar uma canada com cinquenta centímetros ou com um quilómetro, se fazem acompanhar de uma religião de comunicação social, o que não é o caso. O estilo é completamente diferente, Sr. deputado. Eu fui com os senhores vereadores da autarquia, com o Sr. presidente da Assembleia Municipal e com o Sr. presidente da Junta de Freguesia visitar as obras concluídas, quer num espaço, quer no outro.

Devo dizer-lhe que também a Canada do Celis não é uma obra normal, porque implicou a intervenção conjunta da EDA e da Câmara Municipal, no sentido da substituição da iluminação pública, das árvores, dos passeios e trabalhos no escoamento de águas, porque, como o senhor sabe, no largo ao final daquela Canada, havia um problema grave de escoamento de águas já com algum tempo.

Eu não sei o que o senhor considera uma obra nova. A gente talvez possa discutir isso mais tarde. (...) E aquilo é algo que se fez de velho? O asfalto que lá está foi reabilitado. Pronto. Seja como for, para mim é uma obra muito relevante, sobretudo para as pessoas que ali habitam, feita com toda a parcimónia e ainda por cima resultante de um trabalho conjunto entre a Câmara Municipal e a EDA, o que até confere alguma inovação, porque a Câmara Municipal, durante décadas, foi apontada por não coordenar as suas iniciativas com as das outras empresas que trabalham no espaço público. Desta vez foi coordenado, mas nem sequer isso é relevado.

Quanto ao aterro, o Sr. vereador Cota Rodrigues vai dar resposta, quer à questão do controlo de roedores, quer à questão da sujidade.

No que diz respeito à deposição ilegal de resíduos no concelho, foi público que o Eng. Ulisses, de quem agora não me recordo o último nome, que concluiu o seu mestrado durante o ano passado, fez um levantamento exaustivo da deposição ilegal de resíduos em todo o concelho de Angra e penso que também no concelho da Praia da Vitória. Estão devidamente identificados, já decorreram várias iniciativas de limpeza desses resíduos e vamos continuar esse trabalho de intervenção conjunta porque, mais do que limpar, o que nos interessa é prevenir a deposição, criando soluções para que se evite a continuação da deposição ilegal de resíduos.



Quanto ao programa “Por Favor Não Caia”, foi proposto pelo INATEL à Câmara Municipal de Angra, à Câmara Municipal de Praia da Vitória e à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa...

(Gracejos e trocadilhos pouco perceptíveis a respeito do referido programa e o Sr. Eng. José Sócrates).

... O Eng. Sócrates com certeza que não precisa da minha bengala. Eu gosto de ver as pessoas satisfeitas e já vi que os Srs. deputados estão satisfeitos hoje, o que me anima.

Quanto ao programa “Por Favor Não Caia”, trata-se de uma iniciativa, quanto a mim, com muito mérito, apesar das questões levantadas pelo Sr. deputado Luís Rendeiro. Posso dar-lhe o contrato que conduziu a esta iniciativa, para que tenha a noção do conjunto de actividades previstas, que não se referem exclusivamente ao PNF-CHI. É uma componente, mas não é exclusiva, que está a ser desenvolvida por uma empresa privada, à semelhança de outros programas que já desenvolvemos com outras empresas também privadas, como é o caso daquele programa que decorreu no Relvão dois anos consecutivos, no ano passado no dia da criança, com a colaboração de entidades privadas. Não há qualquer novidade nesse factor.

Quanto aos ajustes directos às empresas, Sr. deputado, nós regularmente damos essa informação aos Srs. vereadores da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e não teremos dificuldade nenhuma em voltar a disponibilizá-la nos mesmos termos em que já o fizemos.”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “Quanto ao aterro sanitário, aqui há uns dias, disse num jornal aqui da ilha a verdade que é esta: aquilo tornou-se rapidamente no principal problema ambiental da Ilha Terceira. Não é coisa de agora, é algo que se arrasta desde a sua criação. Não é coisa que eu não tivesse previsto mas, na altura, era um rapaz com vinte e poucos anos e ninguém me ligou.

Os plásticos sempre voaram como voam agora, os roedores sempre se criaram ali como se criam agora, as gaivotas sempre utilizaram aquilo como utilizam agora e sempre foram, como sabe, veículo de transmissão de doenças, incluindo a brucelose, porque depois vão beber água lá para o reservatório.

O impacto visual daquilo sempre foi mau. A salubridade daquilo sempre foi ruim. A parte descoberta é sempre a mesma. Suspeitava-se de problemas hidrológicos, agora confirmou-se que aquilo causa problemas. Aquilo é o principal problema ambiental, que tem dono. É preciso que a gente perceba que tem criador, tem quem o concebeu, tem os seus donos. É evidente que nós herdámos o problema desde 97 e estamos a tentar resolvê-lo. E como é que vamos tentar resolvê-lo? Há bolsas que eu nem sei se são bolsas, se são lixeiras clandestinas oficiais e outras que nem sequer estão devidamente impermeabilizadas.

Na altura, se calhar, não havia GPS para a gente ir ver e colocar lá as coisas. Foram lá colocados resíduos. Aquilo foi uma lixeira clandestina, incluindo depósito de óleos queimados que foram colocados no terreno durante anos a fio. O GPS na altura talvez ajudasse bastante. Aqui, pelo menos, ajudou o GPS que está a ser utilizado nas viaturas, ajudou. A factura, em termos de combustíveis, diminuiu 3 200 euros que ficaram nos cofres da autarquia, por via do GPS que foi colocado nas viaturas da Câmara, se era a isso que se estava a referir.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Por acaso não era, mas pelos vistos enfiou o barrete, Sr. vereador.”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “Não enfiei barrete nenhum. Você disse que no GPS registava-se tudo, é porque sabe que as viaturas têm GPS. E eu estou a dizer-lhe que os GPS nas viaturas...”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Por acaso até não era.”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “... permitiu poupar 3 200 euros, para que fique esclarecido. Ora bem, o que nós estamos a fazer são medidas de boa gestão.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “A sugestão que eu fiz era outra, mas resolver...”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “O que estamos a fazer, é a resolver o problema. Temos campanhas de desratização que estão a decorrer a custo, mas é evidente que é muito difícil aplicar uma campanha dessas num sítio onde os animais têm alimento à sua vontade. Os ratos têm ali alimento à sua vontade. É evidente que eles vão consumir todo o tipo de alimentação. O que temos que fazer é fechar aquilo quanto antes. Para isso, temos que procurar uma tecnologia alternativa, que é o que temos andado a fazer, que temos já praticamente definida. É essa tecnologia que iremos aplicar como os outros aplicam por essa Europa fora, por essas ilhas pequenas fora. Aplicam tecnologias de tratamento de resíduos e é o que nós estamos a fazer. Muito proximamente, dentro de dois anos, dois anos e meio, vamos ter uma tecnologia nova que nos vai resolver o problema dos resíduos e valorizá-los. Não serão metidos num aterro a criarem ratos nem ficarem ali a apodrecer. Serão valorizados para a produção de energia eléctrica. É isso que nós queremos e é o que vamos fazer.

Quanto às lixeiras clandestinas, que são várias, temos um inventário delas. Não é a Câmara que vai lá pôr resíduos clandestinos em sítios menos próprios. Eles estão lá, nós sabemos, nós conhecemo-los. Vamos limpar, mas esse não é o nosso grande trabalho.

As pessoas às vezes pensam que é apontar o dedo e dizer: «Vai limpar»! A nossa grande missão é impedir que se deposite. Precisamente por isso, porque queremos impedir que se depositem, decorrem nos Serviços Municipalizados, várias campanhas com 2 técnicos que estão única e exclusivamente a desenvolver campanhas de educação ambiental.

Temos ainda uma proposta que apresentaremos brevemente, relativa à construção de vários ecocentros nas freguesias, nos locais onde as lixeiras clandestinas estão localizadas ou na sua proximidade. Serão colocados contentores para que os resíduos das obras, as madeiras, as latas, os bidões, as sacas dos agricultores, os plásticos, os «monstros», os fogões, etc., sejam lá colocados. Estamos a pensar em construir pelo menos 3 desses centros no nosso concelho, em conjugação com a Praia da Vitória, que construirá pelo menos 12 desses centros para tentar diminuir a colocação de resíduos nas lixeiras clandestinas.

Com a aprovação deste novo regulamento de resíduos, espero que as coisas melhorem em termos de fiscalização.

Quando se fala em fiscalização, há aqui uma coisa que urge ser mudada: a cabeça das pessoas. É muito fácil apontar e dizer que há um fiscal, outro fiscal, etc. Nestes assuntos, todos nós somos fiscais. Quando vemos qualquer coisa que não esteja legal, a nossa obrigação é denunciar junto de quem de se deve, e não ir para os jornais fazer alarido. Eu considero essas atitudes cobardia. É nosso dever cívico de cidadãos denunciar junto das entidades competentes. Assim é que se fazem as coisas; assim é que agem as pessoas de bem.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Chamo a atenção que o número de inscrições é ainda de 11 para este ponto da agenda, o que vem recolocar a questão que levantei na última

Conferência de Líderes: é preciso rever o regimento neste caso particular, porque, fora os tempos de resposta da Câmara, significa cerca de 170 minutos só para os Srs. deputados municipais na primeira volta, sem contar com a segunda ronda. É preciso reflectir sobre isto.

Sem tirar a importância a cada um dos temas, é preciso termos em atenção que isto atira para discussões... Pois, eu também percebo isso, mas penso que podemos chegar aqui a uma situação mais razoável do ponto de vista de tempo.

Por exemplo, em vez de 10, 5 minutos mais 3 dão perfeitamente para introduzir este tema. Penso que as pessoas têm que fazer um esforço de síntese. Não têm todo o tempo do mundo para dizerem tudo. Têm que fazer um esforço de síntese. Como é que, numa questão de importância relativa se gasta 1 hora e numa questão fundamental para a Câmara, porque está na ordem do dia mais cá para baixo, se levam 30 minutos? Tem que haver uma lógica de regimento que permita que os tempos sejam razoáveis e aceitáveis. É só nesse sentido. Não é tirar o direito de todos intervirem, mas uma questão de racionalizar os tempos.”

**O Sr. d.m. João Tavares** – “Muito bom dia a todos, excelentíssima Mesa, excelentíssima Câmara, vou ser sucinto.

A minha intervenção é para me congratular com a Câmara, por cooperar com a freguesia no apoio dado às actividades das colectividades, como já referenciou. Também queria referir o programa PNF-CHI que tem contribuído e muito para o apoio ao idoso, pelo que tenho constatado de perto.

Sou presidente da Casa do Povo e este programa envolve os centros de convívio da freguesia. Queria salientar a grande importância deste programa, porque tem 2 sessões semanais em parceria com o INATEL.

Quero também fazer referência à parte da reabilitação física que é acompanhada pela Escola de Alcoitão, uma escola conceituada com técnicos que também fazem o acompanhamento deste programa. Tem aconselhamento nutricional e na parte do Centro de Saúde, na parte da divulgação da saúde do idoso, há apoio quer ao nível das dietas, quer na parte da saúde alimentar adequada à sua idade para prolongamento da sua vida.

Felicito a Câmara pelo facto de ter aderido a este programa, que penso que tem sido de grande importância para os idosos do nosso concelho e que, pela informação que colhi, abrange cerca de 400 idosos. É isso que eu queria manifestar. Muito sinceramente, muito obrigado.”

**O Sr. d.m. Guilherme Melo** – “Eu queria pedir uma informação à Sra. presidente da Câmara sobre as intervenções que constam do pacote 3 das estradas. É referido na página 28 do relatório que o referido pacote está em fase de elaboração. Quais são os arruamentos e freguesias que contempladas?

Queria também pedir-lhe informação sobre qual o mobiliário que foi ou será colocado no Fanal e qual o seu custo.

Por último, pergunto para quando teremos aqui os símbolos da República, assunto já falado aquando do centenário da República, referindo que este Salão Nobre devia passar a ter os respectivos símbolos: a bandeira regional e a bandeira nacional, símbolo da nossa República.”

**O Sr. d.m. José Alberto Borges** – “Sr. presidente, Srs. e Sras. deputadas, Exma. Câmara.

Nos últimos tempos, temos assistido a algumas posições do executivo camarário socialista que não abonam a favor da boa imagem que uma Câmara Municipal deve cultivar e manter. Várias têm sido as polémicas em que a Câmara Municipal se tem visto envolvida, umas com maior gravidade que outras.

Tomemos como exemplo o Plano de Requalificação da Praça Velha. Primeiro, faz-se um projecto, sem que dele seja dado conhecimento à restante vereação. Em segundo lugar, no mesmo dia em que se convida a população a assistir e participar ao final da tarde numa sessão de apresentação do referido projecto, de manhã chamam-se os jornalistas e dá-se nota pública de um facto consumado, ou seja, anuncia-se que foram tomadas decisões e que elas vão ser implementadas.

Por outro lado, diz-se publicamente que se ouviram várias personalidades sobre as obras que irão acontecer, personalidades que, nos dias seguintes, vêm a público desmentir que tenham tido qualquer responsabilidade no assunto, quando, na sessão pública de apresentação deste projecto, perante largas dezenas de munícipes, é referido que tudo o que está projectado é para avançar e que o próprio mobiliário urbano a colocar no âmbito das alterações já está inclusivamente adquirido.

Os cidadãos angrenses saíram daqui frustrados. Afinal, foram chamados à Câmara para perderem tempo, pois, mesmo que quisessem, não serviria de nada apresentarem uma única sugestão.

Perante a postura intransigente da senhora presidente da Câmara, um grupo de cidadãos decidiu avançar para a elaboração de uma petição pública que acabou por recolher cerca de um milhar e meio de assinaturas, visando que as obras não avançassem sem que fosse desenvolvido um verdadeiro período de discussão pública.

Infelizmente, ainda antes de esta petição ser entregue às entidades a quem estava dirigida, a Dra. Andreia Cardoso volta a chamar os jornalistas para dizer que uma iniciativa popular estava «demasiado politizada», como coisa que tivessem sido os partidos da oposição a iniciar o abaixo-assinado, e para afirmar que, independentemente da petição ter uma, ou um milhão de assinaturas, as obras vão avançar apenas com ligeiras alterações, nomeadamente ao nível dos bancos inicialmente previstos, que hão-de ser colocados noutra sítio qualquer. Eis um bom exemplo de gestão.

Entretanto, as obras começaram. O povo de Angra, particularmente os mais de 1 400 peticionários, foi tristemente desrespeitado e, logo, por quem? Pela presidente da Câmara Municipal. Será isso, gestão transparente, Sra. Presidente?

Hoje, apesar de se ouvir falar em Planos de Requalificação Urbana e do centro histórico da nossa Cidade, classificada como «Património Mundial da Humanidade», está transformada numa espécie de manta de retalhos, mas retalhos de muito mau gosto.

Hoje, em Angra, o que vemos é uma gestão socialista que não tem uma identidade definida para conferir à cidade. Faz-se uma “calçadinha” no Fanal, que começou antes das eleições e ainda não acabou, mas não se requalifica a Av. Tenente-Coronel José Agostinho. Faz-se uma «ilha» no Alto das Covas que apenas serve para estrangular ainda mais o trânsito. Mudam-se os bancos da rua da Esperança, colocando uns pedaços de aço de gosto e funcionalidade duvidosos. Aqui, sugeria ao Sr. deputado municipal Dr. Francisco Barros que aproveite estes bancos para actualizar a sua leitura. De certeza que não vai aguentar muito tempo sentado. Ou, então, que se façam torneios de sueca naquela rua, pois é só levar umas mesas, que os bancos já estão lá e dão para 4 pessoas.

E, já que tanto se fala em modernidade, porque não se altera a estátua do Prior do Crato, vestindo-o com umas calças de ganga rotas nos joelhos e com uns brincos nas orelhas ou no nariz? Até nem ficava mal ao lado dos bancos da rua da Esperança, dada a proximidade em que se encontra a estátua.

Substituem-se bancos no Largo de São Lázaro que nada têm que ver com nada. Esses bancos até podem ser úteis para servirem de demonstração duma matança do porco. É uma sugestão a apresentar aos guias de turismo. Altera-se a Praça Velha, mesmo sem ouvir o povo que se mostrou desagradado, mas, mesmo assim, não foi suficiente.

Não há um rumo, um fio condutor, um plano coerente pensado e discutido para requalificar o centro histórico, a cidade e o concelho. Hoje existem decisões tomadas de forma avulsa e arrogantemente unilateral.

Por exemplo, deixe-me que lhe diga, senhora presidente, era muito mais urgente «intervencionar» a Av. Tenente-Coronel José Agostinho, substituindo árvores, arranjando passeios, repavimentando a via e melhorando a segurança das passagens de peões. Neste sentido, pergunto: para quando uma intervenção nesta avenida?

Não seria melhor utilizar o dinheiro mal gasto nestes projectos e aplicar na manutenção das escadas junto ao Teatro Angrense, todas enferrujadas, aplicar na manutenção dos pavilhões, arranjar as portas do campo de jogos municipal e proceder à pintura dos muros? Ao menos para quem nos visita, a imagem seria totalmente diferente.

Em Angra, as coisas fazem-se por fazer. É pena que a postura do executivo socialista não se altere. É pena que não se altere o rumo. É pena que se prefira a arrogância ao diálogo.

Já agora que a senhora falou em requalificações de estradas, dou-lhe uma sugestão: em 2 meses, ao pé da minha porta, já foram pôr lá asfaltagem por 2 vezes. Como é uma situação nova, se calhar dava direito a uma “inauguraçozinha”, não?”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Sr. presidente, Srs. membros da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores. Às vezes há males que vêm por bem e, se me permitem os distintos membros do público, alunos inocentes, que muitas vezes vos convencem que só vos está fadado o futuro, não. O que vos está fadado é o presente. Mas uma coisa vos garanto, que também dei aulas uns tempos: se algum de vocês me apresentasse uma intervenção como a que ouviram anteriormente, estavam chumbados na minha disciplina, fosse ela qual fosse, nem que fosse desenho descritivo, porque aquilo que acabaram de assistir...”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro**: - “... O Sr. deputado não se dirija ao público. Oh Sr. presidente, isto não pode acontecer!”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Pode, sim senhor. Qual é a regra do regimento que diz que... Sr. deputado, eu acabei de ouvir com total atenção uma intervenção onde o bom senso estava muito ausente e não...”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** interrompeu.

**O Sr. presidente da Mesa** – “Desculpe, Sr. deputado. Quando o senhor me interpela... Faz favor, cala-se, enquanto eu replico. Se o senhor diz que é uma questão de bom senso, obviamente que ela fica com quem o afirma. Não há nada no regimento que diga o contrário.

Os senhores façam o favor de retomar os trabalhos com serenidade, calma e sem levantarmos aqui falsas questões. Cada um é livre de dizer o que entende. Cabe depois a cada elemento desta Assembleia, ou ao público, fazer a sua análise e julgar a melhor ou a

pior intervenção que cada Sr. deputado faz. Não é à Mesa, nem sequer aos Srs. deputados, que cabe esse juízo de valor. Cabe a cada pessoa perceber o que cada um diz de uma forma livre e sem qualquer constrangimento do ponto de vista regimental. O Sr. deputado deixe falar o Sr. deputado Francisco Barros. Quando quiser intervir, pedirá a palavra e ser-lhe-á dada em função do tempo que dispõe.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Sr. presidente. Dirigi-me ao público e voltaria a fazê-lo porque, da mesma forma que o Sr. presidente e outros membros da Assembleia deram indicações, eu dei a minha opinião. Fiz e vou continuar a fazer a minha leitura daquilo que tem sido aqui dito, felizmente na presença de público, que fará o seu juízo.

Folgo muito que, no meio da sua redacção, que podia ser intitulada: «A vaca»... Antes, na escola primária... «A vaca tem quatro patas. Dos chifres, fazem-se cabos para facas. A pele, o couro aproveita-se para não sei o quê...» Parecia o texto apresentado pelo ilustre deputado José Alberto Borges, no qual tive a honra de ser o único bafejado com uma alusão directa, relativamente ao meu gosto pela leitura.

Oh Sr. deputado! Eu tenho muito gosto em ter gosto pela leitura. O senhor terá muito gosto, se calhar, em partilhar as ideias daquele general franquista que, quando lhe falavam na questão da cultura, gritava «Viva la muerte». Ou seja, os intelectuais e quem lê, são os primeiros a serem abatidos. O senhor está nesse registo e mantenha-se nesse registo porque lhe fica muito bem. Que Nosso Senhor o guarde e o ampare dessa forma.

O que é essencial nesta discussão é a problemática do Processo de Requalificação e Reabilitação do centro histórico de Angra, das suas ruas, das suas calçadas, dos seus espaços.

Ao contrário daquilo que aqui foi insinuado, aliás, insinuado não, dito explicitamente de atitudes ditatoriais da parte da Câmara... meus senhores, estamos perante uma decisão com base na legitimidade democrática que todos nós que aqui estamos temos. Não há atitudes ditatoriais quando se trata de órgãos democraticamente eleitos, e que isso fique muito bem registado. Todos os cidadãos têm o direito de manifestar as suas opiniões, de mostrar discordância ou concordância com as opções estéticas e de natureza conceptual para a cidade.

Daquilo que acompanhei da Praça Velha, assisti e li inúmeras opiniões. Houve quem achasse que ficava muito melhor sem árvores, quem achasse que as árvores deviam ficar exactamente onde estavam, quem achasse que não se devia alargar o passeio e quem achasse que o quiosque, como elemento, nem aquele, nem outro qualquer devia lá ficar.

Há aqui uma multiplicidade, mesmo entre quem legitimamente foi peticionário sobre o processo de intervenção. Não há aqui uma uniformidade. Isto prova a complexidade e a pluralidade de opções estéticas que muitas vezes podem surgir.

Vê-se daqui da janela...

*O Sr. deputado é interrompido.*

... Oh senhor, quando um burro fala, o outro baixa as orelhas. Daqui vê-se o edifício da Caixa Geral de Depósitos. Está em consonância arquitectónica com o resto desta praça? Alguém subscreve aquilo? Alguém subscreve aquele edifício arquitectónico? Não é a questão da modernidade ou da falta da modernidade. É a questão de opções estéticas que têm a ver com o desenvolvimento e o crescimento natural de uma cidade.

Feliz ou infelizmente, começa a ser recorrente por parte de alguma oposição aproveitar qualquer ensejo para disparar de todas as formas, maneiras e feitios para a Câmara

Municipal e para a sua presidente. Já recolheu epítetos de tudo e mais alguma coisa. Já foi posta em causa muitas vezes, com termos no mínimo deselegantes e pouco educados.

Prefere-se o *show-off*. Prefere-se a conferência de imprensa. Preferem-se os espaços onde o contraditório muitas vezes não é possível de acontecer, em vez de se assumirem as questões com frontalidade.

Está-se a querer utilizar a Sra. presidente da Câmara quase como bode expiatório para frustrações próprias ou alheias. Muito obrigado, Sr. presidente.”

**A Sra. d.m. Rita Andrade** – “Obrigada, Sr. presidente. Vou cingir-me à recomendação de ser sucinta e não me alargar em assuntos que, sinceramente, acho que estão mais que debatidos. Acho que estamos a passar uma imagem pouco digna desta casa ao nosso público. É a minha opinião.

Antes de mais, eu e a minha bancada gostaríamos de solicitar que a classificação orçamental das despesas da Câmara Municipal fosse como a apresentada pelos Serviços Municipalizados, para podermos perceber melhor o que se passou ao nível das despesas de capital e das despesas correntes, porque a classificação orgânica que aparece no documento que nos foi disponibilizado acerca da actividade municipal não nos permite fazer essa análise, que eu julgo muito importante.

De qualquer forma, da análise que nos foi possível efectuar, podemos deduzir que a não execução de cerca de 41% nas receitas de capital, um desvio de cerca de 7 000 000 (sete milhões de euros) se reflecte numa baixa taxa de execução em termos de despesa de capital, como é óbvio, mas não conseguimos saber qual desta despesa é de capital e qual é a despesa corrente. Ficamos na dúvida, não conseguimos fazer esta análise.

Gostaríamos que a Sra. presidente nos esclarecesse o que é que se passou, para justificar estes desvios em relação ao que estava previsto e também gostaríamos de saber se a Câmara se orgulha destas taxas de execução e se as mesmas serão publicadas no próximo boletim municipal, para que os municípios saibam o que se está a passar em termos de execução no nosso concelho. Muito obrigada.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “O Sr. deputado Guilherme Melo colocou-me três questões, a primeira das quais tinha a ver com o terceiro pacote de estradas. A informação já foi disponibilizada, mas de qualquer forma, volto a lembrá-la.

A variante à estrada regional n.º 1, 1ª, no Raminho, Caminho do Rei, Feteira, Canada da Boticária, Ribeirinha, Canada da Ribeira João Borges, Altares, diversos arruamentos no Porto Judeu, entre eles, Cruz de Canário, (que são pequenos arruamentos abaixo da estrada regional), Ribeira do Teste, Grota do Tapete, Canada Junto ao Mar, Rua do Porto, Canada do Funcho e Poço do Além, Av. Tenente-coronel José Agostinho e Guarita.

Temos aqui duas intervenções, que são a ligação da Boa-Hora à Canada do Talhinha e as Figueiras Pretas, que, pese embora nós estejamos a avançar com o projecto com vista a realização da intervenção nestes arruamentos, o facto é que nos deparámos com dificuldades na intervenção, como já foi aqui falado, que decorrem do entendimento com os proprietários dos terrenos.

Eventualmente vamos ter que dividir esta intervenção em duas. Uma que avança com aqueles cujo processo já está concluído e, numa segunda fase, com as outras duas. Quando falei na Av. Tenente-coronel José Agostinho, incluí também o Caminho Novo, porque é o único dos arruamentos de S. Pedro Centro, que merece uma requalificação imediata.

Quanto aos símbolos da República, as duas bandeiras, eu penso que já estão devidamente orçamentados. Não sei se a encomenda já foi feita, mas posso confirmar. O que se pretende não são bandeiras estampadas mas sim bordadas que não se adquirem com a facilidade das restantes.

Quanto ao mobiliário do Fanal e o seu custo, essa informação já foi disponibilizada aqui à Assembleia Municipal. No processo de adjudicação estava lá o valor do mobiliário do Fanal. Houve uma empreitada que dizia respeito ao calcetamento de todo aquele troço, e penso que também à instalação eléctrica e aquisição do mobiliário urbano. Não tenho agora presente o valor, mas posso com alguma facilidade obtê-lo.

Quanto à classificação, é evidente que este relatório do mês de Fevereiro tem aqui a particularidade de apanhar o final do ano e parcialmente o início do ano de 2011, mas com certeza que isso poderá ser tido em devida conta. De qualquer forma, penso que a Sra. deputada deve ter tido acesso à posição actual do orçamento para 2011, que já reflecte toda a informação que penso que pode ter, quer sobre o PPI, quer sobre o orçamento global da receita e da despesa.

Quanto à execução, penso que em Abril vamos ter oportunidade de debater esta questão com alguma profundidade, com outros dados que não dispomos agora, aquando do encerramento das contas relativas a 2010.”

**A Sra. d.m. Carla Terra** – “Bom dia a todos. Bom dia aos meninos da Escola Tomás de Borba e aos professores, em especial ao João, que é o meu filho e está ali atrás.

A minha questão prende-se também com a execução da despesa dos Serviços Municipalizados em 2010. Sei que em Abril vamos ter a oportunidade de ver isto em pormenor mas, de qualquer forma, aqui na página 63 da actividade da Câmara, vêm elencados uma data de investimentos, nomeadamente estações de tratamento, telegestão da ETAR de Angra, remodelação das condutas da EDA do Cabrito, instalação dos equipamentos de furos, conduta da Furna do Cabrito, entre outros, em que estavam orçamentadas verbas de valores elevados e nada foi sequer cabimentado. Gostaria de saber o que é que se passou para isto acontecer.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Para já, fiquei em dívida com o Sr. deputado Luís Rendeiro a respeito do enchimento do tanque de azeite e quero saldar essa dívida. Esse enchimento está previsto para o dia 19 ou 20 de Março, dependendo das condições de secagem até lá. É essa a previsão.

Quanto à execução da despesa dos serviços municipalizados, é possível que a Sra. deputada não tenha tido oportunidade de acompanhar este processo que tem a ver com o facto de os serviços municipalizados terem apresentado uma revisão ao seu Plano de Investimentos, penso que em Setembro do ano passado, que tinha a ver com o ajustamento em função da possibilidade de execução desses mesmos investimentos, alguns deles condicionados (eu estou-me a lembrar do sistema de telegestão, mas há outros) por atrasos nos procedimentos públicos. Alguns tiveram que ser mesmo anulados e retomados. Por isso é que tínhamos proposto a revisão ao Plano dos Serviços Municipalizados, para ajustar ao tempo efectivo de execução e ao andamento dos procedimentos públicos em cada uma das matérias.

Podia detalhar um a um e acho que isso até teria interesse, mas penso que, mais útil do que isso, era facultar-lhe a proposta que nós apresentámos em reunião de Câmara que explica porque é que solicitávamos a anulação de algumas ou o adiamento de outras iniciativas. Em cada uma delas está concretizado o motivo que condicionou a apresentação da proposta que não foi aprovada em reunião de Câmara. Não tendo sido



aprovado, o Plano de Investimentos manteve-se de acordo com a sua aprovação inicial, o que naturalmente conduzirá a uma taxa de execução mais baixa do que, se o orçamento tivesse sido revisto.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Em primeiro lugar pego num aspecto que o Dr. João Maria Mendes referiu no início da discussão deste assunto, em relação às necessidades de planeamento na zona classificada. Nisso estamos todos de acordo, inclusive já tivemos várias modalidades. Há um decreto legislativo regional que documenta isso e impõe exigências sobre toda a zona classificada e não só sobre parcelas, impondo zonas de protecção fora dessa zona classificada.

Já houve até um gabinete específico para controlar isso, dentro de uma secretaria, que era o Gabinete da Zona Classificada de Angra, já extinto por se considerar desnecessária a sua continuidade, já que as regras poderiam ser cumpridas sem a sua existência.

Estamos todos de acordo em relação à necessidade de haver matérias concretas. Agora, a população de Angra indigna-se e revolta-se quando é obrigada a obedecer e respeitar todo um conjunto de regras sobre materiais, fixação de cores, algumas recomendadas e outras não, e acaba por ver os próprios organismos públicos, tais como a Câmara Municipal, a título de Planos de Requalificação, alterarem todas essas questões, a introduzirem materiais, tecnologias e outros aspectos que estão vedados ao cidadão.

Existindo um planeamento, ele é para todos e deve ser coerente. Não pode funcionar avulso, daí esta indignação. Se alguém fingir que não percebeu ou achou que não tinha percebido, espero ter ajudado a esclarecer. A indignação não surge por uma cadeira, uma árvore, ou uma pedra de calçada, mas sim por uma atitude de preservação, que é radicalmente alterada com projectos de suposta modernização, como a alteração do Mercado Duque de Bragança e os que estão previstos para a Praça Velha.

Em relação aos quiosques, eu recorro que, entre 1997 e 2001, quando estive aqui na Assembleia Municipal, o Dr. Sérgio Ávila era o presidente da Câmara de Angra e dinamizou o centro da cidade, tendo o cuidado de referir que os quiosques e as esplanadas existiriam apenas como apoio a alguns cafés existentes.

O regulamento de atribuição dessas mesmas esplanadas não se aplicava a novos estabelecimentos que se pretendessem instalar nestas zonas, nas praças públicas. Apenas permitia uma extensão dos já existentes. Daí que os próprios quiosques montados seriam estruturas não definitivas, sem algumas das questões que hoje em dia são propaladas como sendo de higiene, como a água corrente e outras, para poderem servir apenas de apoio. Por isso é que temos alguns quiosques como este na Praça Velha, outro no Café Central e um outro, bastante diferente destes dois, ali no Pátio da Alfândega.

Não sei se hoje têm água ou não, mas a sua questão objectiva não é de higiene, não é uma questão de serem estruturas permanentes. Este foi colocado no canto para não incomodar a Praça Velha, não tirar visibilidade à Câmara, etc. Foi uma solução positiva, por se tratar de estruturas não permanentes e se pretender que assim continuem. Não se pretendem estruturas definitivas a alterarem as praças e os lugares públicos da cidade, até porque as esplanadas, como todos nós sabemos, fecham durante uma grande parte do ano devido ao clima, à falta de rentabilidade e, se calhar, por norma, deveriam fazê-lo, mesmo que não fosse uma questão comercial.

É esse o sentimento que a população residente no centro de Angra e os comerciantes que lá trabalham têm em relação à abertura de vitrinas, montras e a todo o tipo de alterações que muitas vezes não conseguem fazer nos seus espaços. É essa indignação, essa frustração, que está reflectida na petição, nas queixas, nos artigos de jornais que foram

publicados e num conjunto de intervenções sobre a cidade, que foram feitas a seguir. É essa frustração e indignação que é desrespeitada e que o José Alberto Borges refere, em termos de conteúdo, na sua intervenção.

Utiliza alguns adjectivos, mas não são adjectivos insultu... Bom, são adjectivos que qualificam a postura de resistência da Câmara, que tem todo o direito de ter a sua opinião e de fazer o que quer, mas também de ser julgada publicamente por aquilo que faz.

Eu não percebo esta dificuldade que alguns políticos têm, não só nos Açores e não só no PS, de aceitarem que a imprensa seja um veículo de divulgação de ideias onde as pessoas denunciam o que pensam e exprimem a sua liberdade de expressão. As pessoas aproveitam a sua liberdade. Eu não vejo qual é o drama em relação a isso, Sr. vereador. Opinião é uma coisa. Difamação e calúnia são aspectos previstos na lei...”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “... Mas não é nos jornais. É nos tribunais...”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “... Homem, eu não sei.”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “Não sabes, sei eu.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Srs. deputados!”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “... Eu sei que a opinião é livre e deve ser livremente exercida com responsabilidade. Eu não vejo qual é o problema de chamar aqui coisas e de as pessoas poderem falar em público e poderem dizer publicamente quais as suas opiniões. Esse aspecto, se não está salvaguardado, se calhar, recuámos 35 anos sem darmos conta disso.

Em relação ao aspecto da requalificação da estufa, suponho que isso tenha acontecido porque hoje em dia já não é utilizada como viveiro de plantas ou flores, como era o seu primeiro objectivo, há muitos anos. É uma pena que não tenha sido requalificada desde há muitos anos a esta parte, para voltar a ter essa função, porque Angra podia usar mais flores, por exemplo, nos postes da luz, nos espaços públicos em potes e vasos públicos. Se a Câmara quer recorrer a serviços privados para fazer isso, eu acho muito bem, não tenho problema nenhum com isso. O problema é que não recorre nem à estrutura interna que tem no jardim público, nem aos serviços públicos, porque esse embelezamento não se vê.

Continuo a não concordar com a visão que esta Câmara tem em relação aos Serviços Municipalizados. O Sr. vereador já divulgou aqui por várias vezes que a função dos Serviços deve ser mais no sentido de prevenção. Acho que também deve voltar-se para a prevenção de determinados maus comportamentos em relação ao ambiente e à higiene pública. O que não pode é não ser de limpeza, porque quando as sociedades se organizam e se juntam para passar para o Estado, ou micro organizações do Estado, funções de função pública, tipo policiamento, fiscalização, ensino, etc., no sentido autarquia, no sentido região autónoma, no sentido governo da república, é porque elas podem ser mais bem feitas de forma colectiva do que individualmente.

Os espaços públicos podem ser melhor tratados por uma entidade por eles responsável do que por indivíduos nas suas diversas capacidades e competências. Portanto, os Serviços Municipalizados ou a própria Câmara não se podem demitir desse papel de limpeza e de higiene.

Não faz sentido que (e veremos isso mais à frente na discussão do Regulamento de Higiene e de Contra-ordenações que temos para ver mais à tarde) ponhamos aqui um conjunto de exigências regulamentares e aplicações de coimas de 100 mil euros a

cidadãos, por conspurcarem as ruas com lixo, quando aqui no centro de Angra, se tiraram os baldes de lixo que existiam e se substituíram por papeleiras e cinzeiros.

Não há um sítio para pôr uma casca de laranja na Rua da Sé! A Rua de S. Pedro não tem um único balde de lixo! Isto não é requalificação...”

**A Sra. presidente da Câmara** – “O que é que isso tem a ver com a deposição de resíduos...”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “... Tem a ver, que tem que haver um lugar para os pôr. Um cidadão, que assoe o nariz ao seu filho no meio da rua, tem que ter um balde de lixo para o pôr ou guarda no bolso, se tiver bolso. Se tiver um problema maior, se deixar cair um frasco ou um saco ao sair de um armazém ou de uma loja, tem que ter um sítio para pôr o lixo.

Se a Câmara acha que não é útil haver recipientes de lixo na rua, para reciclagem... Não quero antecipar, mas este regulamento que vamos discutir à tarde fala em recipientes de cinquenta litros para cima. Não pode haver recipientes bonitos para as pessoas poderem depositar a garrafinha de água ou o papel da sandes que comeram numa esplanada, ou outra coisa qualquer. Não há espaço para nada disso. Não há condições. A Câmara entende que isso não é útil para a cidade? Entende, está no seu direito, foi eleita, há-de governar assim. Nós não entendemos. Portanto, fazemos a denúncia aqui e publicamente, quando entendemos. Muito obrigado, Sr. presidente, agradeço. Não quero ultrapassar o meu tempo.”

**O Sr. d.m. João Santos** – “Exma. Mesa, Exma. Câmara, caros colegas deputados, público. Notas muito breves. A primeira é para repudiar o conteúdo e a forma da declamação encomendada com que nos brindou o Sr. deputado José Alberto Borges.

A segunda nota é para me congratular com a atitude aqui apelidada de «ditatorial», mas que eu apelido de «proactiva», a bem do concelho e dos angrenses, da Sra. presidente manter o quiosque que está previsto para a Praça Velha, terminando assim com consultas inconsequentes e discussões infrutíferas, trabalhando a bem do concelho e dos angrenses, enquanto outros perdem tempo a discutir e tentar colocar entraves ao trabalho que se pretende fazer.

Todos sabemos que nunca se chegaria a um consenso. Portanto, as ideias estão apresentadas, o trabalho está proposto, resta ser feito sem mais discussões.

Sra. presidente, dirijo-me a si com uma breve nota que não considero extemporânea, apesar de, certamente, ainda estar um pouco longe no tempo. Quando vi a preparação dos desenhos para o concurso da empreitada da Casa do Chá no Jardim, quase me deu um ataque de pânico. A primeira coisa de que me lembrei foi: a quem é que isto vai ser entregue?

Mais tarde ou mais cedo, terá que haver aqui ou noutra espaço uma discussão sobre a forma como são entregues os espaços do concelho, porque o espaço mais agradável do centro urbano de Angra, rapidamente se poderá transformar numa ruína absoluta para o jardim da cidade. Se mais não fosse, bastaria vermos os exemplos que temos tido ao longo dos anos.

A Casa da Roda foi um exemplo: rendas em atraso e contratos que não se cumprem. O Aquaemotion, apesar de não ser da Câmara, é outro exemplo: rendas também em atraso, os contratos que não se cumprem, os dias que fecha e devia estar aberto, enfim os horários que ali são praticados.

Neste momento, o próprio bar do Centro Cultural e de Congressos de Angra: o ambiente que tem, o lixo que é atirado para as varandas vizinhas, os contratos que não são cumpridos, o horário que não é cumprido, os dias de abertura e encerramento, etc. Penso que as culpas não podem ser atribuídas a ninguém e isto apenas carece de uma reflexão séria sobre a forma como são elaborados estes contratos.

Todos deveríamos dar uma colaboração para se tentar procurar soluções para que a Câmara Municipal, no caso em apreço, não proponha um contrato ao qual fique, passe a expressão, amarrada sem que se possa mexer e nada possa fazer para libertar o espaço, ou acompanhar, gerindo a forma como ele é aproveitado, dinamizado e vivido, correndo o risco de subverter tudo aquilo que eu julgo ser o princípio subjacente à lógica da renovação e da requalificação de qualquer espaço.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Vou começar pelo fim, pela intervenção do Sr. deputado João Santos. Acho que é muito sensato o seu nível de preocupação, até porque tem sido um dos maiores transtornos à gestão destes espaços de restauração e bebidas que são propriedade da Câmara Municipal.

De facto, temos tido algumas dificuldades em garantir o cumprimento dos contratos nos termos em que eles foram celebrados. São contratos já com alguns anos e determina a legislação, ao abrigo da qual a Câmara Municipal procedeu a essas adjudicações, que têm que haver critérios para a adjudicação desses mesmos espaços.

É normal nestas circunstâncias que o critério seja o preço, ou seja, a partir do preço base de referência no Caderno de Encargos, surge um conjunto de propostas, ficando responsável pela gestão quem apresentar o melhor preço, ou seja a maior receita para a Câmara Municipal, o que nem sempre é o melhor.

O que se verifica é que temos tido alguns constrangimentos que advêm desse critério para a exploração desses espaços. Daí que estamos neste momento a proceder à revisão de alguns desses contratos. Exemplo disso é a Casa da Roda que já teve que ser desocupada.

Relativamente a um outro espaço a que fez referência, que é o bar do Centro Cultural, estamos a avaliar o contrato que temos entre mãos e as possibilidades que temos de o denunciar, em função do incumprimento manifesto das condições pelas quais aquela exploração foi adjudicada.

Quando colocarmos à adjudicação, este espaço de Casa de Chá e Galeria, tentaremos fazer com que o preço não seja a questão fundamental.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. deputado Nuno Melo Alves referentes à deposição de lixo, ainda há pouco fiz referência que uma das peças de mobiliário urbano a ser colocada são as papeleiras.

Colocámos as cigarreiras com uma pequena papeleira que já foram muito importantes para a limpeza dos espaços públicos e tenho a certeza que os cidadãos mais atentos notam que a nossa cidade está muito mais limpa de beatas em relação ao que estava há um ano atrás, não só pelo esforço dos funcionários e colaboradores dos Serviços Municipalizados que procedem a uma limpeza bastante cuidada, mas também porque as pessoas têm deposto os cigarros e outros objectos no espaço adequado.

Continuamos a ter espaço para o pequeno papel, mas já reconheci e disse aqui mais que uma vez que é necessário encontrarmos soluções onde possam ser depositadas as garrafas ou o papel de maior dimensão, sem tantos constrangimentos como os que se verificam nos actuais recipientes. Os Serviços Municipalizados e a Câmara Municipal estão a

proceder à aquisição desse tipo de equipamento que será colocado com alguma brevidade.

A Câmara e os Serviços Municipalizados têm um papel determinante. É por isso que realizamos acções de sensibilização nas escolas e junto dos idosos no que respeita à deposição e separação do lixo. Este é que é o nosso papel fundamental em vez de recolhermos depósitos ilegais.

O princípio é a prevenção da deposição ilegal. Temos feito e continuaremos a fazer em conjunto com as juntas de freguesia o trabalho de limpeza das ribeiras e dos espaços mais recônditos onde subsiste a deposição indevida. São trabalhos paralelos que vamos desenvolvendo, sendo certo que, quanto melhor for a sensibilização e o papel de cada um na deposição de resíduos, menor será o trabalho de limpeza que é sempre extremamente oneroso, como se viu com o exemplo que eu dei há pouco da limpeza do campo de jogos de S. Sebastião que vai custar cerca de 12 000 euros para se proceder basicamente a um aterro. É fundamental que trabalhemos na sensibilização e prevenção.

Passo agora a palavra à vereadora Raquel, para esclarecer algumas questões relacionadas com a requalificação do centro.”

**A Sra. vereadora Raquel Pinheiro da Silva** – “Exma. Mesa, Srs. deputados municipais, Srs. vereadores, Sra. presidente da Câmara, bom dia a todos. Queria esclarecer aqui uma coisa que tem sido confundida durante toda esta polémica em torno da Praça Velha que é o respeito pelo património e a sua salvaguarda que foi tida em conta em toda a intervenção.

Há aqui uma confusão que eu, de certa forma, achei que pudesse ser esclarecida com o envio do tal panfleto que explica porque é que somos património mundial. Achei que essa explicação vinha tirar qualquer indignação ou frustração aos angrenses. Pelos vistos, essa mensagem não passou e eu quero explicá-la aqui.

O que nós temos como património classificado é o edificado e uma malha urbana. A pedra da calçada não é classificada porque a nossa classificação remonta ao renascimento, quando nem sequer havia pavimentação das vias.

O que a Direcção Regional da Cultura e a legislação exigem aos particulares e que os faz sentir frustrados, é a salvaguarda de um bem que é património, como o são as habitações, as cores das telas comerciais, dos alumínios, enfim, a salvaguarda de toda uma imagem do edificado.

Outra questão é a Praça Velha que não é classificada em termos de património. É um desenho posterior à sua classificação, criado pelo mestre Maduro Dias, que foi de todo respeitado e requalificado nesta intervenção porque o que existia até ao momento, não respeitava o desenho inicial em relação à posição dos bancos que ladeavam os candeeiros.

Desde a época do início das cidades, os bancos colocam-se ao lado dos candeeiros para que à noite se mantenham iluminados. A dada altura, não conseguimos perceber quando, esses bancos foram recuados em relação aos candeeiros e colocados entre as caleiras das árvores.

Em relação a toda a filosofia da praça, o objectivo era criar uma grande abertura em relação ao edifício da Câmara Municipal, fazendo com que houvesse um grande enquadramento que também não estava a ser respeitado, tendo em conta o conceito em que as laterais da praça fossem um prolongamento dos passeios destas duas ruas e as pessoas pudessem utilizar essas mesmas laterais como passeios. Isso não era permitido

porque as árvores apresentavam graves problemas fitossanitários, como se verificou aquando do seu corte, em que algumas estavam podres e ocas, levantavam as calçadas e não permitiam que as pessoas circulassem nas bermas.

Esta nova intervenção prevê, além de umas árvores com características específicas para uma zona urbana com raízes em profundidade que nem sempre são controláveis, umas anilhas em betão que possam evitar que algumas raízes tendam vir à superfície.

Prevê-se também a colocação de um gradeamento por cima desse desenho que permita a utilização efectiva desse passeio, fazendo com que a praça tenha uma transparência entre edifícios que não se conseguia pela localização do mobiliário.

O quiosque resolve todos os problemas já aqui apresentados pela Sra. presidente da Câmara e não será um café autónomo, servindo sempre de apoio a um estabelecimento de café que exista nas proximidades. Está a ser feita uma consulta informal aos 3 cafés mais próximos da zona da Praça Velha, para que possam apresentar propostas e sabermos a qual será atribuída a concessão.

Há uma confusão em relação ao facto de esse quiosque poder estar aberto todo o ano. Agora, que trabalho na Praça Velha, tenho a noção de que a maioria das pessoas se move entre estes 3 cafés para tomar café ao meio da manhã.

Pretende-se que esse café, além de resolver o problema do lixo e da publicidade, não seja uma estrutura morta no centro da cidade e tenha um espaço coberto onde as pessoas possam tomar o seu café pontual e não uma refeição, sendo uma estrutura vivida durante todo o ano.

Em relação à requalificação da estufa, lembro que já não é utilizada há muitos anos para o plantio nem outra vegetação destinada ao jardim, ou fora dele, porque existe outra estufa para esse fim na parte posterior do jardim.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Antes de passarmos à segunda volta, como os alunos têm que se retirar, quero agradecer a sua presença. Penso que entenderam. Mas para reforçar essa vossa natural convicção, apesar das diferenças de opinião e de alguma discussão mais acalorada, as pessoas são todas amigas umas das outras. Têm opiniões diferentes como vocês têm às vezes com os vossos amigos, o que não significa que, 5 minutos depois de levantarem a voz, não estejam com o braço por cima.

Aqui também é um pouco assim. Há ideias diferentes que são esgrimidas ao longo das sessões e depois competirá sempre aos cidadãos que estão lá fora, a toda a gente, decidir quem tinha mais ou menos razão. Depois dos resultados eleitorais, se comporá novamente esta Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

Muito obrigado pela vossa presença, voltem sempre e um resto de tarde muito feliz para vocês.

*Os alunos da escola Padre Tomás de Borba abandonam a sala.*

Vamos continuar com os nossos trabalhos. Estamos na segunda volta. Vamos tentar esgotar estas intervenções e interromperemos os trabalhos para almoço.”

**O Sr. d.m João Maria Mendes** – “Muito obrigado, Sr. presidente. A minha intervenção é uma repetição e queria dirigir-me à Sra. Câmara. Não me calarei enquanto não ouvir uma resposta a esta questão para a qual peço a vossa paciência e compreensão porque, aqui sentado, estou sempre a ver a falta do brasão nesta casa aqui em frente. Gostava de saber se já foram feitas as diligências necessárias com a empresa proprietária daquele edifício para a sua reparação integral.

Curiosamente, toda a gente faz um grande drama. Dramatizou-se à 5ª essência a intervenção na Praça Velha e eu fiquei aflito porque julguei que iam deitar a Câmara abaixo e lavrar a Praça Velha para semear milho. No fim, nada disto aconteceu.

Curiosamente, todos aqueles que se abespinharam contra a intervenção na Praça Velha pouco ou nada se importaram durante todos estes anos com outras intervenções gravíssimas e de muito mau gosto nesta cidade.

É curioso que só agora todos se interessaram com a Praça Velha, quando lá não havia grande modificação porque, creio que é consensual a substituição de árvores velhas, por outras vivas. É consensual, a remoção de árvores que estavam a dar cabo do património da Praça Velha e acabar com um quiosque que estava ali há meia dúzia de anos. Podiam gostar dele mas, a meu ver, os gostos não se discutem.

Esse quiosque estava a ficar podre, a cair aos bocados e parecia uma ilha rodeado de caixotes do lixo por todos os lados. Qual o drama de o substituir por outra estrutura? Não há drama nenhum porque a intervenção na Praça Velha é minimalista e urgentíssima e precisava ser feita.

Desculpe discordar com o Sr. deputado José Alberto Borges quando vem evocar que, por haver uma petição na internet, a Câmara não podia fazer mais nada. Foi o que o Sr. acabou de ler, senão repita, se a gente tiver paciência para ouvir. O Sr. disse que, por haver uma petição na internet relativamente às obras da Praça Velha, era obrigação da Câmara de Angra suspender a obra. Foi o que o Sr. escreveu e disse aí.

Hoje em dia, com a facilidade que há em fazer petições na internet, podia-se boicotar e parar definitivamente a actividade de qualquer departamento. Ora, se basta clicar na internet para se fazer uma petição dessas, mais ninguém podia assumir qualquer responsabilidade administrativa porque, todos os dias, haveria uma petição. Bastaria a um cidadão abrir uma petição para boicotar imediatamente toda a acção. Isso é um disparate, como muitos outros que aqui foram ditos.

Sra. Câmara, creio que tem toda a legitimidade. Quando o Sr. José Alberto Borges for presidente da Câmara, terá todo o direito às suas prioridades e a elencar o que pretende fazer. Tem direito a apresentar a sua opinião, mas não tem absolutamente direito nenhum a obrigar a Câmara a fazer de maneira diferente.

Já ouvi o apito, mas também gostaria de dizer que fiquei espantado com a sugestão do Sr. Guilherme Melo, ao dizer que tinham encomendado os símbolos da república para colocar aqui nesta Câmara. Não sei o que isso é e gostaria de ser esclarecido. Muito obrigado.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Sr. presidente, Srs. membros da Assembleia, Sra. presidente da Câmara. Srs. vereadores. Ainda bem que a Sra. presidente da Câmara reconheceu que fazem falta depósitos de lixo na rua da Sé. Já falámos nisso e estamos de acordo, mas isto vem reforçar o que vínhamos dizendo: que o dito processo de requalificação avançou, sem que fossem ponderadas todas as questões relevantes, uma delas a da limpeza. Avançou para soluções que não foram as mais adequadas e gerou, pela primeira vez que eu me lembre, em relação a decisões da Câmara, uma reacção popular com uma petição pública inédita *online*.

Não me recordo que outra qualquer decisão da Câmara de Angra tenha gerado este tipo de celeuma e discussão nos últimos anos. Se calhar, houve outras mais importantes, não necessariamente nesta Câmara, que não levaram a esse tipo de discussões. Ainda bem que houve esta discussão.

Lamento mais uma vez que vozes discordantes e opiniões diferentes sejam quase rotuladas de «forças de bloqueio», para ir buscar um dos piores momentos da nossa política nacional há uns anos atrás. Lamento que a confusão entre a opinião e uma força de bloqueio seja transposta com tanta facilidade e abusada desta forma.

Em relação a algumas questões que aqui foram levantadas pelo Sr. deputado João Santos, nós também achamos que tem que haver uma maior colaboração de todos, pelas razões que ele apontou, no sentido de se rever a situação de um regulamento de contratualização de esplanadas ou bares ou outros locais de lazer. Achamos que isso é importante.

A situação dos lixos à volta dos quiosques das esplanadas teria sido evitada se a contratualização tivesse sido bem feita. Nunca deveria haver baldes de lixo à volta dos quiosques, mas sim no interior do café de que é extensão, que obedece a legislação sanitária e de salubridade, com um conjunto de requerimentos e constrangimentos que o quiosquezinho não tem. Isso deveria ser contemplado.

Da nossa parte, estamos dispostos a dar toda a ajuda, desde que não nos venham apelidar de «forças de bloqueio», caso a nossa opinião não coincida com a da Câmara.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Queria aproveitar esta segunda volta de intervenções para registar o momento de humor que vivemos há pouco, quando a Sra. presidente fez a comparação com a Câmara Municipal de Ponta Delgada. Acho que as comparações devem ser feitas. E seria bom que a dimensão da obra que lá se faz fosse parecida com a de Angra, mas infelizmente não é. Isso só pode ser tido como um momento de humor para os munícipes se rirem.

Quanto às avaliações que se fazem, quero lembrar à Sra. presidente que não somos nós que temos que nos avaliar uns aos outros, porque é o eleitorado que o faz. Ambos damos a cara pelos ideais que defendemos e pelas obras que uns executam e os outros apoiam ou criticam na oposição.

Nota-se que a Sra. presidente convive mal com a crítica, que só é penalizada pelas ditaduras. No meu caso, concordei com a intervenção inicial do Sr. deputado João Maria Mendes que, na sua segunda intervenção, já mudou o tom um bocadinho, porque foi ele que trouxe para este debate a frase: a ditadura de alguns gostos sobre outros.

De facto, eu concordei e continuarei a concordar com isso e julgo que não cometerei nenhum delito de opinião ao concordar que nem tudo se resume a uma questão de gosto, porque parece que às vezes nesta sala o mau gosto não existe. Nós também defendemos que o mau gosto existe e que os gostos educam-se. Não devemos achar que tudo se resume a uma questão de gosto e ficar assim pela rama.

O PSD não vai enfiar esse barrete nem o barrete: «Discute temas na comunicação social e não o faz aqui». Nós trazemos cá os temas, confrontamos a Sra. presidente e a sua bancada com eles. Se tem algum alvo para essa sua crítica, deve identificá-lo. O PSD não se revê nela porque todos os que estamos nesta bancada damos a cara pelas críticas que fazemos aqui dentro e pelos artigos de opinião que publicamos -lá fora e que a comunicação social tem a bondade de fazer transmitir e distribuir, de acordo com a lei da imprensa e a liberdade jornalística e editorial de cada órgão de comunicação social.

A questão da Praça velha foi singular, porque gerou um levantamento popular que há muito tempo não era visto no concelho. Se calhar só comparável com um que aconteceu há algumas décadas atrás e, curiosamente, também envolveu corte de árvores na Praça Velha.



Por ter havido esse levantamento, é que este assunto adquiriu a importância que se viu. Não podemos ser imunes nem teimosos ao ponto de dizermos que não é ou não foi considerado importante. Tanto o foi que os bancos originais feios não vão para lá, mas sim para outro sítio.

A população manifestou-se. As petições públicas, sejam elas na internet ou noutro órgão qualquer, têm validade legal...

*Interrompido pela Sra. presidente.*

... Oh Sra. presidente, posso concluir? Tem regras, um número mínimo de subscritores, por isso é que são submetidas a um escrutínio, as assinaturas e os proponentes validados e os outros não são validados. A partir do momento em que estejam cumpridos os critérios legais, têm valor legal e devem ser auscultadas e tidas como tal.

Quanto ao Sr. vice-presidente da Câmara e vereador com competência nos Serviços Municipalizados, Sr. professor Cota Rodrigues, nota-se que a irritabilidade é contagiosa e que o Sr. vereador também se incomoda com algumas chamadas de atenção que a gente faz.

Eu não podia estar mais em desacordo consigo, quando diz que a responsabilidade da Câmara Municipal é só a de tomar medidas de prevenção. Não. É também a de limpar quando existem problemas. Por isso é que existem os Serviços Municipalizados com a recolha de lixo e são delegadas nos órgãos públicos as competências para fazerem esse serviço.

É da responsabilidade de quem tutela os órgãos do poder proceder às limpezas, tal como também ficam responsáveis, os mesmos titulares dos órgãos, quando essas limpezas não existem e têm que lidar com as queixas dos munícipes.

No que diz respeito ao custo dos 12 000 euros pela limpeza do campo de jogos de S. Sebastião, talvez esses custos sejam elevados por se terem passado demasiados anos sem irem lá limpar. Se a limpeza tivesse sido frequente, os custos seriam mais baixos e não seria necessária a despesa que tem que se fazer agora.

Quero dar os parabéns à Sra. vereadora Raquel porque, dos 3 vereadores do Partido Socialista, é a única que consegue explicar as coisas sem se irritar.

A minha opinião e a das pessoas que eu represento como eleitores é que a incorporação de algum mobiliário modernista, incluindo os bancos da rua da Palha, também dá o direito às pessoas de se manifestarem no jornal, como já o fizeram, e dizerem que agora também têm o direito à colocação de janelas de alumínio nas suas casas no centro histórico.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Antes de dar a palavra ao Sr. deputado Francisco Barros, permita-me, Sr. deputado Luís Rendeiro, que começou a sua intervenção em tom de brincadeira, que lhe diga que também concordo consigo. É que, como bom terceirense, nunca me quero equiparar a Ponta Delgada.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Sra. presidente, Sras. e Srs. vereadores, 4 notas muito breves, para terminar.

A primeira, e voltando ao nosso ponto da ordem de trabalhos, que é o relatório da informação acerca da actividade municipal, não gostaria de deixar passar em claro e congratular-me com o início da temporada de teatro de Angra do Heroísmo, cuja programação tem vindo a decorrer ao longo destes meses. É a prova da vitalidade, não só

dos grupos locais como dos que vêm de fora, e, acima de tudo, da dinamização cultural da cidade e do concelho.

Atendendo a que o Sr. presidente informou no início da sessão que, por deliberação de Conferência de Líderes, passaria a fazer-se o registo integral das sessões, 3 notas. Primeiro, devido a um eventual desconhecimento ou confusão por parte do Sr. deputado Luís Rendeiro, o PNF-CHI não é franchising nenhum. É uma modalidade de ginástica que junta um conjunto de actividades, cuja paternidade é da Eva Albuquerque e do Paulo Araújo.

Se quer uma opinião pessoal, apesar de ser místico e calmo demais para mim, parece-me interessante e hiper-relaxante e apresenta resultados. Parece que não é algo inventado e comprado a pacote.

Terceiro aspecto, para subscrever uma coisa que disse. Os gostos não se discutem mas o mau gosto discute-se. Aí, subscrevo inteiramente.

Quarta e nota final, para saudar as 2 referências que o Sr. deputado Nuno Melo Alves fez às forças de bloqueio, lembrando que o autor de tão famosa expressão dá pelo nome de Aníbal António Cavaco Silva.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Eu queria apenas lembrar que, se houvesse internet, *facebook* e outras tantas ferramentas no tempo em que foi edificada a Caixa Geral de Depósitos, de certeza que não teríamos 1 000 assinaturas. Teríamos muitas mais.

Apesar de talvez ter nascido após o 25 de Abril, deve ter a noção de quem estava aqui quando aquela edificação foi autorizada. Apesar de ter nascido após o 25 de Abril, também é capaz de avaliar a competência das pessoas, como é seu dever, podendo eu, concordar ou não, com elas. O senhor não só avalia como qualifica o desempenho e eu também faço o mesmo em relação à oposição.

Da avaliação que faço, digo que sou melhor oposição a mim mesma, do que o senhor é em relação à minha pessoa. O meu exercício diário de autocrítica é melhor que o trabalho que a oposição aqui faz diariamente. De 15 em 15 dias, ou sei lá com que regularidade, é que se lembram que são oposição à Câmara de Angra.

As competências para avaliar e qualificar são de todos os que aqui estão e também minhas, porque eu também sou capaz de avaliar o desempenho do seu líder nacional ou do meu líder nacional e ver aquilo com que concordo ou discordo. Não é só pela proveniência que passo a concordar ou discordar. Pelo menos, o meu cérebro trabalha sem esses condicionalismos. Espero que o seu, ganhando a maturidade democrática que de certo ganhará ao longo dos tempos, também seja capaz de ver o que de bom ou de mau se faz no seu partido, porque do trabalho que a oposição desenvolve aqui diariamente se constrói um concelho e uma cidade melhor. Quanto melhor for a oposição, melhor será o governo local, como o PSD gosta de apelidar a gestão autárquica.

Eu nunca desmereci as críticas feitas à proposta de requalificação da Praça Velha. Tanto não as desmereci que optámos por não colocar naquele espaço os bancos que o Sr. considera feios, porque entendíamos que era o elemento gerador de maior discussão. Pese embora o considerássemos importante, era um elemento acessório.

Havendo uma manifestação de opiniões contrárias, devo dizer-lhe que tomámos essa opção, sem nunca sabermos qual o número de pessoas que se manifestam favoravelmente e que serão muitas. Tomámos uma decisão baseada nas opiniões públicas ou publicadas, sem termos a consciência das que, não sendo públicas nem publicadas, são favoráveis à decisão tomada inicialmente.

Essencialmente, era isso que eu queria dizer, Sr. presidente. Sr. deputado Luís Rendeiro, desejo-lhe imensas felicidades no seu trabalho de oposição porque, quanto melhor for o seu trabalho, melhor será o meu.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Encerraram-se as inscrições. O Sr. deputado Nuno Melo Alves perguntava-me se havia uma 3ª volta. Mesmo que houvesse, o Sr. não poderia usar da palavra porque a usou nas 2 primeiras voltas. Vou só dar a palavra ao Sr. vice-presidente e depois da sua intervenção interromperemos os nossos trabalhos para os começarmos às 14H15. Não, às 14H30, para não falhar.”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “Por causa das palavras e das perguntas que o Sr. deputado Luís Rendeiro me fez, queria dizer-lhe o seguinte: os serviços Municipalizados têm por obrigação limpar e limpam. Quem visita a cidade de Angra diz que é das mais limpas do país. Limpam e cumprem com a sua obrigação e é bom que venham olhos de fora cá ver, porque os nossos olhos às vezes podem ficar viciados. A gente habitua-se e nem sempre vê as coisas que toda a gente vê e são evidentes.

A gente limpa e basta sair à rua para se ver as pessoas a fazerem o seu trabalho de limpeza. Vamos recolher os resíduos à beira dos caminhos e às lixeiras clandestinas. Vamos fazendo isso, mas entendemos que por si só não basta. Tem que ser acompanhado por campanhas preventivas.

Vejam bem! Pasmem-se com o que o Sr. propõe no caso da lixeira clandestina de S. Sebastião! Que vamos limpando?! Por irmos limpando, gastamos menos dinheiro? Ao limparmos não estamos a criar espaço para que se ponha lá mais lixo? Não, a gente limpa e previne a colocação. A nossa atitude é essa...”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “... não limparam uma única vez ao longo dos anos...”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Oh senhor! Então, não se limpou?”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “Se querem, vamos falar sobre fiscalização. Acho muito interessante que os Srs. falem na fiscalização e na limpeza, mas deixaram-na de lado. Daqui a pouco, quando discutirmos o processo dos resíduos, falaremos sobre a fiscalização,”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Muito obrigado. Vamos almoçar. Bom almoço e até às 14H30.”

*Interrupção dos trabalhos para almoço.*

## Recomeço dos trabalhos após o intervalo para almoço.

**1.2 – Segunda alteração ao Regulamento Municipal de Taxas, no sentido de serem alterados os artigos 2.º e 6.º do citado Regulamento, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

*Compasso de espera.*

**O Sr. presidente da Mesa** – “O Sr. deputado Nuno Melo Alves, já se encontrou?”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Sr. presidente, só preciso de um pequeno compasso de espera para pôr os papéis em cima...”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Eu estou calmo e espero o tempo que for necessário. Mais nenhum Sr. deputado se inscreve? É só para dar uma ajuda ao colega Nuno Melo Alves enquanto não encontra os seus papéis.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Sr. presidente pode prosseguir que não há problema. Prescindindo da intervenção para não atrasar as coisas.”

*Compasso de espera.*

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Eu só tenho aqui o artigo 2º com uma alteração e depois o anexo. Posso estar a ver aqui uma coisa errada... Peço desculpa.”

*Compasso de espera.*

**O Sr. d.m. Guilherme Melo** – “Penso que estou a ver a proposta certa. No preâmbulo, no último parágrafo, refere a aprovação em sessão ordinária de 17 de Dezembro de 2010. Estará correcto ou trata-se de um lapso?”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Há 2 propostas sobre regulamento de taxas, uma delas prevê a liquidação e a actualização das taxas. A outra decorre da alteração ao regulamento de publicidade, ou seja, a primeira a que o Sr. se refere, de Dezembro, decorre da alteração ao regulamento de publicidade e não é o Ponto 1.2. É o Ponto 1.5.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Não há mais nenhum esclarecimento, vamos passar à votação.”

Posta à votação, **a alteração ao Regulamento Municipal de Taxas constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria**, com 27 votos a favor (15 do PS, 11 do PSD, 1 do d.m. independente) e 3 votos contra do CDS-PP.

**1.3 – Projecto de Regulamento Municipal de Publicidade, Propaganda Política e Eleitoral e Outras Utilizações do Espaço Público, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Pelos vistos, sou só eu a intervier, mas vou ser rápido e breve. Tenho algumas dúvidas em relação a este regulamento e aos motivos que levam a algumas isenções.

Compreendendo o âmbito e a vontade que o artigo 7º proporciona em termos de isenções. Gostaria de manifestar a minha discordância em relação a alguns aspectos, porque a isenção não tem a ver com as regras respeitantes à afixação nem com as taxas, mas sim com o licenciamento, com a parte burocrática.

Numa diferença de opinião, não pensamos que se justifique apenas essa isenção de burocracia a actividades patrocinadas e promovidas pela Câmara Municipal, quando todos os outros que queiram desenvolver actividades tenham que passar pelos trâmites.

Que estejam isentos de taxas ou de emolumentos pagos por essas licenças, é uma coisa; agora, não tendo a mesma abrangência dos requerimentos e processual, julgo que se cria aqui um favorecimento burocrático que não traz nada de novo e prejudica outros.

Por exemplo: anúncios destinados à identificação de serviços públicos de saúde. Porque não também os privados, os símbolos de farmácias?

Bancos e profissões liberais. Porque não, todas as outras actividades económicas que especifiquem apenas o titular, horário de funcionamento e quando for caso disso a especialização? Portanto, isto é uma placa identificativa.

Há aqui uma coisa num artigo, mais à frente neste regulamento, que isenta e já não considera publicidade em veículos automóveis o nome da empresa proprietária do veículo e o número do telefone.

Há uns anos atrás, numa outra passagem minha por esta Assembleia Municipal, estive à discussão um regulamento semelhante em que isso era considerado publicidade. Felizmente, neste caso, já não está abrangido no âmbito da incidência deste regulamento, mas estão outras coisas. As placas identificativas são consideradas como tal, para tramitação burocrática e processual de instituições, de outras empresas e outras actividades económicas, que não as previstas aqui nas isenções. Nós não concordamos com esse aspecto.

Achamos que a publicidade em veículos, a não ser em eventos patrocinados pela Câmara Municipal, não está também isenta de tramitação e de licenciamento. Não sei se isto afecta os ralis que não sejam co-organizados pela Câmara Municipal ou actividades desportivas dessa natureza, em que há patrocínios e publicidade directa com fins económicos visando a receita proveniente da associação de um determinado produto a um determinado corredor de ralis. Quem diz ralis, diz bicicletas, que não estão aqui contempladas mas podiam estar, até no âmbito da mobilidade sem carros.

Há aqui questões que nos suscitam várias dúvidas, suficientes para não concordarmos com o texto e a proposta deste documento. Achamos que não agiliza processos a quem devia. Melhora nalgumas coisas, pelo menos em relação ao que eu conhecia anteriormente, que não sei se ainda estava em vigor com esses aspectos de as identificações não serem consideradas publicidade, pelo menos para algumas empresas, mas outras continuam aqui consideradas publicidade, porque não se consideram anúncios destinados à identificação, nomeadamente no artigo 7º das isenções.

Por outro lado, vemos aqui que estas referências a entidades patrocinadas e promovidas pela Câmara, «... *por mensagens publicitárias promovidas individualmente ou em parceria com a Câmara Municipal, pelas entidades públicas empresariais e/ou Serviços Municipalizados pertencentes ao município de Angra...*», também estão isentas destas tramitações.

Acho que isto vem, mais uma vez, no sentido do que falávamos de manhã, de mudar e pôr aqui um critério mais fácil para a Câmara e exigir aos cidadãos e aos contribuintes, um maior rigor. Falámos nisso de manhã a propósito da preservação do património e falamos disto agora a propósito da aplicação de taxas de publicidade e de propaganda.

Por outro lado, pensamos que estas taxas e esta tramitação, além de todas as outras restrições, têm aqui uma componente, também contemplada pela legislação nacional, de condicionar ainda mais a propaganda política que, como é sabido de todos, de há muito tempo a esta parte, tem sido respeitada por todos os partidos em Angra e em toda a ilha Terceira, não utilizando certos materiais, mesmo antes de isso ser proibido por lei. Julgo que os próprios partidos entre si chegaram a esta conclusão, antes de isso estar reflectido em lei. Desse ponto de vista não nos traz aqui mais nada.

Por estas razões e por discordarmos de alguns aspectos de fundo, que já mencionei, e por outros aspectos de tramitação e dos próprios painéis, não votaremos favoravelmente esta proposta apresentada pela Câmara.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Eu queria esclarecer apenas o que não tem a ver com questões de fundo de discordância nem aquelas que são mais superficiais, mas que podem conduzir a alguma dúvida na apreciação do documento.

Em primeiro lugar e no que diz respeito ao artigo 7º de isenções, não estão aqui dispostas as isenções relativas a taxas porque estas estão no regulamento de taxas. O que aqui diz é quem está isento de licenciamento por um conjunto de razões que me parecem claras. Um é a própria Câmara Municipal, os Serviços Municipalizados e a Empresa Municipal que não se auto-licenciam. Quando avança com qualquer iniciativa que a publicite, não licencia essa publicitação e isso acontece em diversas situações, como por exemplo, tudo o que diz respeito às obras.

A Câmara, assim como as juntas de freguesia ou o Governo Regional não licenciam as obras que promovem porque estão isentas de licenciamento. É exactamente esta a lógica que serve o que aqui está disposto.

No que diz respeito à propaganda política, aí há mesmo uma confusão, ou seja, este regulamento só dispõe sobre propaganda política no que toca aos locais que a Câmara Municipal é obrigada a disponibilizar para essa propaganda, porque ela se rege por uma lei que se aplica a todos os municípios do país. Em todas as eleições há regras próprias sobre a distância a que os elementos de propaganda devem ficar dos locais de voto, etc., e isso não é aqui objecto de regulamentação.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Tenho a impressão que houve aqui alguma confusão. Eu faço uma outra interpretação do artigo 7º, no que à alínea d) diz respeito. Aqui aparecem farmácias e profissões liberais, os médicos e, porque não, os outros? Nas profissões liberais estão incluídas todas as profissões: médicos, advogados...

Como? Ah! Outras actividades económicas? Isso é uma coisa diferente. Isso será publicidade comercial. Aqui limita-se à identificação do consultório do senhor X que, quando muito, diz se é advogado, estomatologista, vidente ou o que quer que seja.

Mais do que essa questão, o que me parece interessante neste regulamento, é que vem de certa forma definir regras e proteger um bem muito mais precioso do que a publicidade ou propaganda, que é a preservação da paisagem e, muitas vezes, do enquadramento dos espaços, bastando passar pela circular ou pela zona do Fanal para se ver que os *outdoors* quase se sobrepõem uns aos outros.

Em períodos de campanha eleitoral, as rotundas deste concelho, principalmente aqui na zona da cidade, estão praticamente todas elas contornadas com esses *outdoors*, o que tira muito do impacto visual positivo de uma paisagem quando se entra na cidade. Até por isso este regulamento é válido, porque coloca disciplina e regras claras sobre os locais onde pode ou não pode ser inserida essa propaganda política e a publicidade e merecerá o nosso voto favorável.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “O PSD não tem nenhum tipo de objecção a fazer a este documento, só uma pequena correcção no que diz respeito à nota justificativa. Suponho que este documento estaria preparado para ser apresentado na última Assembleia Municipal, porque refere aqui a data de 17 de Dezembro. Era só corrigir para 25 de Fevereiro de 2011. De resto, não temos mais nenhuma objecção ao documento e vamos votar a favor.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Volto a intervir só para esclarecer a intervenção do Sr. deputado Francisco Barros. Quando refiro os anúncios, refiro-me também à identificação de empresas, porque, sé legítimo ter uma plaquinha a dizer consultório do Dr. não sei quanto, também é legítimo haver uma outra a dizer “Armazéns Zeferino” ou outra coisa qualquer. São identificativas. Acho que não se justifica esta distinção.

Isto é muito semelhante a uma discussão de há 12 anos sobre esta matéria, penso que precisamente consigo, quando se tratou de um regulamento de taxas municipais em que se abordou este assunto.

A distinção que aqui é feita entre diversas actividades económicas é nefasta e não vejo motivo para se beneficiar da tramitação do licenciamento de certas actividades, como por exemplo instituições de solidariedade social, cooperativas ou outras instituições sem fins lucrativos, porque essas muitas vezes fazem publicidade, competindo com as que têm fins lucrativos. É uma questão de equidade e acesso ao mercado.

Por outro lado, também não vejo que se justifique a isenção de profissionais liberais, versus empresas. Se houver uma clínica de vários médicos já não pode ter publicidade. Se houver um consultório de um médico...

Ah! Aí é que está a diferença. Volto a frisar que estamos a falar do artigo 7º d) e apenas das placas identificativas: «*Anúncios destinados à identificação dos serviços públicos de saúde, de símbolo oficial de farmácias, bancos ou profissões liberais, desde que se especifiquem os titulares e os horários de funcionamento*». Placas identificativas. Não entendo porque é que uma clínica não fica isenta de tramitação para uma placa identificativa e um médico isolado já fica. Essa distinção é que não faz sentido nenhum.

Por outro lado, chamo a atenção para o artigo 53 onde se fala das limitações à propaganda política com enquadramento paisagístico, etc. Penso que o Dr. Francisco Barros sabe tão bem como eu que esses painéis, que podem estragar o enquadramento paisagístico, duram dois meses ou coisa que o valha.

Há certas obras licenciadas pela Câmara que duram vários anos, fazendo mais estragos na paisagem, como por exemplo outras, que já foram discutidas nesta Assembleia noutras alturas, licenciadas ao pé da via rápida e da circular, além de outras obras que nem sequer passaram pela Câmara e não são da sua responsabilidade, mas sim do Governo Regional.

Sobre algumas delas, que vêm estragar muito mais a paisagem de Angra do que qualquer publicidade provisória, falaremos mais à tarde numa proposta do CDS-PP. Não estamos de acordo com este projecto e, por isso, não vamos votar favoravelmente.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Uma intervenção muito rápida só para dizer ao Sr. deputado Nuno Melo Alves que me parece que o que o Sr. preconiza é que todos os estabelecimentos comerciais em todo o concelho de Angra...

Vamos lá ver. Na sua maioria, os estabelecimentos comerciais não têm placas identificativas. Não põem lá «Armazém Cipriano» ou seja o que for. Publicitam a sua actividade de uma forma diferente do solicitador ou do advogado, que não colide em nada com a imagem circundante. É perfeitamente distinto, sob pena de toda a gente ficar isenta de licenciamento, e não é esse o objectivo.

Já estamos a abrir algumas portas para alguns casos, tipo o interior das montras, quando isso não era permitido. Estamos aqui a abrir um conjunto de excepções que não se podem tornar regra, sob pena de que ninguém licencie publicidade. Aí, teríamos um problema gravíssimo.

Também não me parece que os estabelecimentos comerciais ou industriais, quando se queiram publicitar, o façam com uma placa de 20 X 20 centímetros. São sempre elementos publicitários com outras dimensões, carecendo de outra preocupação por parte de quem os analisa. São questões perfeitamente distintas.

Observem se os elementos publicitários de um consultório médico ou de uma clínica não são perfeitamente distintos. Não utilizam os mesmos meios publicitários. O que estamos a dizer é que estão dispensados naqueles casos em concreto. Todos os outros são objecto de licenciamento.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Gostaria de esclarecer aqui uma coisa. Não estou a falar da publicidade, mas, sim, das placas identificativas no artigo 7º d) das isenções. Penso que não há dúvida. Basta ler o texto que lá está. Não falo da publicidade. É obvio que a publicidade deve ser licenciada, mas não é disso que eu estou a falar. Estou a falar de placas identificativas com horário de funcionamento e, se for caso disso, a especialização.”

Posto à votação, **o Projecto constante do Ponto 1.3 foi aprovado por maioria**, com 33 votos a favor (21 do PS, 11 do PSD, 1 do d.m) e 3 votos contra do CDS-PP.

**O Sr. d.m. João Maria Mendes** – “Gostaria que ficasse em acta que, apesar de ter votado favoravelmente, eu e a Dra. Anabela Gomes discordamos inteiramente do artigo 44º deste regulamento.”

**1.4 – Projecto de Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Srs. membros da Assembleia, se calhar é por ser de tarde. É que estou mais rápido do que de manhã.

Em relação a este Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, aceitamos o princípio que aqui está subjacente de fiscalização e punição e um conjunto de coisas que estão aqui plasmadas, para permitir essa fiscalização e castigar coisas básicas de convivência salutar, como por exemplo o não conspurcar as ruas urinando, ou coisas dessa natureza. Concordamos com o conceito que aqui está.

Não vamos votar favoravelmente este regulamento porque a Câmara está a fazer este conjunto de exigências e, ao mesmo tempo, perante os planos de requalificação que anda aí a fazer, está a retirar os baldes do lixo.

Se de manhã a Sra. presidente da Câmara e o Sr. vereador diziam com alguma graça que não faz mal nenhum meter no bolso o lençinho com a ranhoca da criança, já agora, vou apontar-vos uma alínea deste regulamento que não fala nisso, mas fala na recolha obrigatória das fezes de um cãozinho que ande a passear na rua com a trela. Não vai pedir para as pôr no bolso. Não vai pedir para recolher as fezes e, depois, por não haver um depósito de lixo na rua da Sé ou onde esteja a passear o cão, esperar que as ponha no bolso ou as leve até ao carro ou outro sítio qualquer.

Enquanto a Câmara não der condições aos cidadãos para cumprirem com isto, acho que não é possível votar. Não é exagero. É o dia-a-dia de quem anda a pé. Acho muito bonito que haja o dia sem carros, altura em que as pessoas andam na rua muito felizes, mas no dia-a-dia apanham com a chuva das goteiras devido à falta de caleiras nas casas e não podem passar com cadeiras de bebé porque há quadros eléctricos espetados no meio dos passeios de Angra.

Uma das situações foi corrigida pela Câmara, após a minha chamada de atenção numa campanha eleitoral, porque havia passeios desnivelados ao pé da igreja da Sé que estavam feitos em cimento e que depois a Câmara passou para calçada porque era uma



coisa completamente maluca em termos estéticos, ter um passeio em cimento no centro da cidade.

Estas questões têm que ser resolvidas de forma a tornarem exequível este regulamento. Acho que tem coisas muito boas e é muito positivo. Desculpem estar a prolongar-me. Não sei se o meu tempo acabou ou se o relógio estava mal sincronizado.

Este regulamento tem coisas muito positivas na disciplina urbana, na disciplina da limpeza e higiene e da nossa convivência como comunidade, mas tem aqui coisas às quais a Câmara não dá condições para que sejam exequíveis.

De manhã falei numa que está aqui algures num destes artigos e que refere que a Câmara tem a responsabilidade da colocação de recipientes de lixo de 50 ou 100 litros para plásticos ou vidros. Essas coisas são enormes e não é viável tê-las na rua da Sé ou na rua da Palha para que quem passe a pé possa depositar uma garrafa ou um vidro. Um turista que saia de um hotel e traga uma garrafinha de água, vai pô-la onde?

Há coisas que não são viáveis e outras que não estão aqui contempladas, essenciais para que se circule numa cidade ou se conviva a pé. Não estão, porque a Câmara retirou os que havia. Vai pôr, vai pôr, mas o facto é que estamos há mais de um ano sem eles, só com coisinhas desta largura que se enchem com uma lata de Coca-Cola. Se alguém puser uma naquele buraco, não se mete lá mais nada.

Reconheço que, em termos de beatas, a cidade está muito mais limpa e foi muito importante a colocação de cinzeiros. Concordo e apoio a 100%. Não concordo que se tenha retirado o resto e agora se venha com este tipo de exigências quando não se está preparado para a recolha do lixo de quem circula a pé.

Não se pode querer que as pessoas circulem a pé, deixem os carros atrás, sejam mais ecológicas e amigas do ambiente e não tenham forma de o fazer na prática. Tenham ainda que recolher as fezes do cão e andar com elas no bolso. Isto não tem lógica. Quem diz aqui, diz no Relvão ou noutra sítio qualquer onde se vá passear o cãozinho.

Vamos votar contra esta proposta de regulamento, como já devem ter percebido. Muito obrigado.”

**O Sr. d.m. José Gabriel Silva** – “Muito boa tarde Sr. presidente da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores, caros colegas. Não sei se a junta de freguesia da Conceição pode servir de exemplo, mas, se assim for, será um mau exemplo.

A junta de freguesia tem 3 zonas com expositores com sacos plásticos para as pessoas que passeiam os cães. Esses sacos duram apenas um dia porque as pessoas vão buscá-los para levarem para casa para uso domiciliário.

Se a freguesia da Conceição puder servir de exemplo, eu ficarei muito satisfeito e gostaria até imenso de ver as pessoas a passearem nas ruas da cidade acompanhadas dos seus cães e gatinhos ou outros bichos de estimação. Não tragam póneis porque os passeios não suportam essa companhia privilegiada. Que a igreja permitisse que eles também fossem à missa.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Acho que estamos aqui a discutir 2 coisas diferentes. Julgo que o documento em apreciação está bem construído e bem trabalhado e, por isso, vai merecer a aprovação da bancada do PSD.

Quanto às questões levantadas pelo Sr. deputado Nuno Melo Alves, sobre a falta de mais e melhores recipientes, sobretudo desde que aqueles cestos antigos foram retirados e apenas foram colocadas aquelas cigarreiras, porque não sei o seu nome correcto, mas que

servem para as beatas e pouco mais, julgo que a Câmara deve assumir esse compromisso e cá estaremos nós, partidos da oposição, e com certeza a bancada que apoia a Câmara também poderá apoiar qualquer recomendação, no sentido de se recolocar os devidos recipientes para o tratamento de quaisquer pequenos lixos que os munícipes precisem de depositar.

Parece-me um bom documento, sendo pertinentes e fáceis de resolver as questões apresentadas pelo Sr. deputado Nuno Melo Alves. Faço votos para que se resolvam tão rapidamente quanto possível. Quanto ao documento em apreciação, o PSD vai votar a favor.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Querida voltar a esclarecer, apesar de já ter falado nesse assunto muitas vezes. As papeleiras foram substituídas por aqueles equipamentos que se vê que são úteis, pela comprovada limpeza da cidade.

De facto, houve aqui um período que teve a ver com a adequação das novas papeleiras ao mobiliário urbano que se iria colocar no centro histórico. Nesse sentido, os Serviços Municipalizados já avançaram com o procedimento público com vista à sua aquisição e estimamos que estejam colocadas antes das Sanjoaninas.

Estamos a falar de papeleiras e não de recipientes para a deposição de dejectos de animais, porque há recipientes próprios para esse fim em muitos espaços do nosso concelho. Estou a lembrar-me dos parques e zonas verdes; todos eles têm equipamentos para a deposição de dejectos de animais.

Acho demagógica a comparação do lenço de papel assoado, aos dejectos de animais. Não têm destino idêntico nem nunca serão colocados nas existentes ou nas futuras papeleiras. Não é suposto termos dejectos de animais dentro de papeleiras, nem tão pouco esses dejectos são um problema de limpeza no centro histórico, como o Sr. sabe. Os munícipes optam por passear os seus animais noutros espaços, como as zonas verdes que são mais agradáveis, onde existem os equipamentos adequados para essa função.

Querida acentuar o que foi dito pelo Sr. deputado Luís Rendeiro e com o qual concordo. Vamos apreciar o que está em apreciação que é um regulamento de toda a utilidade e muito necessário à acção fiscalizadora dos Serviços Municipalizados. Uma coisa é o regulamento, outra são as futuras papeleiras a colocar no centro histórico.

Nesta matéria, os Serviços Municipalizados são um exemplo. Todos os anos é adquirido material para deposição de lixo. Como podemos ver em todo o concelho, foram substituídos os contentores de 800 litros e adquirimos espaços próprios para se depositarem os óleos. Há aqui uma melhoria significativa em todas estas questões. Não vamos pôr tudo isso em causa, devido a uma questão que nem está à discussão.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Isto não são detalhes. Por exemplo, o artigo 11: «*Para a deposição indiferenciada de resíduos urbanos, os SMAH dispõem de recipientes herméticos normalizados, blá blá blá... 800 litros*» ... Não vejo nenhum na rua da Sé, mas também, de 800 litros, não queria ver. De 120, também não, de 50 também não. Apenas os recipientes para as pessoas poderem depositar o lixo.

A questão é que esta peça de regulamento tem aqui coisas que não serão praticamente exequíveis e cuja tramitação devia estar mais explícita com a possibilidade de ser executada. Tem boas intenções mas não tem capacidade para ser concretizado, pelo menos no que toca à questão dos dejectos dos animais. Só se a Câmara proibir que os animais circulem em determinados sítios. Aí, vai ter que fazer outro trabalho que é uma melhor recolha dos animais vadios porque, se um proprietário de uma casa é

responsabilizado, na alínea g) do artigo 27, «... não proceder ao correcto acondicionamento dos resíduos para efeitos de recolha, é punível com coima de 100 a 1000 euros».

Vamos supor que a pessoa põe correctamente no saquinho apertadinho para o carro do lixo passar e recolher e vem o cãozinho vadio, não sei de onde, e rasga o saco do lixo. De quem é a culpa? Se ninguém viu, a culpa é do proprietário da casa. Qual é a tramitação para isto? Como se resolvem estas questões?

Na alínea e) do nº 4 desse mesmo artigo diz: «É proibido depositar resíduos urbanos ou permitir a deposição dos mesmos na sua propriedade, em lixeira a céu aberto ou sob qualquer outra forma prejudicial ao meio ambiente». Concordamos com isto. Agora, alguém que tenha um pasto a 3 quilómetros do centro de Angra, vai lá de 6 em 6 meses e está lá um vizinho qualquer a espalhar lixo, qual é a culpa que esse proprietário tem? Onde está a fiscalização, a punição e a prevenção? Está aqui a punição para o proprietário, não para quem depositou o lixo. Esse é que é o problema. Se o proprietário não tem meios para fiscalizar e não tem polícia para ter à porta, acha que tem tempo para isso tudo?

Eu tenho terrenos que herdei nas 12 Ribeiras. Só se pedir ao Sr. presidente da junta, que por acaso conheço muito bem há muitos anos, para me fazer o favor de passar lá e ver se ninguém está a depositar lixo. De certeza que fará isso de bom grado devido à amizade que nos une, mas não é da sua responsabilidade. A questão é que este regulamento tem aqui coisas que, apesar de bem-intencionadas, não são exequíveis.

Desafio alguém para sair daqui, ir a pé até aos Portões de S. Pedro e ver se há um sítio onde se possa depositar uma embalagem ou lixo indiferenciado. Daqui até aos Portões de S. Pedro, não há. Só há cinzeiros/papeleiras. Se eu quiser pôr um pauzinho de um gelado *Isbá* nessas papeleiras, não posso, porque são papeleiras e não servem para resíduos.

Não há um único balde de lixo para resíduos indiferenciados. Tínhamos há um ano e meio atrás uns mais larguinhos numas caixinhas de madeira. É verdade que eram feios, mas eram funcionais. Não é apologia. Não quero os de plástico que às vezes até pegam fogo com muita facilidade. Estou a fazer apologia de uma solução que sirva e seja eficaz. Os Srs. entendem que não há necessidade, encantado da vida. É a vossa decisão e a vossa opção e não a minha.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Permita-me um aparte, Sr. deputado, para lhe dizer que bem percebo essa apetência por passear um cãozinho. Eu já passei essa fase. Isso também lhe vai passar. É o charme, é o charme.”

**O Sr. d.m. Carlos Pinheiro** – “Boa tarde Sr. presidente, Exma. Câmara, Srs. deputados. Depois desta conversa, pergunto a mim mesmo se não há cães nas freguesias. Foi só um aparte.

Gostava de perguntar ao Dr. Francisco Cota Rodrigues para quando se prevêem os contentores para a zona do Engenho do leite. Isso preocupa-me muito mais porque os lavradores, que me desculpem alguns aqui, por vezes, são um pouco inconscientes.

Como normalmente são limpos todos os dias, não há contentor que aguente porque eles vêm com aqueles plásticos enormes dos silos que, por vezes, aproveitam para fazer de fraldas e metem bezerros mortos dentro.

Queremos a nossa freguesia limpa e também necessitamos de alguns recipientes para esses lixos que provêm da lavoura, como os sacos de ração e outros, que não cabem num contentor. Pergunto ao Dr. Cota Rodrigues se tem alguma data prevista para isso.”

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** – “Temos um plano para colocar contentores para resíduos agrícolas junto dos postos de recolha de leite. Estamos neste momento em estudo para integrar isso nos ecocentros que irão ser implementados no concelho para recolher os resíduos provenientes de demolições da área da construção e teremos uma secção vocacionada para a agricultura, para a deposição de sacas, plásticos, bidões, etc. À partida, o problema ficará resolvido.

Quanto ao que o Sr. deputado Nuno Melo Alves disse, gostaria de dizer o seguinte: temos vários ecopontos na cidade de Angra que permitem que a pessoa separe...

Interrupção.

... Eu estou a falar. O Sr. agora vai ficar calado, se faz favor. Se vai comentar, eu calo-me e o Sr. comenta sozinho. O Sr. falou, eu estive calado e ouvi. Se quiser continuar a falar, eu viro o microfone para aí e o Sr. faz a sua apologia outra vez.

Ora bem. Temos vários ecopontos muito caros. Digo-lhe quanto custa cada um: custa 30 000 euros. Isto é para o Sr. saber o esforço que se faz para manter estas estruturas a funcionar. Não estão ali de mão leve. Não interessa que tenham sido colocados por esta ou por outra anterior a esta. Estão lá e as pessoas podem usá-los. Isso é que é importante.

Esses ecopontos estão no Alto das Covas, no Largo Prior do Crato, na Boa Nova, no Largo da Sé e temos planos para colocar mais, porque entendemos que não é com contentores de 800 litros no centro de Angra que se resolve o problema, a não ser em casos muito pontuais. Existe também esse sistema de cinzeiros/papeleiras que permite que as pessoas ponham cigarros e papéis, como o próprio nome diz.

Os estabelecimentos comerciais que aderiram ao EUREKA, que é obrigatório, têm contentores próprios para as vasilhas de vidro e plástico provenientes dos próprios estabelecimentos. Alguns têm-nos indevidamente na rua e outros dentro do estabelecimento.

Você tem lugar para pôr uma garrafa, mas disse que não. Eu estou a dizer-lhe que existem ecopontos, até nos estabelecimentos onde vai comprar a garrafinha de água ou de sumo para beber. Quando acaba de beber, tem à sua disposição o recipiente próprio para a pôr. As coisas têm que funcionar com regras.

O que é que temos mais? Temos recolha porta a porta, como o Sr. sabe, 6 dias por semana. Não se faz esse tipo de recolha em todas as cidades do país, muito menos no estrangeiro. Temos varredores, temos uma varredora mecânica e temos as pessoas que aqui vêm e dizem que a cidade está limpa. As pessoas não andam a atirar resíduos para o chão porque têm mais consciência ambiental do que foi aqui apregoado.

Desde que entrámos para aqui, percebemos perfeitamente que esse tipo de equipamento, esse tipo de baldes para colocar outro tipo de resíduos, era necessário. Percebemos isso perfeitamente. Não é o Sr. que vem propor nada para aqui. Fique sabendo que eles já estão encomendados e não foi por proposta sua. Estão encomendados e incluídos no Orçamento dos Serviços Municipalizados que foi aqui discutido...

... Existiram e vou explicar-lhe porque é que foram retirados. De quais gostava mais? Dos que se incendiavam ou dos outros de madeira que se estragavam e tinham má manutenção? Nem de um nem de outro? Ah, bom! Existiam mas não cumpriam com a sua função e vou explicar-lhe porquê. Porque as pessoas utilizavam-nos para colocarem resíduos domésticos das suas casas, já que tinham a boca demasiado larga e enchiam facilmente. Não funcionavam. Esse belíssimo equipamento de que falava, não funcionava.

Nós já os encomendámos, eles vão chegar e logo que isso acontecer você vai ter o gosto de os ver instalados. Têm a boca mais pequena e não permitem que se depositem lá resíduos urbanos produzidos nas próprias casas. Esses são recolhidos porta a porta ou podem ser colocados nos ecopontos. Para os resíduos mais pequenos, existem as papeleiras e os intermédios, ocasionais, deverão ser postos nestes novos recipientes que vamos comprar. Fique o Sr. a perceber que a razão é técnica e é esta.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Não há mais intervenções. Vamos votar.”

Posto à votação, **o Projecto constante do Ponto 1.4 foi aprovado por maioria** com 33 votos a favor (21 do PS, 11 do PSD, 1 do d.m. independente) e 3 votos contra do CDS-PP.

**1.5 – Projecto de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “A Alteração prevista neste ponto é apenas uma: indicar que os valores das taxas são actualizados em função da inflação da região e sempre por excesso para os 5 cêntimos seguintes.

Sei o que é arredondamento por excesso ou por defeito. Não sei, é se há aqui uma redundância de linguagem, dizendo que o arredondamento por excesso é para os 5 cêntimos imediatamente seguintes, ou se querem dizer que o que normalmente seria um arredondamento por defeito passa a ser um arredondamento por excesso no padrão normal. O que seria para arredondar por defeito passa a excesso, subindo automaticamente? É só para perceber o que querem dizer com isto.

Que é para subir e penalizar sempre, isso já percebemos. Para penalizar mais do que o aumento automatizado da taxa de inflação, também já percebemos. Queremos, é perceber o que querem dizer aqui.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Só para dizer que há aqui um ponto em que eu discordo do documento em questão, que é o artigo 29º alínea a), onde se fala da angariação de receitas para fins de beneficência e assistência ou investigação a ela associadas no concelho, em que está prevista uma taxa de 13,42€.

Tendo em conta que se trata de angariação de receitas para fins de beneficência e investigação científica, talvez se devesse manter a necessidade de pedir autorização à Câmara para esse fim, mas eliminar a cobrança da taxa, visto que é um valor baixo, ou seja, isentando a cobrança destes 13,42€, mantendo a necessidade de licenciamento por parte da Câmara Municipal. Esta ressalva parece-me ser importante.

Quanto ao resto do documento, não temos mais nenhuma questão a apontar.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Peço desculpa por me ter ausentado por um bocadinho mas já me puseram a par da dúvida que colocou. Tem a ver com a taxa que é aplicada aos peditórios, não é?

É evidente que, em muitas circunstâncias, a Câmara já pediu um regime de reduções ou isenções de taxas, deliberadas em função do preponente, o que, de alguma forma, vai ao encontro da questão que está a colocar. Normalmente, as entidades que fazem peditórios, são instituições particulares de solidariedade social e o regulamento de taxas já prevê a possibilidade de isenção em função da entidade que a propõe.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Julgo que a questão é mais simples. Se a actividade em questão não tiver interesse, pura e simplesmente não será licenciada. Havendo interesse e sendo licenciada, a não cobrança desta taxa parece-me uma obra de caridade, até porque se trata de um valor pouco elevado. Neste caso, podia isentar-se de taxa. Se a actividade em questão não tiver interesse, não será licenciada.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Parece-me razoável. Se os Srs. deputados concordarem com essa alteração, faz todo o sentido. Não o detectámos antes e estes documentos foram objecto de apreciação por parte dos vários partidos políticos. Essa questão nunca foi aflorada, mas, tendo sido colocada, pode ser alterada.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Gostaria de pedir à Sra. presidente que me explicasse o Ponto 2. «*Os valores resultantes da actualização prevista no número anterior são arredondados por excesso para os 5 cêntimos imediatamente seguintes*». Há aqui alguma redundância, ou quer dizer que o que seria um arredondamento por defeito passa para os 5 cêntimos seguintes e para o arredondamento por excesso? O excesso e o defeito são definições matemáticas e não conceitos vagos, não é? Obedecem a regras matemáticas. É tão simples quanto isso.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “O que quer dizer é que, mesmo que seja um cêntimo, será arredondado para 5? É assim?”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Não percebo qual é a conta. Por excesso, significa que tudo seria aplicado para cima, que é a alteração proposta, ao fim e ao cabo.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Na versão anterior, não era arredondado para os 5 cêntimos imediatamente seguintes, mas sim, à décima.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Deixe-me ver se percebi: se houver algo que suba para 0,2 cêntimos, passará para 0,5?”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Exactamente.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Então, é dividir a meio e aplicar sempre a regra de excesso?”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Antes, era aplicada a regra de excesso, mas para 10.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Poderia ser aplicada a regra de excesso e defeito, o que atenuaria os efeitos nos valores finais. O Objectivo foi subir todas e arredondar para cima?”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Subir todas, não. Descer todas porque estavam todas para os 10 e agora vão para os 5.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Mas o arredondamento é feito à casa decimal mais próxima.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Não era o que estava previsto no regulamento. Não era à casa decimal mais próxima.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Pela regra do arredondamento, se temos 0,1, vamos arredondar por defeito para 0; tendo 0,7 arredondamos para 1.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “O regulamento não estabelecia isso.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Sim. Mas se a Câmara assim o entender isso pode ficar estabelecido aqui. Há a opção de arredondar sempre para cima e não usar as regras matemáticas em que umas vezes se arredonda para baixo, outras para cima. É isso que eu

estou a tentar perceber. Há outra regra no regulamento, que actualiza esta? Se calhar, isso esclarece as dúvidas.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Não. Há uma regra de actualização e outra de liquidação. Anualmente, a Câmara Municipal decide uma determinada actualização que é o que se está aqui a propor.

O artigo anterior referia, no nº 1: «*Os valores das taxas são actualizados anualmente em função dos índices de inflação*»; o nº 2 dizia: «*Os valores resultantes da actualização prevista no nº anterior são arredondados por excesso para a dezena de cêntimos imediatamente superior*». Não havia aqui a norma do «abaixo de 5 e acima de 5». Havia a norma 10. Agora, é inferior. Propõe-se que seja arredondado para os 5 cêntimos. É melhor para o munícipe.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Porque não impor a regra do arredondamento por excesso ou por defeito, consoante o resultado da conta? Se dantes se arredondava para a dezena superior...”

**A Sra. presidente da Câmara** – “A regra proposta foi esta. Se der 14, arredonda para 15. Se der 16, arredonda na mesma para 15, é isso? 14, arredondava para 10...”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “... Se desse 16, arredondava para 20. A unidade menor é o cêntimo. Uma taxa de inflação da região aplicada a uma taxa de 5,5, se houver uma taxa de inflação, vai dar aqui 5,05... se fizermos pela calculadora, ela vai arredondar pela regra de defeito ou excesso normal. O próprio Excel faz isso, arredondando a 2 casas decimais.

Retirando-se aqui a questão penalizadora, porque arredondava para a dezena e não para a unidade/cêntimo, e uma vez que estamos a falar de arredondamento à unidade, porque não fazer um arredondamento por excesso ou por defeito, sempre que seja aplicável? Assim, acho que embaratece e é mais justo. Não há aqui nenhuma intenção de ampliar a subida ou alforofar uma descida. Se der 11,224 vem para 11,220. Sendo 11,227 vai para 11,230. Depois o IVA vem baralhar isto tudo.

Eu percebo o arredondamento para as 5 unidades, mas depois disso é baralhado pelas taxas de IVA, aplicáveis nos casos em que as há.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Prevê-se aqui que, na liquidação, deixe de haver arredondamento porque o regulamento quase previa 2 formas de actualização. Uma por via da taxa de inflação e um novo arredondamento por via da liquidação.

Suponhamos que tínhamos uma taxa de 10,22 por cada m<sup>2</sup>; tratando-se de 3 m<sup>2</sup>, teríamos 30,66. Teríamos a actualização nos 10,22 e ainda o resultado do arredondamento na conta final. O regulamento anterior previa 2 formas de agravamento da taxa. Era a sua actualização e a liquidação. São coisas que, pelos vistos, ninguém notou.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Não é revogada aqui essa norma de fazer a duplicação do arredondamento. Resumindo, em questão de cêntimos, nós consideramos que era preferível o arredondamento por excesso. Por defeito, seria na actualização e não na aplicação da taxa.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Veja a alteração que propomos no artigo 6º, liquidação; há a eliminação do nº 3 do artigo 6º que previa: «*Os valores resultantes da aplicação das taxas são arredondados por excesso para a dezena de cêntimos imediatamente superior*». Havia 2 arredondamentos para a dezena imediatamente superior. O que resultava da actualização e o que resultava da liquidação.

O que propomos, por um lado, é a eliminação na actualização, com a redução para os 5 cêntimos; por outro, na liquidação, a eliminação do arredondamento, ou seja, é exactamente o que der. Se for 23 é 23, se for 24 é 24, se for 25 é 25. Não há arredondamento daqui decorrente, senão havia uma dupla penalização.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Vamos passar à votação, senão não saímos daqui. Vamos votar com a alteração proposta pelo Sr. deputado Luís Rendeiro. Qual é o artigo?”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “29 a).”

**A Sra. presidente da Câmara** – “A proposta de alteração iria no sentido de incluir essa isenção no artigo das isenções, ou seja, mais um número nas isenções e a eliminação do quadro de taxas.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “... Que a alteração não seja apenas no artigo 2º, conforme esta aqui proposto, mas que abranja também o artigo 5º das isenções e seja feita uma alteração neste anexo que vamos votar. O artigo 5º não é objecto de alteração.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Não era mas passa a ser. Desde que fique aqui acordado que a redacção seja nossa, passamos a incluir. Elimina-se da tabela de taxas e clarifica-se o texto, especificando a questão das...”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Vamos passar à votação.”

Posto à votação, o **Projecto constante do Ponto 1.5 foi aprovado por maioria**, com 32 votos a favor (21 do PS, 10 do PSD, 1 do d.m. independente) e 3 votos contra do CDS-PP.

**1.6 – Alteração ao Regulamento Municipal de Incentivos, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Não se registando quaisquer intervenções, a **Alteração foi aprovada por unanimidade.**

**1.7 – Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2011, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea o), n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**A Sra. presidente da Câmara** – “Esta alteração vem no seguimento das aprovações sucessivas respeitantes a esta matéria e que trouxemos à reunião da última Assembleia Municipal. Propõe-se uma adequação do mapa de pessoal, a todas estas alterações feitas nos últimos meses.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Está à discussão. Não há intervenções, vamos votar... Sr. deputado Honorato, faça favor de rectificar o Cartão. Enganou-se na cor. Sportinguista, mas nem tanto.”

A **Alteração constante do Ponto 1.7 foi aprovada por maioria**, com 22 votos a favor (21 do PS, 1 do d.m. independente) e 13 abstenções (10 do PSD, 3 do CDS-PP).

**1.8 – Alteração do artigo 3.º do Regulamento Municipal de teleassistência do Município de Angra do Heroísmo, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**A Sra. d.m. Mónica Seidi** – “Sr. presidente da Mesa, Sra. presidente e Srs. vereadores, caros colegas. Mais uma vez, este problema da Tele-Assistência. Antes de mais, felicito a



Câmara pela sensibilidade em alterar este regulamento, contudo parece-me que ainda não reúne as condições ideais.

Parece-nos pouco sensato que a comissão que elaborou o documento, cujos membros nós desconhecemos porque ainda não foram mencionados nesta Assembleia, não tenha, e vou repetir-me, incluído a falta de saúde e de patologia destes idosos como critério de selecção.

Julgo que todos os idosos do concelho e demais pessoas deveriam ter a oportunidade de se candidatarem ao programa numa fase inicial e só posteriormente, numa fase de desempate, é que este critério do rendimento deveria prevalecer.

A segunda parte tem a ver com a forma como o projecto está montado e como é accionado, que, nalguns casos, poderá mesmo ser negligente. Digo isto porque, nos casos potencialmente graves e mesmo fatais, este projecto não terá capacidade de resposta, visto que, uma chamada que vai para Lisboa e depois é redireccionada para o concelho e só posteriormente os meios do concelho chegarão à casa dos idosos, para ser boazinha, tudo isto levará pelo menos meia hora. Em casos potencialmente fatais, este tempo é demasiado longo.

A partir destas 2 apreciações, julgo que estes 2 pontos têm que ser reequacionados por esta comissão e deverão mesmo ser alterados, senão podem-se tirar daqui 2 conclusões de forma leve: os profissionais da área da saúde foram postos à parte nestes critérios de selecção e, de certeza absoluta, não existe nenhum representado na tal comissão.

A segunda parte é que o projecto da Teleassistência funcionará unicamente para combater o isolamento, em vez de ser usado como meio eficaz na saúde e auxílio dos idosos do concelho, que acho que tem meios suficientes para combater este problema.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Houve uma parte da intervenção da Sra. deputada que eu não compreendi e que teve a ver com a comissão de avaliação. Essa comissão, nos termos do que o próprio regulamento dispõe e que pode ser sempre alterado pela Assembleia, é composta por um vereador na área da intervenção social, (neste caso a competência não foi cometida a nenhum vereador, porque não foi delegada, portanto é minha), um elemento da Divisão de Intervenção Social da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e um elemento da Divisão de Acção Social de Angra do Heroísmo, ou seja, Câmara Municipal/ Governo Regional.

A referida comissão foi deliberada em reunião de Câmara, nos termos em que o próprio regulamento prevê, por isso não o é pela Assembleia Municipal. Penso que fez essa referência e por isso quis clarificar esse aspecto.

Quanto às outras questões que levantou, nos termos do protocolo assinado com a Cruz Vermelha, há um tempo de resposta previamente contratualizado. Não o tenho agora aqui comigo, mas sei que é assim. Apesar de a ligação se estabelecer com o continente, há um tempo de resposta que tem que ser assegurado pela Cruz Vermelha.

O que se pretende aqui é melhorar, tornando o regulamento mais abrangente, envolvendo os idosos com carências económicas e não os que não as tenham. Temos 40 equipamentos disponíveis e pretendemos atribuí-los a quem sofra de carências económicas. Qualquer outro idoso do concelho poderá beneficiar desse serviço, como em outras zonas do país, mediante o pagamento de uma mensalidade e desde que tenha telefone em casa.

Não inviabilizamos o acesso, antes pelo contrário. Garantimos que os idosos que não teriam acesso ao programa devido a limitações económicas possam aceder a este serviço, que nos parece que tem qualidade.

Na sequência da notícia surgida há 15 dias sobre uma idosa que foi encontrada morta em sua casa 9 anos depois, surgiram várias notícias nos jornais. Li no «Público», penso que de segunda-feira, que foi praticamente feito um levantamento a alguns concelhos sobre os serviços garantidos por algumas entidades e era feita referência à TeleAssistência como sendo um bom serviço, disponibilizado pela Câmara Municipal de Braga e já com um alcance interessante.

É evidente que não está aqui prevista a presença de nenhum técnico da área da saúde, mas está previsto que, no caso de a pessoa possuir patologias, deve apresentar uma declaração. O grau de dependência é um dos factores apreciados pela comissão. É óbvio que as 2 técnicas que trabalham nesta área fazem-no em articulação com os Serviços de Saúde.”

**A Sra. d.m. Mónica Seidi** – “O que me tinha dito da primeira vez que levantei este assunto aqui na Assembleia é que de facto existia uma equipa do Centro de Saúde que também colaborava e fazia parte desta comissão...”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Quem disse isso?”

**A Sra. d.m. Mónica Seidi** – “Foi a resposta que a Sra. presidente me deu, o que afinal não é verdade. São 2 técnicas que o fazem, como acabou de dizer. Em Dezembro de 2009, na primeira vez que vim a esta Assembleia e levantei o assunto, porque vinha o regulamento sobre todos os critérios de selecção dos idosos, não havia nenhuma referência a patologia.

É fundamental que um critério de patologia seja integrado neste regulamento. Não está em causa se a teleassistência é um programa bom ou mau. É bom, mas tem que ser reequacionado.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Sra. deputada municipal. Eu tenho que ler a acta dessa Assembleia. Acabei de dizer aqui que as técnicas trabalham em articulação com os Serviços de Saúde, já que a Técnica da Divisão de Acção Social de Angra do Heroísmo tem articulação com o Centro de Saúde e nós temos um protocolo com esse Centro.

Não sei o que poderei ter dito. Vou ler a acta dessa sessão para ter a certeza do que disse. Nós temos um protocolo com o Centro de Saúde na área da intervenção precoce, que são coisas completamente diferentes.

Antes de me sentar..., disse que as Técnicas trabalham em articulação com os Serviços de Saúde. Aliás, existe uma rede no âmbito de ilha que trabalha com os idosos e pessoas com necessidades especiais, onde têm assento não só os Técnicos da Acção Social, como também o Hospital de Angra, o Centro de Saúde, as Casas de Saúde, etc.

Existe uma rede para a sinalização dos casos que poderão aceder aos equipamentos por via do regulamento de teleassistência. Pode ser que tenha enquadrado a minha intervenção neste âmbito. O regulamento clarifica que a comissão é composta por 3 pessoas: a Dra. Sónia Gouveia, a Dra. Catarina Matias e eu própria.”

**A Sra. d.m. Mónica Seidi** – “Na altura perguntei quem eram os membros desta comissão e não obtive uma resposta que me clarificasse.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Se foi na altura em que o regulamento foi aprovado, é natural que ainda não tivesse resposta a isso porque ainda não estavam nomeados. Agora disse-lhe quem são os membros da comissão.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Queria pegar na preocupação da Dra. Mónica Seidi sobre os critérios de saúde. Percebo a preocupação da Sra. presidente da Câmara em fazer das dificuldades económicas dos utentes o factor principal de acesso à teleassistência, mas parece-me que, dado o envelhecimento da população a que estamos sujeitos e aos problemas de saúde em causa, esse serviço poderia ser extensivo a outros idosos, nem que ficassem obrigados a uma comparticipação por parte dos que tivessem capacidade financeira.

Se o serviço funcionar de modo eficaz, ultrapassando as questões referidas pela Dra. Mónica sobre o encaminhamento da chamada para Lisboa, (que poderá tornar o serviço mais moroso do que uma simples chamada directa para uma ambulância), o critério individual do estado de saúde ou de idade podia ser tido em conta e o serviço alargado a um maior número de idosos.

Segundo os dados referidos da última vez que se abordou esse tema, até agora, estavam atribuídos poucos aparelhos de teleassistência. Aí, subscrevo a preocupação da Sra. deputada Mónica Seidi. Poderá ser objecto de trabalho por parte da Câmara Municipal o alargamento deste serviço, independentemente das questões económicas, podendo elas ser compensadas, ou não, com intervenções dos que o puderem fazer, caso assim o desejem.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Eu não referi o custo do serviço que oscila entre os 22 e os 25 euros mensais, dependendo se o idoso possui apenas o mecanismo que acciona a chamada telefónica, ou também um GPS para que seja possível localizá-lo, tratando-se de idosos com problemas de Alzheimer que não saibam onde se encontram.

O serviço está disponível para quem o puder pagar e a Câmara assegura-o aos idosos com carências económicas. É esta a lógica do regulamento proposto e que foi aprovado. Disponibilizámo-lo a todas as pessoas com mais de 65 anos, mas não são estes os critérios.

Poderíamos destinar o serviço a todas as pessoas com mais de 65 e com problemas cardíacos, a todas as pessoas com mais de 65 anos e patologias de outra natureza qualquer, mas não foi esse o critério, com o qual podem discordar. Compreendo que o ideal seria que pudéssemos abranger todas as pessoas, independentemente da sua condição económica ou situação de isolamento.

O nosso trabalho terá que evoluir muito porque ainda nem conseguimos alcançar os que têm dificuldades económicas. Vamos trabalhar primeiro para estes e depois avançaremos com o projecto. Penso que, neste momento, estão atribuídos 9 ou 10 aparelhos e com esta alteração ao regulamento pretendemos que, por via do aumento do rendimento *per capita*, consigamos alcançar mais alguns.”

**A Sra. d.m. Mónica Seidi** – “Acho que a Sra. presidente ficou com uma ideia errada. Não estamos a questionar este programa da teleassistência. Conhecíamos o regulamento que foi, por nós, aprovado. A teleassistência é boa. Se a Câmara teve sensibilidade para fazer uma alteração, poderia reequacionar os outros 2 pontos.

Nós vamos votar a favor. Concordamos com isso mas, se houve sensibilidade por parte da comissão para uma proposta de alteração, a minha intervenção vai no sentido de que

essa mesma comissão possa reequacionar os temas que mencionei, até porque temos boa capacidade de resposta no concelho e o Dr. Ricardo Barros sabe disso.

A Cruz Vermelha e os Bombeiros deste concelho têm capacidade para ajudar. Em vez de a chamada ir directamente para Lisboa, se tudo for organizado cá no concelho, diminui-se o tempo de acção e obteremos melhores resultados.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Agradeço e percebo a sua intervenção. O que eu disse é que há questões de detalhe que têm a ver com a operacionalização do serviço. Poderemos ver junto da Cruz Vermelha se temos tido dificuldades no tempo de resposta ou com os equipamentos distribuídos, mas ainda não fizemos essa avaliação. Vamos ver isso melhor.

Recordo-me que, quando fomos entregar o equipamento a uma idosa na Serreta, o que mais lhe agradava, era que, a qualquer momento, nem que fosse por razões de tristeza, ela podia accionar o mecanismo e tinha alguém que a escutasse, a chamasse pelo nome e soubesse que estava ali. Isso é combater a solidão e para mim é tão útil como alguém que se sintam mal ou tenha uma dor. Ela tem uma dor. Dói-lhe o coração da solidão que sente. Só por isso, o equipamento já é útil.

Também temos pedido a colaboração das juntas de freguesia para identificar casos de isolamento ou idosos com carência económica, mas o que é certo, como você disse muito bem, é que temos o regulamento aprovado desde Dezembro de 2009 e, de 40 equipamentos disponíveis, só temos 9 entregues. Não se trata de um problema de disponibilidade de equipamento, mas sim uma questão de procura que queremos melhorar.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Eu não resisto, se não der também uma pequena achega relativamente a esta questão. Não só a esta, mas também em relação à atenção que se tem dado aos nossos idosos nos últimos anos, que não quero quantificar se são 6, 10 ou 15. Parece-me extremamente relevante referi-lo aqui e realçar a preocupação demonstrada para que o serviço seja cada vez melhor.

Recordo que não há muitos anos não tínhamos Centros de Dia. Hoje temos um projecto que nos permite ir todos os anos falar com os idosos e é interessante ver como as pessoas esperam ansiosamente o dia do «encontro» e daquele são convívio.

Outra das questões que penso que está a mudar na mentalidade dos nossos governantes, em primeiro lugar, mas também dos responsáveis políticos, é o facto de não termos «depósitos de velhos» como eram os antigos asilos, agora chamados de Lares de Terceira Idade, mas sim a descentralização dos mesmos e a criação destes Centros de Dia nas zonas rurais, onde as pessoas estão mais próximas dos seus e do sítio que sempre conheceram. Isso é extremamente importante.

Aquele programa de ginástica que se falou de manhã, com alguns defeitos ou com muito potencial para ser desenvolvido, do qual não me recordo, julgo que também é um passo significativo nesse sentido.

Relativamente a esta telemedicina, não tenho dúvida que a questão de a diferenciar foi muito bem colocada, não fosse a Dra. Mónica Seidi dessa área. Aí, toca também na minha área de intervenção.

O simples facto de se poder falar com alguém, quebrando a tal solidão, é fundamentalíssimo. Só quem passa por áreas que têm algo a ver com isto é que percebe. Há idosos que chamam as ambulâncias só para irem ao Centro de Saúde conversar, obviamente com o pretexto que têm uma dor.

Penso que há muito que percorrer neste caminho, mas não gostaria de deixar passar este momento sem dizer que, nos últimos anos, muito se tem feito nesta área e ainda bem.”

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Alteração ao Regulamento Municipal de Teleassistência constante do Ponto 1.8 foi aprovada por unanimidade.**

## **2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:**

### **2.1 – Recomendação do Partido Socialista, no sentido de a Câmara Municipal intervir junto da empresa responsável pelos parquímetros, solicitando maior rigor e eficácia na manutenção dos equipamentos.**

**O Sr. d.m. José Alberto Borges** – “Em relação à Recomendação do Partido Socialista, penso que o grupo municipal do CDS não tem qualquer problema em aprová-la, visto que já nos manifestámos na comunicação social acerca do problema dos parquímetros, nomeadamente dos cartões pré-carregados.

Não sei se seria possível ao Partido Socialista acrescentar algo à sua proposta, para que, no caso de não funcionarem, seja devolvido aos utentes o valor do carregamento incluído nos respectivos cartões.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Sr. presidente, Srs. membros da Assembleia. O grupo municipal do PS não fazia intenção de fazer uma apresentação porque as propostas são claras e falam por si.

Pelo facto de este grupo ter sido questionado em relação aos cartões e se estamos dispostos ou não, vamos lá ver. O objecto desta Recomendação é que a Câmara Municipal interceda junto da entidade que tem a seu cargo a gestão, manutenção, conservação e exploração dos parquímetros, para que as anomalias detectadas nos mesmos sejam rectificadas.

Essas anomalias vão desde o não funcionamento, por motivos que eu ou os restantes membros desta casa desconhecem, até aos transtornos que isso provoca. Se o cartão pré-pago não funciona ou não é possível a sua utilização, é uma anomalia que tem que ser rectificada.

O objectivo desta recomendação, que não é difícil de ler, é que a Câmara Municipal interceda junto da empresa responsável para que as anomalias e problemas de diferentes naturezas verificados nos parquímetros sejam rectificadas.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Queria apenas prestar uma informação a esta Assembleia, que tem a ver primeiro com este contrato com a RESOPRE, que é a empresa que presta assistência e tem a concessão dos parquímetros, e que termina em 2012.

De qualquer forma, há aqui 2 componentes que é importante distinguir. A manutenção dos equipamentos é assegurada por uma empresa local, parceira da empresa a nível nacional, e essa manutenção dos equipamentos do exterior vem sendo devidamente assegurada, havendo sempre a comunicação da nossa parte e depois a reparação do equipamento.

Há uma questão que foi aqui levantada e tem a ver com o funcionamento do cartão cidade, que é um cartão recarregável, que, de facto, tem funcionado muito mal. No último ano, endereçámos formalmente à empresa 3 ofícios a solicitar a regularização dessa situação, porque os cartões aparecem com uma mensagem de «cartão desconhecido» e nem podemos devolver o saldo existente porque não conseguimos ler qual o saldo

disponível. Optámos assim por deixar de disponibilizar o cartão cidade, enquanto esta situação não for resolvida pela empresa.

Depois destas comunicações formais, eu própria já comuniquei verbalmente com a empresa que lamentou o sucedido, informando que não tinha recebido os ofícios. Já responderam formalmente e vêm cá reunir connosco para solucionar esta questão.

Em função da impossibilidade de devolução do saldo, pareceu-nos mais prudente não emitirmos mais cartões até que a situação esteja resolvida, para não penalizarmos a população por via deste carregamento que não pode ser devolvido quando o cartão avaria.

Estas questões estão devidamente enquadradas e esperamos que a empresa consiga responder a devido tempo.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Queria dirigir-me ao grupo parlamentar do Partido Socialista e sugerir aqui uma coisa a respeito da apresentação destas 3 propostas, que eventualmente, poderão aceitar ou não.

As propostas são sempre arrematadas com o grupo municipal do PS a recomendar à Câmara Municipal que intervenha, a recomendar à Polícia de Segurança Pública ou a recomendar à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Uma vez que, quer as propostas de PSD, quer as do CDS-PP concluem propondo que seja a Assembleia Municipal a recomendar à Câmara, pergunto se o PS não se importaria de mudar isso, uma vez que, ao votarmos, é a Assembleia Municipal que está a propor. Se não for alterado, continua a ser o PS que está a propor e não tem o peso institucional que eu acho que poderia ter.

Se não houver oposição do PS, fica já o pedido para as 3, independentemente das considerações que possamos ter em relação às outras 2. É uma sugestão, porque as do PSD estão dessa maneira e as nossas também.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Como é óbvio, por uma questão de conteúdo, a partir do momento em que uma proposta é aprovada nesta Assembleia, deixa de ser pertença do grupo proponente, passando a ser de toda a Assembleia. De qualquer modo, não teremos problema nenhum em assumir a alteração proposta, comprometendo-nos a que as propostas futuras já venham devidamente formuladas.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “O grupo municipal do PSD também acha que esta proposta do PS é boa e tem fundamentação, mas também compreendemos que esta situação já nos tinha sido levantada e que, quem adquiriu os tais cartões que não funcionam, não tem qualquer forma de ser ressarcido do investimento feito.

De facto a Recomendação refere as anomalias na rede de parquímetros e equipamentos, mas acho que esta anomalia do cartão, em particular, também deveria ser especificada, porque tem sido motivo de preocupação por parte da Câmara Municipal e ainda não está resolvida. Nisto acompanho os deputados municipais do CDS-PP, visto não se tratar de uma alteração de grande monta e clarificar a Recomendação do Partido Socialista para com a empresa que gere os parquímetros.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “No primeiro parágrafo, que identifica a problemática, a partir de onde diz: *«Anomalias na rede de parquímetros, nomeadamente, equipamentos inoperacionais ou com temporização incorrecta»*, o «ou» desaparece e passa a constar uma vírgula. *«...compatibilização incorrecta da quantia introduzida e não funcionamento dos cartões da cidade»*. *«Não reconhecimento de alguns cartões da*

*cidade» ... Então ficaria: «... e deficiente funcionamento do cartão da cidade». Aí, já identifica tudo.»*

Não se registando mais intervenções, a **Recomendação constante do Ponto 2.1 foi aprovada por unanimidade.**

**2.2 – Recomendação do Partido Socialista, no sentido de a Polícia de Segurança Pública reforçar o policiamento em diversas zonas onde se verificam maiores constrangimentos de trânsito, tais como:**

- **Rua de São Pedro, entre a esquina da Rua da Madre de Deus e o n.º 16;**
- **Alto das Covas, junto à Escola Básica do 1.º Ciclo Infante D. Henrique;**
- **Rotunda da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba e**
- **Estrada Regional na Freguesia de São Mateus da Calheta, entre a Igreja e o Terreiro.**

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Nós concordamos com os princípios e a ideia das 3 propostas, mas há aqui uma questão de 2 ou 3 pormenores que gostaríamos de ver, eventualmente discutindo conjuntamente os pontos 2.2 e 2.3 para podermos clarificar.

Em relação ao Ponto 2.2, nós concordamos com o que aqui está e com estes pontos negros no trânsito. E, se o PS aceitar, temos interesse em acrescentar aqui mais alguns que são críticos e merecem uma intervenção mais afinçada da PSP.

Posso anunciar alguns desses pontos. Na estrada de acesso à via rápida, ao pé do Estádio João Paulo II, um pouco acima do monumento ao toiro, há um traço contínuo que é sistematicamente violado.

Na zona da circular de Angra, ao pé das bombas de gasolina, o traço contínuo também é sistematicamente violado por motivos mais que óbvios.

A zona ao pé da escola Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, à semelhança da escola Tomás de Borba, também tem problemas de fluidez de trânsito, assim como o Alto das Covas e aquela avenida nas horas de ponta. Achamos que estas zonas também deviam ser contempladas porque são pontos críticos.

Há um aspecto que entronca com o Ponto 2.3. Também consideramos que esta Recomendação do Ponto 2.2 pode e deve incluir a recomendação deste troço que está contemplado na Proposta do 2.3, a curva entre a *Twins* e a rotunda da Silveira porque, ao contrário do que aqui está no Ponto 2.3, existem ali pelo menos 6 sinais de estacionamento proibido.

Tenho aqui algumas fotografias que tirei hoje de manhã e não deixam margem para dúvidas. Estão ali 6 sinais. Na minha opinião, isto fere alguns dos considerandos que aqui estão. Não fere um, que é a necessidade de eventualmente se estudar e aprofundar alterações ao trânsito naquele local.

A sugestão do PP é que fosse retirado o considerando do Ponto 2.3 que diz que não há sinalização, porque ela existe, e fosse alterado no sentido de se materializar um estudo aprofundado para aquela zona, e que, no Ponto 2.2, fosse de imediato solicitada à PSP uma intervenção naquela área, fazendo cumprir os sinais de trânsito.

No sentido Angra/rotunda da Silveira, entre ambas as rotundas, existem pelo menos 2 sinais. Um ao pé do hotel *Terceira Mar Hotel*, de «trânsito proibido», outro na esquina da casa da Silveira.

No sentido contrário, existem 3 sinais ao pé do *Hotel do Caracol*. A seguir ao hotel também existe um sinal de «estacionamento proibido», um outro logo à subida da rampa

da Silveira e, na própria rampa, existe um sinal de «estacionamento e paragem proibida», com ameaça de reboque.

Pensamos que não é por falta de sinalização que há problemas de trânsito ali, mas sim por falta de cumprimento, o que não quer dizer que não concordemos que se faça um estudo que contemple várias medidas, como está aqui previsto, tipo alargamento de passeios ou colocação de separadores físicos naquela zona.

Achamos que está ferido este ponto do texto que diz que, «... a referida interdição deve ser materializada com a adopção de medidas, nomeadamente a colocação de sinalização horizontal e vertical». A sinalização está lá colocada...”

**O Sr. d.m. João Santos** – “Não está!”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “O estacionamento proibido está lá contemplado e, se for cumprido, resolve 90% dos problemas. Não quer dizer que os outros 10% não sejam graves e não careçam de um estudo. O que achamos é que a proposta 2.2, que recomenda à PSP para agir imediatamente, deve contemplar a zona da Silveira com a sinalização que lá está. A proposta 2.3 deve retirar esse aspecto e contemplar um estudo mais alongado.

A questão que está aqui é a forma como as propostas 2.2 e 2.3 estão apresentadas, este assunto vai ser estudado e debatido e vai-se avançar mais um ano até que esteja resolvido.

Com as alterações que o CDS está a sugerir à proposta do PS, sem querer retirar-lhe a paternidade, há um pedido de acção imediata e, ao mesmo tempo, um estudo para uma solução a médio ou longo prazo que venha ultrapassar as limitações actuais. O que não achamos correcto é dizer que não existe sinalização que proíba lá o estacionamento, porque existem ali mais de meia dúzia de sinais de trânsito.

Diz aqui: «Considerando que já existiu sinalização que proíbe o estacionamento e paragem naquela zona e que foi retirada sem qualquer justificação» ... Existe sinalização que proíba o estacionamento e também existe em frente do Hotel do Caracol.

Não vou discutir aqui se existe o sinal de estacionamento proibido, porque ele existe. Eu sei que o que quer é o sinal de estacionamento e paragem proibida. Também concordo consigo nessa perspectiva, mas acho que é mais eficaz pôr as duas medidas porque, da maneira que está, parece mal fundamentado e não é o caso. Todos nós conhecemos os problemas que ali estão. Da maneira como foi apresentada a questão, dá a entender que não há ali sinalização. Essa afirmação cai em descrédito quando se passa lá e, num espaço de 200 metros para cada lado deste ponto crítico, existem pelo menos 6 sinais de estacionamento proibido em todos os locais críticos: 2 num sentido, 2 no outro e 2 nas laterais. São 6.”

**O Sr. d.m. João Santos** – “Se contabilizasse até à Praça Velha era capaz de encontrar 30.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Sr. deputado João Santos, se quer intervir, inscreva-se”.

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Se se quer restringir apenas a essa curva, existe um sinal que é mais que suficiente e claro. Está no canto do supermercado *Poliangra*. Eu faço passar a fotografia assim desta maneira e façam o favor de fazer chegar àquela ponta da mesa. Acho que não deixa margem para dúvidas. Tenho aqui outra fotografia maior. Esta está meio tremida, porque foi tirada com a viatura em andamento.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Não podia parar...”

**O Sr. d.m. João Santos** – “Parar, podia. Não sei porque é que não parou. Podia ter parado.”



**O Sr. presidente da Mesa** – “Sr. deputado João Santos, já lhe disse, inscreva-se. Não vale a pena. Então, se está inscrito, espere pela sua vez.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Nós partilhamos a sua preocupação e concordamos com ela. O que achamos é que há uma maneira mais eficaz de levar isto a cabo sem retirar qualquer mérito às propostas do PS. Concordamos com elas na sua essência, mas fazendo estas alterações que sugerimos na 2.2 e 2.3, porque permitem um pedido de eficácia imediata com a sinalização que lá está e que peca por não ser suficiente, mas existe. O que lá existe já permite o cumprimento da lei.

Também podíamos estar aqui a dizer: Ah! Mas, nos sítios onde a pintura se apaga, se calhar ficam isentos de cumprimento da lei. Não ficam. Nos sítios onde uma passadeira desapareceu, porque foi apagada pela chuva, ela continua lá, porque muitas vezes as placas continuam na parede ou no sinal a sinalizá-la.

O sítio onde existia um traço contínuo que foi apagado pelo tempo, pela chuva, pelo sol ou pelo desgaste, continua a ser uma zona de circulação com traço contínuo. Isso não serve de desculpa para que não se cumpra a lei.

O que estamos a dizer é que isto é insuficiente e nós também concordamos que, ali, um sinal de estacionamento proibido é insuficiente. É um passo que já existe e o problema maior é que nem isto é fiscalizado. Passo ali várias vezes por dia e não me lembro da última vez que vi lá a polícia a autuar. Há uns 7 ou 8 anos atrás, havia lá polícia com muita frequência. Neste momento, não.

Acho que este é o primeiro passo que esta Assembleia Municipal pode e deve dar através desta proposta do Partido Socialista que chama a atenção para esse e outros pontos críticos da cidade onde há problemas de circulação e de trânsito, por inação das autoridades de fiscalização. Basta que as autoridades lá estejam a fazer cumprir o que está estipulado, que a coisa melhora.

Fazendo-se estas 2 pequenas alterações, consegue-se ter aqui, passe a expressão, o melhor de 2 mundos. Consegue-se que a PSP tenha um pedido expresso da Assembleia Municipal para agir em função desta placa de trânsito e consegue-se que a Câmara Municipal também recomende, peça ou solicite à comissão de trânsito uma solução mais definitiva, concreta e específica para aquela zona, se calhar retirando ou aumentando parte do passeio, ou atulhando parte da Silveira para fazer uma estrada mais larga.

Há-de haver alguma solução para aquilo. Mas julgo que não podemos ficar à espera dessa solução mais definitiva, quando podemos agir neste momento com as próprias propostas que o PS traz aqui e que nós achamos que têm um cunho muito positivo.”

**O Sr. d.m. João Santos** – “Sr. presidente, nós não iríamos discutir estas propostas porque achamos que isto é suficientemente claro, a não ser alertar a Câmara Municipal sobre alguns aspectos. No entanto, o que parecia uma intervenção simples do Sr. deputado Nuno Melo Alves, veio a transformar-se numa situação caótica em termos de argumentos.

O que estava para ser uma série de alterações aceites, caiu tudo por terra. Vamos esclarecer aqui uma coisa. Estas propostas são duas, de propósito e não por mero acaso. São 2 situações completamente distintas que não se podem confundir, uma com a outra.

A primeira diz respeito a zonas onde nós concordamos com a sinalização ali existente e que não é respeitada. Ponto final, parágrafo. Daí, a Recomendação ser feita à Polícia de Segurança Pública para que aumente a fiscalização nessas zonas. Porquê essas e não mais? Porque se trata de zonas que foram alvo de obras recentes com vista à fluidez e à

melhoria do trânsito e que, por desrespeito da sinalização existente, a situação ficou pior do que era.

Alto das Covas. A Câmara decidiu fazer alterações ao trânsito e colocar um traço contínuo, reservando uma via para quem vem da rua do Rego. Tudo isto, para facilitar o trânsito. Ora, se os pais, quando vão buscar os filhos à escola do Alto das Covas, param em 2ª fila, obstruindo por completo a faixa de rodagem, das duas, uma: ou o trânsito bloqueia por completo na rua do Rego ou se pisa o traço contínuo. Como do outro lado tem o tão apregoado dente e uma faixa em sentido contrário, das duas, uma: ou há um acidente, ou o trânsito que vem em sentido contrário espera para eu, depois de pisar o traço contínuo, poder passar.

Relativamente à zona junto ao *Banquete*, passa-se a mesma coisa. Foi criada uma via para fluidez do trânsito, para que quem desça a Canada Nova possa virar logo à direita. Parece que, apesar de terem carta, nem toda a gente sabe qual é a diferença entre «paragem e estacionamento proibido» e «estacionamento proibido». Basta que esteja ali um carro parado, mesmo que o condutor esteja lá dentro, que o trânsito bloqueia. Não é pelo facto de o condutor estar no carro e este estar apenas parado e não estacionado, que os outros carros lhe podem passar por cima ou por baixo.

Concordamos que muitas outras haveria a referir, mas mencionámos estas situações por serem aquelas que foram alvo de intervenção recente por parte da Câmara Municipal, precisamente para agilizar e facilitar o trânsito e que por isso mereciam uma referência específica.

Não referi a Tomás de Borba, mas podia ter referido. Foram alvo de pintura recente para facilitar o trânsito, proibindo o estacionamento. Houve arranjos nos passeios, etc. A proibição está lá há muitos anos.

Referimos estas, mas reconhecemos que há problemas de trânsito em muitos outros locais desta cidade e do concelho. Referimos estas e já expliquei o nosso argumento. Não sei se o Sr. presidente aceitou que fossem discutidas ambas em simultâneo...”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Não, não. Cada uma por si.”

**O Sr. d.m. João Santos** – “Neste momento está em apreciação a proposta de recomendação 2.2. O Partido Socialista não aceita fazer nenhuma alteração às que foram propostas e não é por não aceitar alterações às suas recomendações. Referir mais locais, dentro do espírito em que foi feita a Recomendação, só se houver algum outro local que tenha sofrido obras recentes, visando especificamente a melhoria da circulação do trânsito e que não tenha sido referido, porque, se for para referir todas as zonas, muitas outras haveria.

Se tiver esquecido alguma que tenha sido alvo de intervenção recente com vista à melhoria da circulação e que não esteja aqui referida, nós aceitamos alterar a nossa proposta. Caso contrário, a proposta do Partido Socialista mantém-se exactamente como está.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Sr. presidente. Eu pediria um esclarecimento porque fiquei um pouco confuso. O Sr. deputado Nuno Melo Alves na sua intervenção fez referências explícitas e implícitas e iniciou-a dizendo que iria fazer uma análise simultânea das propostas 2.2 e 2.3.

Ora, se não é esse o entendimento da Mesa, suponho que vamos ter que recorrer aos conhecimentos técnicos e profissionais de alguns membros desta Assembleia para nos porem a soro para ouvirmos mais uma intervenção igual à que o Sr. deputado fez quando

tentava explicar uma coisa simples. É o mesmo que, para nos dizer as horas, explicar como funciona o relógio.

Eu gostaria de tentar perceber se estamos a discutir apenas uma proposta ou a discutir as duas.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Se o Sr. deputado estivesse atento, sabia que eu apenas pus à discussão, o Ponto 2.2. Sendo também uma questão relacionada com o trânsito, não impede que qualquer deputado possa fazer as propostas que entender. O que está à discussão é o Ponto 2.2.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Respeitando o pedido inicial feito pelo Sr. presidente da Assembleia, quanto à capacidade de sermos sucintos e pouparmos tempo de discussão, vou referir mais 2 propostas em simultâneo, se é que me permitem, dizendo que concordo com elas porque são boas, mas não concordo com o considerando que diz que já existiu sinalização que proibia o estacionamento e paragem naquela zona e que foi retirada. Está lá o sinal que proíbe o estacionamento. Desculpa, João, está. Não é grave e não impede que votemos favoravelmente. Vamos votar favoravelmente.

O PSD apoia esta Recomendação e estou certo, por aquilo que vimos hoje de manhã, que a polícia está ansiosa por a fazer cumprir. Pela velocidade com que multaram a Sra. vereadora hoje de manhã, terão muito prazer em multar no futuro todos os carros mal estacionados na via pública, seguindo a recomendação do Partido Socialista.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Sr. presidente, Srs. membros da Assembleia, Srs. membros da Câmara. O que queremos, aqui, é resolver problemas de trânsito e não de mudanças de trânsito que, se calhar, não foram bem-feitas. Se calhar é esse o espírito desta proposta, mas não é o nosso, embora achemos que as mudanças no Ponto 2.2 são pontos importantes de falta de fluidez de trânsito, como são muitos outros.

Se não querem aceitar esses outros aqui, encantado da vida. Não tem problema nenhum. Apresentaremos isso na próxima sessão da Assembleia Municipal e não invalida que atribuamos uma votação favorável à proposta 2.2.

Em relação à 2.3, uma vez que ela está ferida de algumas imprecisões, porque há ali sinalização que contraria tudo o que aqui está dito, não votaremos a favor. Vamos abster-nos.”

**O Sr. d.m. João Santos** – “Vemos com bons olhos essa prometida proposta do PP, para a próxima Assembleia Municipal. O que dizemos é que estamos de perfeito acordo, mas tínhamos que encontrar um critério para referir alguns pontos. O critério que encontramos foi o que referi há pouco: «Zonas de intervenção recente». Foi esse o critério que utilizámos. Por isso, estas zonas. Apreciaremos na devida altura a proposta que der entrada.”

Não se registando mais intervenções, **a Recomendação constante do Ponto 2.2 foi aprovada por unanimidade.**

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Queremos fazer uma declaração de voto em relação à Recomendação que foi aqui votada, dizendo que concordamos com o princípio da melhoria da circulação de trânsito e da intervenção da PSP junto das sinalizações e orientações de trânsito existentes.

Temos reserva em relação ao critério do Partido Socialista para esta proposta, na medida em que não deve a PSP servir para branquear erros de alteração de sentidos de trânsito ou obras que a Câmara Municipal tenha feito.”

**2.3 – Recomendação do Partido Socialista, no sentido de a Câmara Municipal submeter a reunião da Comissão de Trânsito a interdição de paragem e estacionamento no troço da Rua Diogo de Teive compreendido entre a designada curva da *Twin's* e a rotunda da Silveira.**

**O Sr. d.m. João Santos** – “Sr. presidente, vamos lá ver se a gente se entende numa coisa. Sr. deputado Nuno Melo Alves, importa-se de exhibir a fotografia que fez questão de mostrar há pouco? Que sinal é esse? Não me serve! Não é suficiente. Oh senhor, isto não é a minha proposta? Não é o senhor que diz o que é ou não suficiente numa proposta do Partido Socialista.

Não há aqui nenhuma incorrecção. «*Considerando que já existiu sinalização que proibia estacionamento e paragem*» ... Não existe. O senhor conhece um sinal que proíbe simultaneamente a paragem e o estacionamento? Onde é que ele está? Está aí nessa zona? É esse que está aí?

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Está na rampa da Silveira.”

**O Sr. d.m. João Santos** – “Eu não estou a falar da rampa da Silveira.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Tem um ao pé do Hotel do Caracol. Tem vários.”

**O Sr. d.m. João Santos** – “Mas qual Hotel do Caracol? Também tem um em S. Mateus. Eu quero é um entre a curva da *Twins* e a rotunda da Silveira.

Há aqui uma questão que eu queria fazer entender. O que ali está, não nos serve. Dizer que esta zona deveria entrar na outra proposta, não! Nós não queremos que, entre a curva da *Twins* e a rotunda da Silveira, seja proibido estacionar. Isso já é, mas não serve. É necessário que, naquela zona, seja proibido parar. Estava toda a gente a falar, como se eu não conhecesse os sinais que ali estão.

A discussão prolongou-se e não era para se chegar aqui, mas vamos ser mais claros. Em tempos houve algumas brincadeiras, designadamente uma alusão na legislatura passada, levantando algumas suspeições relativamente a antigas vereações. Eu assumo aqui que não entendo porque é que, a determinada altura, foi colocado naquela zona um sinal de proibição de «paragem e estacionamento», que não durou lá 15 dias. Quem o mandou retirar? Eu não sei. Porque é que ele foi retirado? Também não sei. Foi roubado e foi substituído por um igual, porquê?”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Devia fazer a pergunta na anterior Assembleia e a quem presidia à Câmara nessa altura.”

**O Sr. d.m. João Santos** – “Por isso é que eu estou a dizer: se esse sinal fosse cumprido! Aquilo que pretendemos é a interdição de parar naquela zona. Não há nenhuma incorrecção. Há um sinal de «paragem e estacionamento proibido» que devia lá estar e não está.

À semelhança do Alto das Covas e outros locais, o facto de um carro parar ali prejudica o trânsito. Houve aqui uma incorrecção e eu penso que, se calhar, será daí que advém a sua confusão. No período da Ordem do Dia, referia-se que o Partido Socialista proibia a interdição de paragem e estacionamento entre a rotunda de S. Pedro e a rotunda da Silveira. Eventualmente, o senhor só leu a Ordem do Dia. Não nos referíamos a esse troço, mas sim ao compreendido entre a curva da *Twins* e a rotunda da Silveira, no sentido rotunda de S. Pedro – Silveira.

Não fazemos nenhuma alteração a esta Recomendação e acrescentamos mais. Já que estamos a discutir o assunto, para que a Sra. presidente da Câmara amanhã não volte a ser

acusada como o foi hoje de sacudir as suas responsabilidades no que respeita a trânsito, uma acusação feita pelo Sr. deputado Luís Rendeiro... Estou a ler aqui, o que o Sr. disse há pouco! Acusou a Sra. presidente da Câmara de sacudir as suas responsabilidades em matéria de trânsito e chutar tudo para a comissão de trânsito. É verdade ou mentira? Não fosse algum jornalista deturpar as suas palavras!

Para que amanhã não volte a ser acusada de chutar isto para a comissão de trânsito, já agora, pedia à Sra. presidente que a Câmara se pronunciasse sobre a sua sensibilidade ou a sua posição, relativamente aos problemas de trânsito que hoje existem na Silveira.”

**O Sr. presidente da Mesa** – “Não há mais intervenções. Não, o Sr. deputado Nuno Melo Alves já fez a sua segunda intervenção... Eu estava a ver o papel ao lado, afinal não estava aqui marcado. Peço desculpa, faça favor de intervir.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Vou ser mais sucinto, até porque parte dos argumentos em relação a esta proposta 2.3 já os anunciei na discussão da proposta 2.2.

A nossa questão continua a ser a mesma: «*Considerando que no troço acima referido no troço rotunda de S. Pedro – rotunda da Silveira, há carros permanentemente parados e estacionados, considerando que esse estacionamento se verifica numa zona imediatamente a seguir a uma curva*». O que me parece é que, apesar da boa intenção, há aqui uma proposta um bocado mal feita com um texto um pouco mal elaborado. O PS também já acusou outras forças políticas de apresentarem propostas mal feitas e, por essa razão, não se votou a favor.

Já que estamos a falar de trânsito naquela rotunda, era importante analisar. Daí, eu continuar a achar e a defender que devia ter sido incluído o pedido de fiscalização à PSP na proposta 2.2, para esta zona da Silveira.

Há uma situação que ocorre ali com muita frequência. Já vi por várias vezes pessoas a saírem de carro da Silveira e virarem à esquerda, em sentido contrário, do lado de cá dos separadores centrais, para irem para a rotunda. Isto é gravíssimo. Quando não fazem isso, andam 10 metros para a frente e fazem inversão de marcha por cima da zebra a seguir ao separador. Isto exige presença policial. Não há presença policial suficiente naquela zona. Era isso que queríamos deixar bem claro em relação à proposta 2.2 e à proposta 2.3.

A proposta 2.3 não vem resolver nada. Vem chover no molhado porque o que já está aqui não serve porque não há presença policial. Achemos que esta proposta seria útil, se fosse conjugada com a proposta de fiscalização imediata e maior controlo sobre o que lá se passa com a sinalização existente, porque é disso que se trata. A sinalização existe e não está a ser respeitada. A fiscalização, onde é que está? Esse para nós é que é o problema.

Não nos opomos que se passe a proibir também a paragem. Já dissemos que concordamos com isso. Não concordamos é com o modo como isto está a ser apresentado e com a estrutura desta proposta. Respeitámo-la o suficiente para nos abstermos.”

**O Sr. d.m. João Santos** – “Sr. deputado Nuno Melo Alves. Só uma questão que pode parecer um preciosismo, mas não é. É a base desta proposta. Quando diz que o que falta na Silveira é fiscalização e não sinalização, não é esse o espírito desta proposta.

Se eu tivesse lá um polícia plantado 24 horas por dia, o problema que nós vemos na Silveira, subsistia. Sabe porquê? Porque eu vou de carro com a minha mulher, paro, ela vai comprar pão, e o polícia não pode fazer nada porque eu posso lá estar parado. A sinalização só me proíbe o estacionamento. É isso que para nós não resolve. Aquele sinal tem que ser retirado e colocado o de proibição de parar e estacionar.”

Não se registando mais intervenções, posta à votação, **a Recomendação constante do Ponto 2.3 foi aprovada por maioria**, com 28 votos a favor (19 do PS, 9 do PSD) e 4 abstenções (1 do PS, 3 do CDS-PP).

### **3- DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

#### **3.1 – Recomendação do Partido Social Democrata, datada de 16 de Fevereiro de 2011, no sentido de a Câmara Municipal proceder à inventariação da habitação e do património edificado degradados no Concelho de Angra do Heroísmo, abrangendo a cidade e as freguesias rurais.**

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Esta recomendação vem no sentido de dotar a Câmara Municipal de Angra e o Município de um modo geral com mais uma ferramenta de trabalho que a ajude a definir as suas políticas de habitação.

Nos últimos tempos, a política de habitação do concelho tem visado resolver os problemas das famílias carenciadas e que não têm casa própria e tem-se investido na criação e manutenção de equipamentos sociais e bairros sociais com as vantagens económicas que daí advêm.

Como é sabido de todos, também existem alguns problemas com respeito a fenómenos de integração e/ou exclusão social adjacentes a esses bairros sociais. Uma vez que existe muito património edificado e muitas casas degradadas no concelho, quer nas zonas urbanas, quer nas rurais, entendemos que poderia ser útil inventariar esse património para que a Câmara tivesse mais uma ferramenta que lhe permitisse reorientar as suas políticas de habitação, caso fosse esse o seu desejo, no sentido de promover melhores cuidados com habitação jovem e requalificação urbana ou rural.

Mudaria assim um pouco de paradigma, podendo ter uma alternativa que não fosse apenas o investimento em bairros sociais, mas também a requalificação de património já existente, sempre que tal for possível. Portanto, seria no sentido de dotar a Câmara com mais uma ferramenta, um instrumento de trabalho.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Tentando ser o mais sintético possível, diria relativamente aos considerandos, embora a substância da proposta seja o objecto, há aqui um considerando incorrecto, que é: «... *imóveis degradados cuja propriedade pertença ao município e careça de intervenção*» ... Tive o cuidado de perguntar à Câmara Municipal, mas não é proprietária de imóveis degradados. Se o considerando fosse «*Entidades públicas ou organismos públicos*», muito bem. Mas não é isso que está em questão.

Foi referida, aquando da apresentação por parte do Sr. deputado Luís Rendeiro, a designada *habitação social*. Existe o problema pelos vistos mal resolvido desde sempre, por parte do grupo municipal do PSD, em discutirem e assumirem de forma aberta, a favor ou contra, a política de habitação desenvolvida por esta autarquia ao longo dos anos. Há aqui algum conceito/preconceito ideológico com o qual não nos identificamos, mas não é isso que está em discussão.

Quanto à questão de fundo, que é «*dotar a Câmara de um instrumento que pode potenciar a planificação*» ... Sr. deputado Luís Rendeiro, não basta anunciar com grande pompa e dizer no jornal que vamos apresentar à Câmara uma ferramenta, pelo simples facto de que, em 2007, foi solicitado a todas as freguesias deste concelho um

levantamento da habitação devoluta e degradada, nomeadamente, até, para efeitos da aplicação do IMI.

Em 2010, toda a zona histórica da cidade de Angra, que é um dos objectos centrais da Recomendação, foi objecto de um levantamento e inventariação de habitação degradada.

Ainda da parte da manhã se falava que finalmente ficará pronto o Plano de Pormenor e Salvaguarda que identifica casa a casa, rua a rua, referindo ao pormenor as empenas, o estado de conservação, etc. Não há 1 nem 2 mas, sim, 3 instrumentos que podem dotar a Câmara para isso.

Se a proposta do grupo municipal do PSD fosse no sentido de a Câmara promover a criação de uma sociedade de reabilitação urbana para dar resposta a alguns dos considerandos que aqui estão, «... *criando parcerias com entidades privadas que promovam o arrendamento jovem, a recuperação de habitação e outras formas que possam impedir, minorar ou promover um aumento da densidade populacional no centro histórico da cidade e evitar um processo de desertificação...*», estaríamos de acordo. Aprovar, para efeitos de agenda política legítima, que não é de todo a nossa, não contem com o grupo municipal do PS.

Uma última nota. Atendendo ao pedido que foi feito, não vou utilizar a artimanha de falar já de todos os outros pontos e depois, quando lá chegar, poder falar. Portanto, esta será a minha última intervenção sobre este assunto.”

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Não recorri a nenhuma artimanha. Seguramente, esse comentário era-me dirigido. Há pouco, disse explicitamente que falaria das duas, tirando o meu tempo para falar de uma. Não vejo que isso seja artimanha.

Desses planos que referiu, o Plano de Pormenor e o Plano de Salvaguarda, quais já estão em vigor e qual o seu grau de prontidão? Quando estive cá na minha outra encarnação, como deputado municipal em 97, já se falava do Plano de Salvaguarda mas, até hoje, nunca o vi. Até se falava naquela altura que seria editado em CD com as fachadas, todos os prédios e o que se podia ou não fazer. Continuo a aguardar isso, após todos estes anos.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “A Câmara tem imóveis degradados em Angra. O edifício da rua do Marquês é um exemplo.

Quanto às políticas de habitação, o PSD sempre entendeu, e nisso somos coerentes, que a criação de bairros sociais deve ser tida como recurso, mas, sempre que possível, deve-se promover a recuperação de habitação degradada e não o desenraizamento das pessoas das suas comunidades de origem para as enfiar em bairros.

Quanto aos considerandos e ao texto da recomendação em causa, os Planos que o Sr. deputado Nuno Melo Alves referiu ainda não estão aprovados nem em actividade, mas em nada chocam com o que aqui está. Mantemos a Recomendação nos moldes em que se encontra.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Fui puxado novamente para o jogo. Na próxima sessão da Assembleia, quando recebermos as actas desta reunião, veremos que não falei em Planos. Eu falei e volto a repetir que, em 2007, foi solicitado a todas as freguesias o levantamento da habitação devoluta e degradada, para efeitos de oneração ou desoneração no que ao IMI dizia respeito.

Em 2010 foi feito pela Câmara Municipal o levantamento de todos os imóveis devolutos da zona histórica e foi anunciado hoje de manhã que estará para breve a conclusão e discussão pública do Plano de Pormenor e Salvaguarda.

Foi esta a única vez que utilizei o termo «Plano». Vai ser apresentado e colocado à discussão pública o Plano de Pormenor e Salvaguarda, em que, uma das suas peças constitutivas é, exactamente, a caracterização imóvel a imóvel de toda a zona classificada de Angra. Foi apenas isto que eu referi. Fica aqui o esclarecimento, perante eventuais lapsos de comunicação.”

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, **a Recomendação constante do Ponto 3.1 foi Rejeitada por maioria**, com 20 votos contra do PS e 12 votos a favor (9 do PSD, 3 do CDS-PP).

**3.2 – Recomendação do Partido Social Democrata, datada de 15 de Fevereiro de 2011, no sentido de a Câmara Municipal desencadear os procedimentos adequados, com vista à demolição ou consolidação do edifício em ruínas, sito na zona do Refugio, Freguesia do Porto Judeu, em frente ao restaurante “Nampula”.**

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “Se bem se lembram, esta é a mesma proposta que trouxemos na sessão anterior, com as alterações devidas, de modo a que se possa resolver o problema a contento.

Julgo que até no regulamento de resíduos aprovado hoje vem contemplada a hipótese de a Câmara proceder à limpeza dos terrenos que tenham lixo e silvas, ou não estejam em condições, e enviar a respectiva despesa para os proprietários dos terrenos.

Neste caso existe a agravante do risco de derrocada daquele edifício e o objectivo desta proposta é que se proceda à limpeza do local, para evitar que haja ali possíveis danos para pessoas e bens.”

**O Sr. d.m. João Tavares** – “Mais uma vez, boa tarde, Sra. presidente da Câmara. É só para lembrar que este assunto tem vindo a ser tratado ao longo dos tempos e não vou votar contra a proposta. Só estou a lembrar que o assunto não está esquecido e tem sido tratado mediante as possibilidades do proprietário.

O prédio já foi intervencionado por várias vezes, e está daquela forma não pela falta de intervenção, quer da junta de freguesia, quer da autarquia. Entendo que esta proposta é mais um esforço para actuação. Pela minha parte, votarei favoravelmente.”

**A Sra. presidente da Câmara** – “Vou esclarecer os Srs. deputados das diligências efectuadas.

Lembro-me que na última reunião da Assembleia Municipal informei que o preço pedido pela venda deste imóvel era excessivo (100 000 euros). Depois confirmámos que aquela área apenas viabilizaria cerca de 10 lugares de estacionamento, o que é perfeitamente impossível.

A segurança de pessoas e bens é essencial e está prevista no regulamento de urbanização e edificação que prevê um conjunto de trâmites, no caso de essa segurança estar posta em causa.

A Câmara Municipal já efectuou um auto de vistoria em 2010 e recentemente voltou a fazer uma inspecção ao local, no sentido de se certificar que essas condições se mantinham. Existe uma varanda e um muro de alvenaria que ameaçam ruir para a estrada e penso que o procurador já foi notificado porque o proprietário não reside na ilha.



São estes os procedimentos que temos que seguir. Temos que dar um prazo para que o proprietário possa garantir as condições exigidas. Caso isso não aconteça, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do terreno, efectuando todas as diligências subsequentes.

Estamos a proceder nos termos do que poderá conduzir à demolição, porque, ao contrário do que acontece na limpeza, para demolirmos o que lá existe temos que tomar posse administrativa com uma série de procedimentos que a antecedem.”

Não se registando mais intervenções, depois de posta à votação, **a Recomendação constante do Ponto 3.2 foi aprovada por unanimidade.**

#### **4 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:**

##### **4.1 – Proposta do CDS-PP, respeitante às obras na calçada entre o Caminho do Meio e o Caminho de Baixo, ambos da Freguesia de São Pedro, no sentido de:**

**- Ser dado conta do repúdio da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo à entidade responsável pela situação, bem como do empenho em ver a mesma resolvida;**

**- Diligenciar junto da entidade responsável pela obra para a rápida remoção da calçada de betão colorida dos passeios do Caminho do Meio e pela sua substituição por calçada miúda, conforme recomendação da Assembleia Municipal de Dezembro de 2009.**

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** – “Esta Proposta vai beber numa que apresentámos em Dezembro de 2009 e que, salvo erro, foi aprovada por unanimidade, recomendando à entidade responsável, através de outra tramitação que estava mais complexa nessa proposta original, que se procedesse à substituição da calçada em cimento, que antigamente era amarela e vermelha e agora é meio verde/musgo e vermelha.

Recomendava-se que a dita calçada fosse removida e substituída por calçada miúda, até por sugestão da bancada do Partido Socialista, porque nós sugeríamos uma calçada diferente e mais grada. Após a sugestão da bancada do PS, alterou-se para calçada miúda como a que temos nas ruas do centro de Angra e também está colocada ali bem perto, ao pé da escola Tomás de Borba.

Passados quase 6 meses desde a aprovação desta proposta e das diligências da Câmara no sentido de contactar as entidades responsáveis pedindo esta substituição, constatámos que ela não foi feita. Por isso, é um assunto que merece a nossa intervenção, porque nenhum dos pressupostos aprovados quase há um ano e meio foi alterado. Continua a ser um elemento externo e estranho a toda a preservação do património que não acresce nada em termos de modernidade ou beleza.

A colocação deste tipo de material faz-me lembrar um pouco aquelas pessoas do mundo rural que emigravam e uns anos depois, quando voltavam às suas casas, a primeira coisa que faziam era deitar fora os alguidares de barro, as cestas de vimes, a louça de barro feita em S. Miguel ou cá, substituíam as telhas de barro por chapas de fibrocimento e telha com amianto, que hoje em dia está proibida, mudando tudo para coisas mais modernas.

Substituíam por *pirex* plásticos e outras coisas e depois chegavam à conclusão que o *pirex* não funcionava nos fornos de lenha e a electricidade não tinha força para arrancar

com o microondas nas zonas mais distantes e, até há bem poucos anos, no centro da cidade.

Chegámos à conclusão que algumas destas medidas, com a pressa de fazer o *upgrade* aos bens domiciliários, estavam desenquadradas e mal pensadas. Continua a ser o que se passa aqui.

O que nós propomos desta vez, sem envolver a Câmara, para ser de uma forma muito directa, é que se dê conta à entidade responsável que a Assembleia Municipal repudia esta situação e está empenhada em vê-la resolvida.

Por outro lado, que a Assembleia Municipal diligencie, dando conta do que aqui se passou, junto da entidade responsável pela obra, para que proceda à rápida remoção da calçada e faça cumprir o que aprovámos no passado. A própria Assembleia Municipal tomará a iniciativa de comunicar a essa entidade, caso esta proposta seja aprovada, como esperamos que seja, dado que não há nenhuma indicação que justifique a sua não aprovação.”

**O Sr. d.m. Francisco Barros** – “Para dar conta da posição do grupo municipal do Partido Socialista, relativamente às propostas 4.1 e 4.2. Não falarei mais sobre o assunto, atendendo que, quer uma, quer outra, versam matérias que já foram objecto de deliberação por parte desta casa e não foi por incapacidade, inépcia ou inoperância, quer da Câmara, quer da Mesa da Assembleia, que as mesmas não foram resolvidas porque houve a tramitação legal correspondente. Atendendo também ao adiantado da hora e atendendo que nenhum de nós pretende deitar alguidares de barro fora, votaremos favoravelmente as duas propostas. Muito obrigado.”

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** – “O grupo municipal do PSD também votará favoravelmente estas duas propostas, pelas razões defendidas pelos oradores anteriores. Muito obrigado.”

**O Sr. presidente da Mesa** (*anunciando em tom de brincadeira o resultado da votação de forma rápida*) – “Vamos passar à votação da primeira proposta. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade. A Sra. deputada Rita é que estava a pressionar para que eu fosse rápido.”

*Risos na sala.*

Não se registando mais intervenções, posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 4.1 foi aprovada por unanimidade.**

**4.2 – Proposta do CDS-PP, respeitante ao Parque Industrial, nomeadamente, instalação de sinalética identificativa das ruas e vias de circulação internas e circundantes ao citado Parque e placas de sinalização, melhoria do acesso ao mesmo e limpeza de lixos e entulhos nos lotes vazios do Parque e nos terrenos anexos que não pertencem ao Aterro Municipal.**

**O Sr. presidente da Mesa** – “O ponto 4.2 parece que também está parcialmente discutido. Até que enfim que o Sr. deputado Nuno Melo Alves anuiu.”

Não se registando intervenções, posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 4.2 foi aprovada por unanimidade.**

**O Sr. presidente da Mesa** – “Foi aprovado por unanimidade, apesar de eu considerar que são os passeios mais bem concebidos nesta terra porque mudam de cor consoante a estação. Vamos passar à leitura e aprovação da minuta.”

**O Sr. d.m. Vasco Capaz**, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade.**

**O Sr. presidente da Mesa** agradeceu a todos os Srs. deputados municipais, desejando um bom carnaval e anunciando que a data da próxima sessão seria anunciada em conformidade com o regimento.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 17H11M do dia 25 de Fevereiro de 2011, da qual se lavrou a presente acta que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redactor, 1º secretário da respectiva Mesa.

**O Presidente da Mesa**

---

**Ricardo Manuel Rodrigues Barros**

**O 1º Secretário**

---

**Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz**